



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 192

PORTO VELHO-RO, SEXTA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO DE 2016

ANO V



SUMÁRIO

ASSESSORIA DA MESA	Capa
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	3761
SEC. DE PLAN. E MOD. DA GESTÃO	3762
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	3764
TAQUIGRAFIA	3765

ASSESSORIA DA MESA

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS DA 45ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

REQUERIMENTO DEPUTADO AELCIO DA TV - PP - Requer informações sobre a Implantação de Rede de Energia Elétrica no distrito do Rio Pardo, no município de Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos regimentais requer à Mesa Diretora que seja encaminhado ao Sr. Luiz Marcelo Reis de Carvalho, Diretor Presidente da Eletrobrás - Distribuidora de Rio Pardo, no município e Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Esta propositura tem origem na manifestação de um cidadão do Distrito do Rio Pardo, que através das redes sociais solicitou a intercessão deste parlamentar, uma vez que toda a população daquele Distrito sofre imensamente por não haver uma distribuição adequada de Energia Elétrica àquela localidade. Como se sabe, em pleno século XXI e tão próximos geograficamente das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio de Jirau, aqueles cidadãos ainda clamam por energia elétrica de qualidade estável, tendo que recorrer aos antigos geradores a óleo, produzindo enormes custos e prejuízos à qualidade de vida.

Sendo uma região de destaque na produção leiteira, a implantação de rede elétrica sem dúvida traria também o benefício econômico para o todo o Estado, pois assim, os produtores teriam melhores condições para manter os tanques de resfriamento e ainda pequenas indústrias familiares propriedades, garantindo prosperidade à região. Apresento, portanto, este requerimento contando com o apoio dos nobres deputados para sua aprovação e destinação.

Plenário das deliberações, 19 de outubro de 2016.
Dep. Aécio da TV - PP

INDICAÇÃO DEPUTADO AELCIO DA TV - PP - Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Rita Ibanez, bairro Escola de Polícia município de Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos do art. 188 do Regimento Interno, indica ao Governador do Estado, com cópia para o Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Rita Ibanez, bairro Escola de Polícia, município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Enviando uma equipe aos bairros de nossa capital, apurou-se que graças à cooperação do Governo do Estado, diversas ruas de Porto Velho receberam recapeamento e pavimentação asfáltica trazendo maior qualidade de vida à população.

No entanto, esta mesma equipe tem recebido inúmeras queixas de moradores de ruas que ainda não foram contempladas com as ações do Executivo, sentido-se excluídos.

Buscando representar estes cidadãos em suas reivindicações, apresento esta propositura contando com o apoio dos nobres Deputados para sua destinação de acordo com o art. 188 do Regimento Interno.

Plenário das deliberações, 24 de outubro de 2016.
Dep. Aécio da TV - PP

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2ª Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4ª Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Departamento legislativo - **Huziel Trajano Diniz**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 Porto Velho-RO

INDICAÇÃO DEPUTADO AELCIO DA TV - PP - Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Ibraim Sued, bairro Escola de Polícia, em Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos do art. 188 do Regimento Interno, indica ao Governador do Estado, com cópia para o Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Ibraim Sued, bairro Escola de Polícia, município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Enviando uma equipe aos bairros de nossa capital, apurou-se que graças à cooperação do Governo do Estado, diversas ruas de Porto Velho receberam recapeamento e pavimentação asfáltica trazendo maior qualidade de vida à população.

No entanto, esta mesma equipe tem recebido inúmeras queixas de moradores de ruas que ainda não foram contempladas com as ações do Executivo, sentido-se excluídos.

Buscando representa estes cidadãos em suas reivindicações, apresento esta proposição contando com o apoio dos nobres Deputados para sua destinação de acordo com o art. 188 do Regimento Interno.

Plenário das deliberações, 24 de outubro de 2016.

Dep. Aécio da TV - PP

INDICAÇÃO DEPUTADO AELCIO DA TV - PP - Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Mestre Valentim, bairro Escola de Polícia, em Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos do art. 188 do Regimento Interno, indica ao Governador do Estado, com cópia para o Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Mestre Valentim, bairro Escola de Polícia, município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Enviando uma equipe aos bairros de nossa capital, apurou-se que graças à cooperação do Governo do Estado, diversas ruas de Porto Velho receberam recapeamento e pavimentação asfáltica trazendo maior qualidade de vida à população.

No entanto, esta mesma equipe tem recebido inúmeras queixas de moradores de ruas que ainda não foram contempladas com as ações do Executivo, sentido-se excluídos.

Buscando representa estes cidadãos em suas reivindicações, apresento esta proposição contando com o apoio dos nobres Deputados para sua destinação de acordo com o art. 188 do Regimento Interno.

Plenário das deliberações, 24 de outubro de 2016.

Dep. Aécio da TV - PP

INDICAÇÃO DEPUTADO AELCIO DA TV - PP - Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Anita Mafalde, bairro Escola de Polícia, em Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos do art. 188 do Regimento Interno, indica ao Governador do

Estado, com cópia para o Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Anita Mafalde, bairro Escola de Polícia, município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Enviando uma equipe aos bairros de nossa capital, apurou-se que graças à cooperação do Governo do Estado, diversas ruas de Porto Velho receberam recapeamento e pavimentação asfáltica trazendo maior qualidade de vida à população.

No entanto, esta mesma equipe tem recebido inúmeras queixas de moradores de ruas que ainda não foram contempladas com as ações do Executivo, sentido-se excluídos.

Buscando representa estes cidadãos em suas reivindicações, apresento esta proposição contando com o apoio dos nobres Deputados para sua destinação de acordo com o art. 188 do Regimento Interno.

Plenário das deliberações, 24 de outubro de 2016.

Dep. Aécio da TV - PP

INDICAÇÃO DEPUTADO AELCIO DA TV - PP - Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Elizeu Visconte, bairro Escola de Polícia, em Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos do art. 188 do Regimento Interno, indica ao Governador do Estado, com cópia para o Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Elizeu Visconte, bairro Escola de Polícia, município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Enviando uma equipe aos bairros de nossa capital, apurou-se que graças à cooperação do Governo do Estado, diversas ruas de Porto Velho receberam recapeamento e pavimentação asfáltica trazendo maior qualidade de vida à população.

No entanto, esta mesma equipe tem recebido inúmeras queixas de moradores de ruas que ainda não foram contempladas com as ações do Executivo, sentido-se excluídos.

Buscando representa estes cidadãos em suas reivindicações, apresento esta proposição contando com o apoio dos nobres Deputados para sua destinação de acordo com o art. 188 do Regimento Interno.

Plenário das deliberações, 24 de outubro de 2016.

Dep. Aécio da TV - PP

INDICAÇÃO DEPUTADO AELCIO DA TV - PP - Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Turquia, bairro Escola de Polícia, em Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos do art. 188 do Regimento Interno, indica ao Governador do Estado, com cópia para o Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Turquia, bairro Escola de Polícia, município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Enviando uma equipe aos bairros de nossa capital, apurou-se que graças à cooperação do Governo do Estado, diversas ruas de Porto Velho receberam recapeamento e pavimentação asfáltica trazendo maior qualidade de vida à população.

No entanto, esta mesma equipe tem recebido inúmeras queixas de moradores de ruas que ainda não foram contempladas com as ações do Executivo, sentido-se excluídos.

Buscando representa estes cidadãos em suas reivindicações, apresento esta proposição contando com o apoio dos nobres Deputados para sua destinação de acordo com o art. 188 do Regimento Interno.

Plenário das deliberações, 24 de outubro de 2016.

Dep. Aécio da TV - PP

INDICAÇÃO DEPUTADO AELCIO DA TV - PP - Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Cândido Portinari, bairro Escola de Polícia, em Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos do art. 188 do Regimento Interno, indica ao Governador do Estado, com cópia para o Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Cândido Portinari, bairro Escola de Polícia, município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Enviando uma equipe aos bairros de nossa capital, apurou-se que graças à cooperação do Governo do Estado, diversas ruas de Porto Velho receberam recapeamento e pavimentação asfáltica trazendo maior qualidade de vida à população.

No entanto, esta mesma equipe tem recebido inúmeras queixas de moradores de ruas que ainda não foram contempladas com as ações do Executivo, sentido-se excluídos.

Buscando representa estes cidadãos em suas reivindicações, apresento esta proposição contando com o apoio dos nobres Deputados para sua destinação de acordo com o art. 188 do Regimento Interno.

Plenário das deliberações, 24 de outubro de 2016.

Dep. Aécio da TV - PP

INDICAÇÃO DEPUTADO AELCIO DA TV - PP - Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Presidente José Viana, bairro Escola de Polícia, em Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos do art. 188 do Regimento Interno, indica ao Governador do Estado, com cópia para o Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Presidente José Viana, bairro Escola de Polícia, município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Enviando uma equipe aos bairros de nossa capital, apurou-se que graças à cooperação do Governo do Estado, diver-

sas ruas de Porto Velho receberam recapeamento e pavimentação asfáltica trazendo maior qualidade de vida à população.

No entanto, esta mesma equipe tem recebido inúmeras queixas de moradores de ruas que ainda não foram contempladas com as ações do Executivo, sentido-se excluídos.

Buscando representa estes cidadãos em suas reivindicações, apresento esta proposição contando com o apoio dos nobres Deputados para sua destinação de acordo com o art. 188 do Regimento Interno.

Plenário das deliberações, 24 de outubro de 2016.

Dep. Aécio da TV - PP

INDICAÇÃO DEPUTADO AELCIO DA TV - PP - Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Presidente Francisca Barros, bairro Escola de Polícia, em Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos do art. 188 do Regimento Interno, indica ao Governador do Estado, com cópia para o Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Presidente Francisca Barros, bairro Escola de Polícia, município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Enviando uma equipe aos bairros de nossa capital, apurou-se que graças à cooperação do Governo do Estado, diversas ruas de Porto Velho receberam recapeamento e pavimentação asfáltica trazendo maior qualidade de vida à população.

No entanto, esta mesma equipe tem recebido inúmeras queixas de moradores de ruas que ainda não foram contempladas com as ações do Executivo, sentido-se excluídos.

Buscando representa estes cidadãos em suas reivindicações, apresento esta proposição contando com o apoio dos nobres Deputados para sua destinação de acordo com o art. 188 do Regimento Interno.

Plenário das deliberações, 24 de outubro de 2016.

Dep. Aécio da TV - PP

INDICAÇÃO DEPUTADO AELCIO DA TV - PP - Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Sócrates, bairro Escola de Polícia, em Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos do art. 188 do Regimento Interno, indica ao Governador do Estado, com cópia para o Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Sócrates, bairro Escola de Polícia, município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Enviando uma equipe aos bairros de nossa capital, apurou-se que graças à cooperação do Governo do Estado, diversas ruas de Porto Velho receberam recapeamento e pavimentação asfáltica trazendo maior qualidade de vida à população.

No entanto, esta mesma equipe tem recebido inúmeras queixas de moradores de ruas que ainda não foram contempladas com as ações do Executivo, sentido-se excluídos.

Buscando representa estes cidadãos em suas reivindicações, apresento esta propositura contando com o apoio dos nobres Deputados para sua destinação de acordo com o art. 188 do Regimento Interno.

Plenário das deliberações, 24 de outubro de 2016.
Dep. Aécio da TV - PP

INDICAÇÃO DEPUTADO AELCIO DA TV - PP - Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Madre Tereza, bairro Escola de Polícia, em Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos do art. 188 do Regimento Interno, indica ao Governador do Estado, com cópia para o Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Madre Tereza, bairro Escola de Polícia, município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Enviando uma equipe aos bairros de nossa capital, apurou-se que graças à cooperação do Governo do Estado, diversas ruas de Porto Velho receberam recapeamento e pavimentação asfáltica trazendo maior qualidade de vida à população.

No entanto, esta mesma equipe tem recebido inúmeras queixas de moradores de ruas que ainda não foram contempladas com as ações do Executivo, sentido-se excluídos.

Buscando representa estes cidadãos em suas reivindicações, apresento esta propositura contando com o apoio dos nobres Deputados para sua destinação de acordo com o art. 188 do Regimento Interno.

Plenário das deliberações, 24 de outubro de 2016.
Dep. Aécio da TV - PP

INDICAÇÃO DEPUTADO AELCIO DA TV - PP - Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Rugendas, bairro Escola de Polícia, em Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos do art. 188 do Regimento Interno, indica ao Governador do Estado, com cópia para o Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Rugendas, bairro Escola de Polícia, município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Enviando uma equipe aos bairros de nossa capital, apurou-se que graças à cooperação do Governo do Estado, diversas ruas de Porto Velho receberam recapeamento e pavimentação asfáltica trazendo maior qualidade de vida à população.

No entanto, esta mesma equipe tem recebido inúmeras queixas de moradores de ruas que ainda não foram contempladas com as ações do Executivo, sentido-se excluídos.

Buscando representa estes cidadãos em suas reivindicações, apresento esta propositura contando com o apoio dos

nobres Deputados para sua destinação de acordo com o art. 188 do Regimento Interno.

Plenário das deliberações, 24 de outubro de 2016.
Dep. Aécio da TV - PP

INDICAÇÃO DEPUTADO AELCIO DA TV - PP - Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Debret, bairro Escola de Polícia, em Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos do art. 188 do Regimento Interno, indica ao Governador do Estado, com cópia para o Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Debret, bairro Escola de Polícia, município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Enviando uma equipe aos bairros de nossa capital, apurou-se que graças à cooperação do Governo do Estado, diversas ruas de Porto Velho receberam recapeamento e pavimentação asfáltica trazendo maior qualidade de vida à população.

No entanto, esta mesma equipe tem recebido inúmeras queixas de moradores de ruas que ainda não foram contempladas com as ações do Executivo, sentido-se excluídos.

Buscando representa estes cidadãos em suas reivindicações, apresento esta propositura contando com o apoio dos nobres Deputados para sua destinação de acordo com o art. 188 do Regimento Interno.

Plenário das deliberações, 24 de outubro de 2016.
Dep. Aécio da TV - PP

INDICAÇÃO DEPUTADO AELCIO DA TV - PP - Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Batista Neto, bairro Escola de Polícia, em Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos do art. 188 do Regimento Interno, indica ao Governador do Estado, com cópia para o Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Batista Neto, bairro Escola de Polícia, município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Enviando uma equipe aos bairros de nossa capital, apurou-se que graças à cooperação do Governo do Estado, diversas ruas de Porto Velho receberam recapeamento e pavimentação asfáltica trazendo maior qualidade de vida à população.

No entanto, esta mesma equipe tem recebido inúmeras queixas de moradores de ruas que ainda não foram contempladas com as ações do Executivo, sentido-se excluídos.

Buscando representa estes cidadãos em suas reivindicações, apresento esta propositura contando com o apoio dos nobres Deputados para sua destinação de acordo com o art. 188 do Regimento Interno.

Plenário das deliberações, 24 de outubro de 2016.
Dep. Aécio da TV - PP

INDICAÇÃO DEPUTADO AELCIO DA TV - PP - Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Ancará, bairro Escola de Polícia, em Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos do art. 188 do Regimento Interno, indica ao Governador do Estado, com cópia para o Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Ancará, bairro Escola de Polícia, município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,
Enviando uma equipe aos bairros de nossa capital, apurou-se que graças à cooperação do Governo do Estado, diversas ruas de Porto Velho receberam recapeamento e pavimentação asfáltica trazendo maior qualidade de vida à população.

No entanto, esta mesma equipe tem recebido inúmeras queixas de moradores de ruas que ainda não foram contempladas com as ações do Executivo, sentido-se excluídos.

Buscando representa estes cidadãos em suas reivindicações, apresento esta proposição contando com o apoio dos nobres Deputados para sua destinação de acordo com o art. 188 do Regimento Interno.

Plenário das deliberações, 24 de outubro de 2016.
Dep. Aécio da TV - PP

INDICAÇÃO DEPUTADO AELCIO DA TV - PP - Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Atílio Lima, bairro Escola de Polícia, em Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos do art. 188 do Regimento Interno, indica ao Governador do Estado, com cópia para o Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Atílio Lima, bairro Escola de Polícia, município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,
Enviando uma equipe aos bairros de nossa capital, apurou-se que graças à cooperação do Governo do Estado, diversas ruas de Porto Velho receberam recapeamento e pavimentação asfáltica trazendo maior qualidade de vida à população.

No entanto, esta mesma equipe tem recebido inúmeras queixas de moradores de ruas que ainda não foram contempladas com as ações do Executivo, sentido-se excluídos.

Buscando representa estes cidadãos em suas reivindicações, apresento esta proposição contando com o apoio dos nobres Deputados para sua destinação de acordo com o art. 188 do Regimento Interno.

Plenário das deliberações, 24 de outubro de 2016.
Dep. Aécio da TV - PP

INDICAÇÃO DEPUTADO AELCIO DA TV - PP - Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Leon da Costa, bairro Escola de Polícia, em Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos do art. 188 do Regimento Interno, indica ao Governador do Estado,

com cópia para o Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Leon Costa, bairro Escola de Polícia, município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Enviando uma equipe aos bairros de nossa capital, apurou-se que graças à cooperação do Governo do Estado, diversas ruas de Porto Velho receberam recapeamento e pavimentação asfáltica trazendo maior qualidade de vida à população.

No entanto, esta mesma equipe tem recebido inúmeras queixas de moradores de ruas que ainda não foram contempladas com as ações do Executivo, sentido-se excluídos.

Buscando representa estes cidadãos em suas reivindicações, apresento esta proposição contando com o apoio dos nobres Deputados para sua destinação de acordo com o art. 188 do Regimento Interno.

Plenário das deliberações, 24 de outubro de 2016.
Dep. Aécio da TV - PP

INDICAÇÃO DEPUTADO AELCIO DA TV - PP - Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Rodolfo Amoedo, bairro Escola de Polícia, em Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos do art. 188 do Regimento Interno, indica ao Governador do Estado, com cópia para o Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Rodolfo Amoedo, bairro Escola de Polícia, município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Enviando uma equipe aos bairros de nossa capital, apurou-se que graças à cooperação do Governo do Estado, diversas ruas de Porto Velho receberam recapeamento e pavimentação asfáltica trazendo maior qualidade de vida à população.

No entanto, esta mesma equipe tem recebido inúmeras queixas de moradores de ruas que ainda não foram contempladas com as ações do Executivo, sentido-se excluídos.

Buscando representa estes cidadãos em suas reivindicações, apresento esta proposição contando com o apoio dos nobres Deputados para sua destinação de acordo com o art. 188 do Regimento Interno.

Plenário das deliberações, 24 de outubro de 2016.
Dep. Aécio da TV - PP

INDICAÇÃO DEPUTADO AELCIO DA TV - PP - Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua da Emoção, bairro Escola de Polícia, em Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos do art. 188 do Regimento Interno, indica ao Governador do Estado, com cópia para o Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, a necessidade de pavimentação asfáltica na rua da Emoção, bairro Escola de Polícia, em Porto Velho/RO.

gem e Transportes - DER, a necessidade de pavimentação asfáltica na rua da Emoção, bairro Escola de Polícia, município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Enviando uma equipe aos bairros de nossa capital, apurou-se que graças à cooperação do Governo do Estado, diversas ruas de Porto Velho receberam recapeamento e pavimentação asfáltica trazendo maior qualidade de vida à população.

No entanto, esta mesma equipe tem recebido inúmeras queixas de moradores de ruas que ainda não foram contempladas com as ações do Executivo, sentido-se excluídos.

Buscando representar estes cidadãos em suas reivindicações, apresento esta proposição contando com o apoio dos nobres Deputados para sua destinação de acordo com o art. 188 do Regimento Interno.

Plenário das deliberações, 24 de outubro de 2016.

Dep. Aécio da TV - PP

INDICAÇÃO DEPUTADO AELCIO DA TV - PP - Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Assis Chateaubriand, bairro Escola de Polícia, em Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos do art. 188 do Regimento Interno, indica ao Governador do Estado, com cópia para o Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Assis Chateaubriand, bairro Escola de Polícia, município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Enviando uma equipe aos bairros de nossa capital, apurou-se que graças à cooperação do Governo do Estado, diversas ruas de Porto Velho receberam recapeamento e pavimentação asfáltica trazendo maior qualidade de vida à população.

No entanto, esta mesma equipe tem recebido inúmeras queixas de moradores de ruas que ainda não foram contempladas com as ações do Executivo, sentido-se excluídos.

Buscando representar estes cidadãos em suas reivindicações, apresento esta proposição contando com o apoio dos nobres Deputados para sua destinação de acordo com o art. 188 do Regimento Interno.

Plenário das deliberações, 24 de outubro de 2016.

Dep. Aécio da TV - PP

INDICAÇÃO DEPUTADO AELCIO DA TV - PP - Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Norberto Dantas, bairro Escola de Polícia, em Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos do art. 188 do Regimento Interno, indica ao Governador do Estado, com cópia para o Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Norberto Dantas, bairro Escola de Polícia, município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Enviando uma equipe aos bairros de nossa capital, apurou-se que graças à cooperação do Governo do Estado, diversas ruas de Porto Velho receberam recapeamento e pavimentação asfáltica trazendo maior qualidade de vida à população.

No entanto, esta mesma equipe tem recebido inúmeras queixas de moradores de ruas que ainda não foram contempladas com as ações do Executivo, sentido-se excluídos.

Buscando representar estes cidadãos em suas reivindicações, apresento esta proposição contando com o apoio dos nobres Deputados para sua destinação de acordo com o art. 188 do Regimento Interno.

Plenário das deliberações, 24 de outubro de 2016.

Dep. Aécio da TV - PP

INDICAÇÃO DEPUTADO AELCIO DA TV - PP - Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Antônio Pereira, bairro Escola de Polícia, em Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos do art. 188 do Regimento Interno, indica ao Governador do Estado, com cópia para o Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Antônio Pereira, bairro Escola de Polícia, município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Enviando uma equipe aos bairros de nossa capital, apurou-se que graças à cooperação do Governo do Estado, diversas ruas de Porto Velho receberam recapeamento e pavimentação asfáltica trazendo maior qualidade de vida à população.

No entanto, esta mesma equipe tem recebido inúmeras queixas de moradores de ruas que ainda não foram contempladas com as ações do Executivo, sentido-se excluídos.

Buscando representar estes cidadãos em suas reivindicações, apresento esta proposição contando com o apoio dos nobres Deputados para sua destinação de acordo com o art. 188 do Regimento Interno.

Plenário das deliberações, 24 de outubro de 2016.

Dep. Aécio da TV - PP

INDICAÇÃO DEPUTADO AELCIO DA TV - PP - Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Edgar Graefe, bairro Escola de Polícia, em Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos do art. 188 do Regimento Interno, indica ao Governador do Estado, com cópia para o Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Edgar Graefe, bairro Escola de Polícia, município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Enviando uma equipe aos bairros de nossa capital, apurou-se que graças à cooperação do Governo do Estado, diver-

sas ruas de Porto Velho receberam recapeamento e pavimentação asfáltica trazendo maior qualidade de vida à população.

No entanto, esta mesma equipe tem recebido inúmeras queixas de moradores de ruas que ainda não foram contempladas com as ações do Executivo, sentido-se excluídos.

Buscando representa estes cidadãos em suas reivindicações, apresento esta proposição contando com o apoio dos nobres Deputados para sua destinação de acordo com o art. 188 do Regimento Interno.

Plenário das deliberações, 24 de outubro de 2016.
Dep. Aécio da TV - PP

INDICAÇÃO DEPUTADO AELCIO DA TV - PP - Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Bandeirantes, bairro Escola de Polícia, em Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos do art. 188 do Regimento Interno, indica ao Governador do Estado, com cópia para o Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Bandeirantes, bairro Escola de Polícia, município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Enviando uma equipe aos bairros de nossa capital, apurou-se que graças à cooperação do Governo do Estado, diversas ruas de Porto Velho receberam recapeamento e pavimentação asfáltica trazendo maior qualidade de vida à população.

No entanto, esta mesma equipe tem recebido inúmeras queixas de moradores de ruas que ainda não foram contempladas com as ações do Executivo, sentido-se excluídos.

Buscando representa estes cidadãos em suas reivindicações, apresento esta proposição contando com o apoio dos nobres Deputados para sua destinação de acordo com o art. 188 do Regimento Interno.

Plenário das deliberações, 24 de outubro de 2016.
Dep. Aécio da TV - PP

INDICAÇÃO DEPUTADO AELCIO DA TV - PP - Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Almeida Junior, bairro Escola de Polícia, em Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos do art. 188 do Regimento Interno, indica ao Governador do Estado, com cópia para o Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Almeida Junior, bairro Escola de Polícia, município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Enviando uma equipe aos bairros de nossa capital, apurou-se que graças à cooperação do Governo do Estado, diversas ruas de Porto Velho receberam recapeamento e pavimentação asfáltica trazendo maior qualidade de vida à população.

No entanto, esta mesma equipe tem recebido inúmeras queixas de moradores de ruas que ainda não foram contempladas com as ações do Executivo, sentido-se excluídos.

Buscando representa estes cidadãos em suas reivindicações, apresento esta proposição contando com o apoio dos nobres Deputados para sua destinação de acordo com o art. 188 do Regimento Interno.

Plenário das deliberações, 24 de outubro de 2016.
Dep. Aécio da TV - PP

REQUERIMENTO DEPUTADO DR. NEIDSON - PMN e JESUÍNO BOABAI - PMN - Requerem à Mesa Diretora, que seja encaminhado Voto de Pesar aos familiares do Senhor Miguel Queiroz, pelo seu falecimento, ocorrido no dia 21 de outubro de 2016, no Hospital Samaritano nesta Comarca de Porto Velho/RO.

Os Deputados que o presente subscrevem, requerem a Mesa Diretora, Voto de Pesar aos familiares do senhor Miguel Queiroz, pelo seu falecimento ocorrido no dia 21 de outubro de 2016, em Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

Tem esta proposição a finalidade de Requererem o Voto de Pesar aos familiares do senhor Miguel Queiroz, que exercia a Presidência Regional do Partido da Mobilização Nacional PMN. O Senhor Miguel, assim conhecido por todos, faleceu no último dia 21/10/2016, no município de Porto Velho.

Miguel Queiroz foi dirigente partidário integrado na classe política de Rondônia, cidadão idôneo de respeito, zeloso e dedicado ao trabalho e a família. Pessoa admirável e respeitado por todos.

É sabido que o senhor Miguel fará muita falta para toda coletividade, pela pessoa que representava e também por toda experiência que carregava por intermédio de sua honestidade, integridade, honradez, dignidade, lisura e respeitabilidade.

Ante o exposto, e com todo respeito a este cidadão que o nobre Parlamentar se solidariza e oferece este Voto de Pesar para a família e amigos que passam pelo sofrimento da perda de um grande amigo, que deixará saudades eternas.

Para tanto, contamos com a apreciação e aprovação dos nobres Pares, para o presente "Voto de Pesar".

Plenário das Deliberações, 24 de outubro de 2016
Dep. Dr. Neidson - PMN
Dep. Jesuíno Boabaid - PMN

INDICAÇÃO DEPUTADO DR. NEIDSON DO PMN - Indica ao Poder Executivo do Estado de Rondônia, a possibilidade de ser prorrogada por mais 60 dias, o Programa de Recuperação de Créditos junto ao Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Rondônia - PRC/DETRAN-LO 3.782, de 03 de agosto de 2016.

O Parlamentar que o presente subscreve, ouvido o douto Plenário, na forma regimental, INDICA ao Governo do Estado de Rondônia, possibilidade de ser prorrogada por mais 60 dias, o Programa de Recuperação de Créditos junto ao Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Rondônia PRC/DETRAN-RO, LO 3.872 de 03 de agosto de 2016.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

A presente indicação proposta pelo nobre Parlamentar, visa atender toda população Rondoniense com a necessidade de Prorrogação por mais 60 dias, no que tange o Programa de Recuperação de Créditos, Lei nº 3.872 de 03 de agosto de 2016, para que o Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Rondônia-PRC/DETRAN-RO, possa entender o respectivo prazo, com intuito do sujeito passivo obter mais tempo para realizar e se beneficiar do parcelamento previsto na lei mencionada. Cabe esclarecer que o referido programa de recuperação objetiva viabilizar e aumentar incremento de receita, auxiliando a recomposição do caixa do DETRAN com o resgate dos seus créditos tributários e não tributários inscritos na dívida ativa, solução extremamente oportuna tendo em vista a retração econômica do país, a qual afeta sobremaneira as finanças dos contribuintes, provocando inequívocos ao pagamento de seus débitos junto a Fazenda Pública.

Dito isso, o nobre Parlamentar junto a esta Assembléia Legislativa, visando atender toda população Rondoniense, propõe nesta oportunidade a presente indicação, de modo que possa ser prorrogado através do Governo do Estado, o Programa de Recuperação, LO 3.872/2016, junto ao DETRAN/RO, estendendo assim os prazos fixados anteriormente, como forma de oferecer ao contribuinte maior oportunidade, pois o caso requer.

Assim sendo e com todo o supramencionado, solicitamos aos nobres Pares, especial atenção ao pleito, pedindo desde já a sua aprovação em Plenário.

Plenário das deliberações, 24 de outubro de 2016.
Dep. Dr. Neidson de Barros Soares - PMN

INDICAÇÃO DEPUTADO DR. NEIDSON DO PMN - Indica ao Poder Executivo do Estado de Rondônia com cópia ao órgão competente, a necessidade de denominar o nome de Márcio Paz Menacho, o Bumbódromo de Guajará-Mirim.

O Deputado que o presente subscreve, ouvido o douto Plenário, na forma regimental, INDICA ao Governo do Estado de Rondônia, com cópia ao órgão competente a necessidade de denominar o nome de Márcio Paz Menacho, o Bumbódromo de Guajará-Mirim, como forma de reconhecimento e agradecimento de toda sociedade a esta pessoa que deixou um legado de trabalho e dedicação ao município de Guajará-Mirim.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

A presente indicação visa denominar o nome de MARCIO PAZ MENACHO, o Bumbódromo de Guajará-Mirim. Cristaliza-se neste diapasão que a homenagem é mais que merecida, tendo em vista a importância desta figura ilustre e tão crucial que foi para aquela região.

Márcio Paz Menacho, há anos prestava serviços na Secretaria Municipal de Educação, era músico e fazia para do Boi-bumba Flor do Campo, o qual se dedicava com muito amor.

Márcio, deixou esposa e três filhos. Exemplo de cidadão de conduta idônea, correto, honesto, que conduzia sua vida e o trabalho dentro dos princípios éticos e legais.

Com todo o exposto acima relatados, é que se faz necessário o reconhecimento da figura do senhor MARCIO VAZ MENACHO, que passará a ser denominado, o Bumbódromo de

Guajará-Mirim, como forma de agradecimento de toda sociedade pela pessoa que representava no município de Guajará-Mirim.

Assim sendo e com todo o supramencionado, solicitamos aos nobres Pares, especial atenção ao pleito, pedindo desde já sua aprovação em plenário.

Plenário das deliberações, 24 de outubro de 2016.
Dep. Dr. Neidson -PMN

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR - MESA DIRETORA - Altera as Tabelas 2, 3 e 4 do Anexo I, da Lei Complementar nº 730, de 30 de setembro de 2013.

Art. 1º As Tabelas 2, 3 e 4 do Anexo I, da Lei Complementar nº 730, de 30 de setembro de 2013, que "Estabelece a Estrutura Organizacional Administrativa e o Quadro Gerencial da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, passam a vigorar a seguinte forma:

TABELA 2
Vice-Presidência

Unidade Administrativa	Cargos	Código de Remuneração	Quant.
GABINETE DA 1ª VICE-PRESIDÊNCIA	Secretária de Apoio	DGS-9	01
	Assessor Parlamentar	AP 01-30	Art. 9º, § 3º
	Assessor Técnico	AT 01-30	
	Assistente Parlamentar	ASP 01-30	
GABINETE DA 2ª VICE-PRESIDÊNCIA	Assistente Técnico	AST 01-30	Art. 9º, § 3º
	Secretária de Apoio	DGS-9	
	Assessor Parlamentar	AP 01-30	
	Assessor Técnico	AT 01-30	
	Assistente Parlamentar	ASP 01-30	
	Assistente Técnico	AST 01-30	

TABELA 3
SECRETARIAS DA MESA DIRETORA

Unidade Administrativa	Cargos	Código de Remuneração	Quant.
GABINETE DA 1ª SECRETARIA	Secretária de Apoio	DGS-9	01
	Assessor Parlamentar	AP 01-30	Art. 9º, § 3º
	Assessor Técnico	AT 01-30	
	Assistente Parlamentar	ASP 01-30	
GABINETE DA 2ª SECRETARIA	Assistente Técnico	AST 01-30	Art. 9º, § 3º
	Secretária de Apoio	DGS-9	
	Assessor Parlamentar	AP 01-30	
	Assessor Técnico	AT 01-30	
GABINETE DA 3ª SECRETARIA	Assistente Parlamentar	ASP 01-30	Art. 9º, § 3º
	Assistente Técnico	AST 01-30	
	Secretária de Apoio	DGS-9	
	Assessor Parlamentar	AP 01-30	
GABINETE DA 4ª SECRETARIA	Assessor Técnico	AT 01-30	Art. 9º, § 3º
	Assistente Parlamentar	ASP 01-30	
	Assessor Parlamentar	AP 01-30	
	Assistente Técnico	AST 01-30	

TABELA 4
GABINETE PARLAMENTARES e de COMISSÕES

Unidade Administrativa	Cargos	Código de Remuneração	Quant.
GABINETES DE DEPUTADOS	Chefe de Gabinete	DGS-1	24
	Secretário Executivo	DGS-3	24
	Secretária de Apoio	DGS-9	24
	Assessor Parlamentar	AP 01-30	Art. 9º, § 2º
	Assessor Técnico	AT 01-30	
	Assistente Parlamentar	ASP 01-30	
GABINETES DAS COMISSÕES PERMANENTES	Assistente Técnico	AST 01-30	Art. 9º, § 2º
	Assessor Técnico	AT 01-30	
GABINETE DA OUVIDORIA PARLAMENTAR	Assessor Técnico	AT 01-30	Art. 9º, § 2º
	Assistente Técnico	AST 01-30	
GABINETE DA CORREGEDORIA PARLAMENTAR	Assessor Técnico	AT 01-30	Art. 9º, § 2º
	Assistente Técnico	AST 01-30	
GABINETE DE LIDERANÇA DE GOVERNO	Assessor Técnico	AT 01-30	Art. 9º, § 3º
	Assistente Técnico	AST 01-30	

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

Estamos tomando esta iniciativa, com a finalidade promover uma correção num erro material constatado nas tabelas, 2, 3 e 4 do Anexo I, da Lei Complementar nº 731, de 30 de setembro de 2013, que “Estabelece a Estrutura Organizacional Administrativa e o Quadro Gerencial da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, mais especificamente na descrição do quantitativo em relação ao respaldo legal, pois onde se lê artigo 9º § 2º, com exceção dos Gabinetes Parlamentares, todos os demais constantes nas respectivas tabelas, o fundamento legal é artigo 9º, § 3º.

Diante disso, e com o propósito de propor esta alteração no sentido de corrigirmos tal erro material, é que estamos apresentando o presente Projeto de Lei Complementar, a fim de formalizar e aprovar a devida correção. Entendemos ser necessário e urgente que procedamos tal modificação, até para evitar possíveis futuros questionamentos.

Para que possamos aprovar a nossa proposta, corrigindo assim essa disposição constante das tabelas acima mencionadas, e consequentemente as tabelas da mencionada lei complementar, onde se refere aos dispositivos que a embasam, estejam com consonância com os dispositivos da referida norma legal.

Portanto, contamos com o apoio e o voto dos nobres Pares, no sentido de aprovarmos a nossa proposta que modifica as tabelas retro mencionadas.

Plenário, 25 de outubro de 2016

Dep. Maurão de Carvalho - Presidente

Dep. Edson Martins - 1º Vice-Presidente

Dep. Hermínio Coelho - 2º Vice-Presidente

Dep. Lebrão - 1º Secretário

Dep. Glaucione - 2ª Secretária

Dep. Alex Redano - 3 Secretário

Dep. Rosangela Donadon - 4ª Secretária

INDICAÇÃO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR – DEM – Indica ao Governo do Estado, com cópia ao DER a necessidade urgente do cascalhamento na RO 140 no trecho de Cacaulândia a Colina Verde.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, indica ao Governo do Estado com cópia ao DER, a necessidade urgente do cascalhamento na RO 140 no trecho de Cacaulândia a Colina Verde.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Esta proposição se dá pelo fato de inúmeros acidentes que vem acontecendo no referido trecho da RO-140, pois a mesma possui um fluxo muito grande de veículos e caminhões tornando-se um perigo eminente a quem necessita utilizar a estrada, pois a mesma encontra-se cheia de buracos.

Plenário das Deliberações, 25 de outubro de 2016.

Dep. Adelino Ângelo Follador – DEM

INDICAÇÃO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR – DEM – Reitera ao Governo do Estado, com cópia ao DER a necessidade urgente de recuperação da ponte sobre o Rio Pardo na RO 140, município de Cacaulândia/RO, até o Distrito de Colina Verde.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, indica ao Governo do Estado com cópia ao DER, a necessidade urgente de recuperação da ponte sobre o Rio Pardo na RO 140, município de Cacaulândia/RO, até o Distrito de Colina Verde.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Esta proposição se faz necessária, pelo fato de que esta ponte com grande fluxo de veículos, caminhões, ônibus escolares e outros, e está correndo o risco de desabar pois, duas sapatas encontram-se totalmente danificadas, necessitando urgente de reparos.

Plenário das Deliberações, 25 de outubro de 2016.

Dep. Adelino Ângelo Follador – DEM

INDICAÇÃO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR – DEM – Indica ao Governo do Estado, com cópia ao DER a necessidade urgente de recuperação da ponte sobre o Rio Canaã na RO 110, que liga os municípios de Monte Negro a Cacaulândia/RO.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, indica ao Governo do Estado com cópia ao DER, a necessidade urgente de recuperação da ponte sobre o Rio Canaã na RO 110, que liga os municípios de Monte Negro a Cacaulândia/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Esta proposição se faz necessária, pelo fato de que esta ponte com grande fluxo de veículos, caminhões, ônibus escolares e outros, e está correndo o risco de desabar pois, duas sapatas encontram-se totalmente danificadas, necessitando urgente de reparos.

Plenário das Deliberações, 25 de outubro de 2016.

Dep. Adelino Ângelo Follador – DEM

INDICAÇÃO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR – DEM – Indica ao Governo do Estado, com cópia ao DER a necessidade urgente da manutenção da ponte sobre o Rio Jamari, RO 110, que liga os municípios de Monte Negro a Cacaulândia/RO.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, indica ao Governo do Estado com cópia ao DER, a necessidade urgente de recuperação da ponte sobre o Rio Jamari, RO 110, que liga os municípios de Monte Negro a Cacaulândia/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Esta proposição se faz necessária, pelo fato de que esta ponte com grande fluxo de veículos, caminhões, ônibus

escolares e outros, já apresenta várias rachaduras, esta ponte foi uma das compensações da usina daquela localidade, necessita de uma melhor fiscalização por parte do DER, necessitando urgente de reparos.

Plenário das Deliberações, 25 de outubro de 2016.
Dep. Adelino Follador – DEM

INDICAÇÃO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO – PMDB

– Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, sobre a necessidade de cedência do prédio do IPERON, município de São Miguel do Guaporé.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao Senhor Governador do Estado, o sentido de viabilizar junto ao IPERON, sobre a possibilidade da cedência do prédio do IPERON que está em desuso no município de São Miguel do Guaporé, para uso do Sindicato dos Produtores Rurais do referente município, por tempo determinado até 31 de dezembro de 2018.

JUSTIFICATIVA

O Parlamentar que o presente subscreve, faz tal indicação, a pedido do vereador: Crispin da Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé. Tendo em vista a necessidade de instalação provisória do Sindicato dos Produtores Rurais do município em questão, solicito ao Governador do Estado a referida cedência, para que os trabalhos junto aos produtores rurais possam ser atendidos dentro de suas necessidades, sabendo-se que o prédio está em desuso pelo IPERON e será de grande valia para que o sindicato possa realizar seus trabalhos em parceria com o Estado e demais órgãos afins.

Sendo assim, solicito a aprovação aos Nobres pares, para que possamos encaminhar junto ao Executivo Estadual, atendendo a população rural da referida região.

Plenário das Deliberações, 25 de outubro de 2016.
Dep. Maurão de Carvalho – PMDB

INDICAÇÃO DEPUTADO MARCELINO TENÓRIO – PRP – Indica a necessidade de que seja instituída uma parceria entre a SEDAM e EMATER, visando facilitar o processo de renovação das licenças ambientais para as pisciculturas de baixo impactos, em todo o Estado de Rondônia.

O Parlamentar que este subscreve, indica na forma regimental, ao Governo do Estado de Rondônia, com cópia para Secretaria de Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, a necessidade de ser estabelecida parceria com a EMATER, visando facilitar e desburocratizar o processo de renovação das licenças ambientais das pisciculturas de baixo impacto ambiental, sem prejuízo da obediência às normas pré-estabelecidas em lei.

Esta parceria, além de facilitar e desburocratizar o processo trará de imediato uma satisfação aos piscicultores, haja vista, a morosidade atual, que causa inúmeros prejuízos, fazendo com que a produção fique mais tempo do que o necessário em estoque, resultando no consumo maior de ração e aumentando o custo de produção, no que concerne a margem de lucro, desmotivando o produtor.

JUSTIFICATIVA

A presente indicação encontra fundamentação, a medida que percebemos que a SEDAM, possui um número reduzido de técnicos para avaliação e análise dos impactos ambientais e, isto torna mais moroso o processo.

Além disso, a EMATER, no caso dispõe de efetivo maior, possui também em termos logísticos escritório em quase todos os municípios e distritos, o que facilitará o tramite administrativo do processo. Certamente, a parceria acelerará o processo de emissão da renovação de licenças, motivando o produtor, o que trará mais disposição para incrementar e empreender mais em suas propriedades, garantindo a permanência de sua família nas mesmas.

Plenário das Deliberações, 18 de outubro de 2016.
Dep. Marcelino Tenório – PRP

INDICAÇÃO DEPUTADO ALEX REDANO – PRB – Indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade de um estudo de viabilização de integração da gratificação aos proventos dos servidores do Departamento de Estradas de Rodagem – DER.

O Parlamentar que o presente subscreve, indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade de um estudo de viabilização de integração da gratificação aos proventos dos servidores do Departamento de Estradas de Rodagem – DER.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

Esta propositura se faz necessário afim de que seja garantido aos servidores do DER, com intuito de maior segurança, um provento integrado, onde futuramente poderá resultar em possibilidades maiores em função do aumento salarial, como obtenção de crédito em entidades financeiras, maior estabilidade para funcionários aposentados e entre outros benefícios.

Plenário das Deliberações, 25 de outubro de 2016.
Dep. Alex Redano – PRB

INDICAÇÃO DEPUTADO AIRTON GURGACZ – PDT - Indica ao Senhor Governador do Estado de Rondônia e ao Comandante Geral da Polícia Militar a necessidade de reforma do posto de Polícia Avançada no município de Pimenteiras D'Oeste.

O Deputado que o presente subscreve e ouvindo o Plenário na forma regimental, indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia e ao Comandante Geral da Polícia Militar a necessidade de reformar o Posto de Polícia Avançada no município de Pimenteiras D'Oeste.

JUSTIFICATIVA

Tal propositura tem como objetivo atender a população e aos servidores que sofrem com a estrutura física do prédio deficiente, necessitando urgentemente de pintura interna e externa, reforma na parte elétrica e hidráulica e reforma do telhado. O posto há anos não recebe nenhum tipo de reparo em sua estrutura.

Vale ressaltar que o prédio não apresenta segurança aos seus funcionários e aos usuários, muitas vezes esses chegam desesperados e se deparam com a situação de calamidade de que se encontra o posto.

É dever do Estado proporcionar aos seus servidores condições adequadas e dignas de trabalho e a população atendimento rápido e de qualidade no serviço público o que é prejudicado pela falta de estrutura.

Por tais motivos acreditamos que essa propositura mereça total acolhida, assim contamos com o apoio dos nobres pares para sua imediata aprovação.

Plenário das Deliberações, 26 de abril de 2016.
Dep. Airton Gurgacz – PDT

INDICAÇÃO DEPUTADO AIRTON GURGACZ – PDT - Indica ao Senhor Governador do Estado de Rondônia e ao Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, a necessidade de equiparar o salário dos motoristas de caminhões com os operadores de máquinas pesadas.

O Deputado que o presente subscreve e ouvindo o Plenário na forma regimental, indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia e ao Departamento de Estradas, Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, a necessidade de equiparar o salário dos motoristas de caminhões com os operadores de máquinas pesadas.

JUSTIFICATIVA

Tal solicitação tem como objetivo atender a uma solicitação dos motoristas de caminhões que trabalham no Departamento de Estradas, Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, a fim de que equiparar os seus vencimentos aos dos operadores de máquinas pesadas.

O motoristas de caminhões trabalham em condições iguais às dos operadores de máquinas, possuem a mesma carga horária, trabalham no mesmo local enfrentam juntos as mesmas dificuldades que as obras apresentam, não seria justo com os motoristas receberem menos que os operadores de máquinas.

Certo que essa propositura mereça total acolhida, contamos com o apoio dos nobres pares para sua imediata aprovação.

Plenário das Deliberações, 25 de outubro de 2016.
Dep. Airton Gurgacz – PDT

REQUERIMENTO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA – PMDB - Requer à Mesa Diretora, que solicite informações à Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A – Eletronorte, reinício da Obra de Conclusão da Ponte da Integração sobre o Rio Jamari, no município de Itapuã do Oeste Estado de Rondônia.

O Parlamentar que o presente subscreve, com amparo regimental (Art. 172 – RIALE), Considerando que já passaram 11 (onze) meses em que o Embargo da empresa SPA Engenharia Industria e Comércio Ltda, foram declarados “rejeitados”, nos limites do Art. 535, Incisos I e II do CPC, pela Egrégia Terceira Turma do STJ, por unanimidade nos termos do Voto do Sr. Ministro Relator e acompanhado pelos Srs. Ministros Riccardo Villas Boas Cueva (Presidente), Marco Aurélio Bellize, Mauro Ribeiro e João Otávio de Noronha, em 13 de outubro de 2015, data do julgamento; Requer à Mesa Diretora, que solicite informações da Centrais elétricas do Norte do Brasil – ELETRONORTE, do reinício das Obras de Conclusão da Ponte sobre o Rio Jamari, no município de Itapuã do Oeste – RO. E que o atraso só vem acarretando prejuízo para agricultores, produtores rurais e a população atingida pelo descaso dos ór-

gãos federais, que são responsável pelo empreendimento público.

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados ,

Objetiva o presente requerimento, pedir a Mesa Diretora, que solicite informações da Centrais elétricas do Norte do Brasil S/A-ELETRNORTE, sobre o reinício das Obras de Conclusão da Ponte da Integração sobre o rio jamari, no município de Itapuã do Oeste - RO, pois há mais de 11 meses a empresa que embargou a Obra, “perdeu a causa”, sendo “rejeitados os embargos”. E os agricultores e produtores rurais responsáveis por 80% da produção Agrícola do Município de Itapuã do Oeste/RO, continuam sofrendo prejuízos, assim como a Classe estudantil, que todos os dias tem que cruzar o rio em dragas sem a mínimna segurança.

Peço aos nobres Pares apoio para aprovação desta indicação.

Plenário das Deliberações, 25 de outubro de 2016
Dep. Jean Oliveira – PMDB

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO – PT - Concede Titulo Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao excelentíssimo reverendíssimo BISPO Dom ANTÔNIO POSSAMAI.

Art. 1º. – Fica concedido o Titulo de cidadão Honorifico do Estado de Rondônia ao excelentíssimo reverendíssimo BISPO DOM ANTÔNIO POSSAMAI pelos serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º. – Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

“Queremos ser Igreja Inculturada, a favor da vida em plenitude nesta realidade pluricultural e desigual, em atitude decidida de serviço, diálogo, renovado andor missionário e, tudo no testemunho de comunhão. Para alcançar esse objetivo, propõem-se estratégias concretas para o “grito” não soar em vão” (Dom Antônio Possamai).

Sua reverendíssima Santidade, O Bispo DOM Antônio Possamai, nasceu em 05 de abril de 1929, na cidade de Acurra Estado de Santa Catarina, uma pequena e muito tranqüila cidade de origem Italiana colonizada em 1878 Sua profissão religiosa aconteceu no dia 31 de janeiro de 1984, e a Ordenação Presbiterial em 08 de dezembro de 1957. Cursou filosofia em São João Del Rey/MG de 1948 a 1950; teologia no Instituto Pio XI em São Paulo de 1954^a 1957; Cursou de renovação teológica e espiritualidade na Venezuela em 1970; foi diretor de estudos pároco e vigário paroquial. Vice provincial dos salesianos em Porto Alegre/RS de 1963 a 1972; provincial em Recife/PE de 1976 a 1982. O processo de oficialização eclesiástica da Diocese de Ji-Paraná começou no ano de 1978, com a criação da Prelazia de Rondônia, e sua constituição oficial e instalação jurídica no ano de 1983, e em 04 de março

de 1983, Dom Antônio Possamai. Foi nomeado primeiro bispo Diocesano e assim consagrado, em 15 de maio de 1983. A serviço da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, cumpre a Presidência do serviço pastoral dos Migrantes, Presidente do Regional Norte I; Vice-Presidente da Comissão Episcopal para a Amazônia; membro da Conferência de Aparecida (CELAM), exercendo o trabalho pastoral na Diocese de Ji-Paraná até o dia 11 de abril de 2007, cujo lema e postura sempre foi, “O senhor enviou-me a anunciar a boa nova aos pobres”. Criou o CEPAMI (Centro de Pastoral do Migrante), incentivou e apoiou a criação das associações de ajuda-mutua e as pastorais sociais, principalmente a pastoral política-partidária, que deu origem às duas escolas de formação política naquela Diocese. Antes de atuar como bispo exerceu o ministério no nordeste brasileiro. Chegou quando a Amazônia começou a ser conquistada. (...) “Lembro-me das floresta que aos poucos foram sendo derrubadas, mas ninguém tinha coragem de enfrentar essa realidade”. “Bispo Dom Antônio Possamai). Foi perseguido e ameaçado. Foram 24 anos (05/06/2007) que Dom Antônio Possamai esteve à frente da Diocese de Ji-Paraná. Semear a esperança. Atuou na defesa dos sem-trabalhos social. Buscava responder aos desafios da realidade local procurando unir fé e vida e sempre se pronunciou com sabedoria e fé. Buscou alfabetização dos que não tinham. Dom Antônio Possamai hoje com 85 anos, como bispo emérito, reside em Porto Velho, na paróquia São João Bosco de Porto Velho, dando-nos a alegria de sua presença, o testemunho de sua esperança, de sua cordialidade e, sobretudo de sua colegialidade episcopal. Ante ao exposto, pelos relevantes serviços prestados ao Estado merecedor desta tão honrosa homenagem que pedimos aos nobres Pares aprovação desta proposição.

Fontes, <http://tede2puers.br/tede2/bitstream/tede/2517/1/463987.pdf>

[Hhttp://cptronandia.blogspot.com.br/2014/dom-antonio-passami-obreiro-da-justica.html](http://cptronandia.blogspot.com.br/2014/dom-antonio-passami-obreiro-da-justica.html)

<https://pt.wikipedia.org/wiki/%c3%a1>

Plenário das Deliberações, 25 de outubro de 2016.

Dep. Lázinho da FETAGRO - PT

REQUERIMENTO DEPUTADO JESUINO BOABAI – PMN -

Requer à Mesa Diretora, que solicite informações ao Secretário da Segurança, Defesa e Cidadania de Rondônia – SESDEC, a respeito da Convocação dos excedentes do Concurso Público da Polícia Civil, no âmbito do Estado de Rondônia.

O Parlamentar que o presente subscreve, requer à Mesa Diretora, nos termos do artigo 29, XVIII, XXXVI c/c art. 31, §3º, da Constituição Estadual e do Regimento Interno no artigo 146, IX, c/c 172 e 179, que solicite informações ao Secretário de Segurança, Defesa e Cidadania de Rondônia – SESDEC, a respeito da Convocação dos excedentes do Concurso Público da Polícia Civil, no âmbito do Estado de Rondônia, conforme discrimina a seguir:

1. Quantos Policiais civis passaram para a inatividade até a presente data?
2. Quantos policiais estarão aptos para aposentadoria até dezembro de 2016?
3. Qual impacto orçamentário para a contratação de todos aprovados da Polícia Civil?
4. Qual o prazo para a nova convocação dos excedentes do Concurso da Polícia Civil?
5. Quantos candidatos aprovados serão chamados para a próxima academia?

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

O presente Requerimento é necessário para apurar informações pertinentes à Convocação dos candidatos que prestaram concurso para a Polícia Civil, no Estado de Rondônia, sendo que existe um déficit de pelo menos mil policiais civis, ou seja, o servidores na polícia civil é irrisório perante a demanda das atividades diárias.

Destaca-se que, na realização do último concurso houve aproximadamente 250 aprovados, sendo de extrema necessidade a contratação dos mesmos para melhorar o quadro dos servidores.

Outrossim, é importante mencionar o entendimento do Supremo Tribunal Federal, conforme a Súmula nº 15, vejamos:

Dentro do prazo de validade do concurso, o candidato aprovado tem o direito à nomeação, quando o cargo for preenchido sem observância da classificação.

Vale salientar que, devido à falta de efetivo nestas categorias, nota-se a existência de um déficit na Segurança Pública do Estado, porém, os aprovados que aguardam contratação irão suprir parcial e temporariamente esse déficit, uma vez que a tendência é de aumentar, haja vista que há servidores aguardando serem passados para a inatividade ou serem aposentados.

Desta forma, solicito esclarecimentos ao Secretário de Segurança Defesa e Cidadania de Rondônia – SESDEC, para apresentar as informações supra citadas inerentes convocação dos candidatos aprovados no Concurso Público da Polícia Civil, edital nº 0001/2,014-SESDEC/PC/CONCULPOL, de 31 de março de 2014.

Face o exposto, é que peço aos nobres Pares a aprovação do presente requerimento.

Plenário das Deliberações, 25 de outubro de 2016

Dep. Jesuino Boabaid - PMN

REQUERIMENTO DEPUTADO JESUINO BOABAI – PMN -

Requer Voto de Posar, para o SD PM Gelsimar Trindade Nunes, que faleceu no dia 22 de outubro de 2016, decorrente de homicídio, nesta Capital.

O Parlamentar que o presente subscreve, na forma regimental do art. 181, inciso XI, do Regimento Interno, requer Voto de Posar, para o SD PM Gelsimar Trindade Nunes, que faleceu no dia 22 de outubro de 2016, decorrente de homicídio, nesta Capital.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

Foi com bastante pesar que o Deputado Estadual Jesuino Boabaid (PMN) recebeu a notícia sobre a morte do Soldado da Polícia Militar do Estado de Rondônia, SD PM Trindade. O Militar foi executado a tiros na noite do último sábado (22), na Av. José Vieira Caúla com rua Ana Neri, bairro Cuniã, quando foi surpreendido por assaltantes, que efetuaram vários disparos contra o PM, vindo a óbito no local, tendo sua motocicleta e arma roubada.

A perda do SD PM Trindade, lotado em Porto Velho/RO, além de representar uma dor imensa aos familiares e amigos, também é sentido por todos os servidores da Polícia Militar espalhados pelo território brasileiro. O servidor contribuiu com

profissionalismo, honestidade e comprometimento para a preservação da segurança e da vida do próximo.

Manifesto a família enlutada, minhas condolência, peço à Deus o conforto, pois somente o Senhor é capaz de consolar neste momento de tristeza e dor.

Conto com o apoio e o Voto dos nobres Pares a aprovação da propositura.

Plenário das Deliberações, 25 de outubro de 2016
Dep. Jesuino Boabaid – PMN

REQUERIMENTO DEPUTADO JESUINO BOABAI D – PMN -

Requer realização de Sessão Solene no dia 28 de novembro às 15 h, para entrega de Voto de Louvor aos Policiais Militares, que se destacaram pelos relevantes serviços prestados ao Estado.

O Parlamentar que a presente subscreve, requer à Mesa Diretora, na forma regimental, nos termos dos artigos 107, inciso V, c/c 181, inciso III, do Regimento Interno, a realização de Sessão Solene no Plenário desta Casa de Leis, no dia 28 de novembro de 2016, às 15 h, para entrega de Voto de Louvor aos Policiais Militares, que se destacaram pelos relevantes serviços prestado ao Estado.

J U S T I F I C A T I V A

Nobres Parlamentares,

O presente requerimento tem a finalidade de realizar a entrega de Voto de Louvor aos policiais militares, os quais são homenageados pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Destaca-se que, a homenagem reconhece o trabalho dos policiais militares, que atuam no ostensivo, que recebem uma árdua missão para garantir a segurança Pública aos cidadãos do Estado de Rondônia, sendo de grande relevância oferecer as honras merecidas a esses Policiais.

Face o exposto, é que pedimos aos nobres Pares a aprovação do presente requerimento.

Plenário das Deliberações, 25 de outubro de 2016
Dep. Jesuino Boabaid – PMN

REQUERIMENTO DEPUTADO JESUINO BOABAI D – PMN -

Requer à Mesa diretora a realização de Sessão Solene no Plenário desta Casa de Leis, no dia 21 de novembro de 2016, às 9 h, para entrega de Voto de Louvor aos Servidores Públicos lotados na Unidade de Internação Masculina Sentenciada I, neste município de Porto Velho.

O Parlamentar que o presente subscreve, Requer à Mesa Diretora, na forma regimental, nos termos dos artigos 197, inciso III, do Regimento Interna, a realização de Sessão Solene, no Plenário desta Casa de Leis, no dia 21 de novembro de 2016, às 9 h, para entrega de Voto de Louvor aos servidores Públicos lotados na Unidade de Internação Masculina Sentenciada I, neste município de Porto Velho.

J U S T I F I C A T I V A

Nobres Parlamentares,

O presente Requerimento tem a finalidade de realizar a entrega de Voto de Louvor aos servidores públicos, no exercício da função de sócio educador, lotado na Unidade de Internação Masculina Sentenciada I, decorrente do alcance social do serviço prestado no sistema prisional no âmbito do Estado de Rondônia.

Face o exposto, é que pedimos aos nobres Pares a aprovação do presente requerimento.

Plenário das Deliberações, 25 de outubro de 2016
Dep. Jesuino Boabaid – PMN

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL DEPUTADO

EZEQUIEL JUNIOR – PSDC - Acrescenta dispositivo ao Art. 136-A da Constituição Estadual tornando obrigatória a execução orçamentária das emendas individuais.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA DECRETA:

Art. 1º - acrescenta § 13 ao Art. 136-A da Constituição Estadual a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 136-A. (...)

§ 8º. Quando a transferência obrigatória do Estado, para a execução da Programação prevista nos §1 deste artigo, for destinada aos Municípios, independará da adimplência do ente federativo destinatário e não integrará a base de cálculo da receita corrente líquida para fins de aplicação dos limites de despes de pessoal de que trata o caput do Art. 138.

Art. 2º Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

J U S T I F I C A T I V A

Nobres Deputados,

A presente proposta de emenda à Constituição Estadual, cabe ressaltar, está amparado por simetria à Emenda Constitucional nº 86, aprovada no Congresso Nacional.

É inegável que a aprovação desta PEC é uma legítima exigência da Assembleia Legislativa e da própria sociedade brasileira, por representar um avanço no sentido de fortalecer a participação do Parlamento na alocação dos recursos públicos.

O objetivo é o de aperfeiçoar esse regime para adequá-lo ao cenário socioeconômico do país, notadamente ao quadro geral das restrições econômica – financeiras que pairam sobre o globo da peça orçamentária, bem como à necessidade de que se apliquem regras claras, inequívocas e estáveis à definição do limite mínimo de dispêndios que o Estado deve observar para efeito de ações e serviços públicos.

O momento econômico a que passa todo o país, especialmente os Municípios que, em sua grande maioria, recebem recursos advindos apenas do fundo de participação deve ser acompanhado de perto, devendo os Poderes Constituídos colaborar com o desenvolvimento local.

Desta sorte, os recursos de emenda representam grande implemento de crescimento e investimento, permitindo que estes federados possam retomar seu crescimento e permitindo que a sociedade local sofra com menos intensidade o impacto da crise.

Mais estes recursos representam o desejo do Constituinte em ver concretizado o princípio federativo, permitindo que os Municípios possam crescer e ter rendas próprias, tornando-se, com o tempo, efetivamente independentes.

Portanto, não há como argumentar pela inconstitucionalidade desta. Devendo ainda a Assembleia Legislativa do Estado se adequar à Constituição Federal, da mesma forma que já ocorre em proposta que tramitam em outras Casas Legislativas.

Plenário das Deliberações, 25 de outubro de 2016
Dep. Ezequiel Junior – PSDC

INDICAÇÃO DEPUTADO AIRTON GURGACZ – PDT - Indica ao senhor Governador do Estado de Rondônia criação do 3º Colégio Militar do Estado de Rondônia através da Militarização da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Júlio Guerra no município de Ji-Paraná.

O Deputado que o presente subscreve e ouvido o Plenário na forma regimental, indica ao excelentíssimo senhor Governador do Estado de Rondônia a militarização da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Júlio Guerra, localizada no município Ji-Paraná, criado assim mais uma unidade de colégio militar em nosso Estado.

JUSTIFICATIVA

Tal propositura tem como objetivo alavancar o Ensino Fundamental e Médio no município de Ji-Paraná com a inserção da educação e disciplina contida no PPP – Projeto Político Pedagógico do Colégio Militar.

A implantação de disciplina militar na Escola Júlio Guerra irá contribuir com o ensino de qualidade primando-se pela disciplina granjeando assim o respeito, a admiração e o apreço da população usuária, o que é motivo de satisfação para a administração estadual.

Ressalte-se que o presente pleito é para atender o clamor da população Ji-Paranaense representa pelos dez mil moradores que assinaram um documento requerendo a escola militar naquele Município.

É notório que o ensino escolar ministrado nos padrões de regime disciplinar militar contribui com a melhora de fatores sociais, culturais, econômicos, para que se possa diminuir o número de evasão dos alunos e os índices de criminalidade na escola.

Vale ressaltar que a Escola Júlio Guerra está bem localizada e de fácil acesso a todas as linhas de transporte público

municipal, tornando acessível a toda população, com boa capacidade em sua estrutura física e sua localização privilegiada a referida Escola preenche todos os pré-requisitos necessários para a implantação do modelo do Colégio Militar, que é referência em todo Brasil.

Outro fator que levou à escolha desta Unidade é o fato de atualmente ela atender pouco mais da metade de sua capacidade de alunos, tornando-a subutilizada, além do que constatou-se um índice alto de violência dentro da Escola, com grande número de registros de ocorrências envolvendo o uso de drogas, agressões físicas, prática sexual dentro da escola e até porte ilegal de armas.

Os alunos e a sociedade de Ji-Paraná serão amplamente beneficiados com esse novo de administração da escola da Escola Júlio Guerra, por isso certo que essa propositura mereça total acolhida, contamos com o apoio dos nobres Pares para sua imediata aprovação.

Plenário das Deliberações, 25 de outubro de 2016
Dep. Airton Gurgacz – PDT

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO – PMDB - Suspende a execução do Decreto Legislativo nº 509, de 19 de fevereiro de 2014.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA decreta:

Art. 1º Fica suspensa, nos termos do inciso XX do artigo 29 da Constituição Estadual, a execução do Decreto Legislativo nº 509, de 19 de fevereiro de 2014, que “Susta o Decreto nº 4.567, de março de 1990, do Poder Executivo”, por ter sido declarado inconstitucional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A Constituição Estadual em seu artigo 29, inciso XX, estabelece que é de competência privativa da Assembleia Legislativa “suspender a execução, no todo ou em parte, de lei ou de ato normativo estadual ou municipal declarado inconstitucional por decisão judicial definitiva”.

Sendo assim, apresentamos o presente Projeto de Decreto Legislativo, nos termos da letra “d”, do inciso I, do Parágrafo único, do art. 166 do Regimento Interno, para suspender a execução do Decreto Legislativo nº 509, de 19 de fevereiro de 2014, que “Susta o Decreto nº 4.567, de 23 de março de 1990, do Poder Executivo”, em razão da declaração de inconstitucionalidade pelo Tribunal de Justiça do Estado, conforme teor do Ofício nº 655/2016 - T. Pleno, encaminhado a esta Casa em 22 de setembro de 2016.

Isto posto, contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação desta proposição.

Plenário das Deliberações, 25 de outubro de 2016.
Dep. Maurão de Carvalho - PMDB

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO – PMDB - Suspende a execução do Decreto Legislativo nº 507, de 19 de fevereiro de 2014.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA decreta:

Art. 1º Fica suspensa, nos termos do inciso XX do artigo 29 da Constituição Estadual, a execução do Decreto Legislativo nº 507, de 19 de fevereiro de 2014, que “Susta o Decreto nº 5.124, de 6 de junho de 1991, do Poder Executivo”, por ter sido declarado inconstitucional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A Constituição Estadual em seu artigo 29, inciso XX estabelece que é de competência privativa da Assembleia Legislativa “suspender a execução, no todo ou em parte, de lei ou de ato normativo estadual ou municipal declarado inconstitucional por decisão judicial definitiva”.

Sendo assim, apresentamos o presente projeto de Decreto Legislativo, nos termos da letra “d”, do inciso I, do Parágrafo único, do art. 166 do Regimento Interno, para suspender a execução do Decreto Legislativo nº 507, de 19 de fevereiro de 2014, que “Susta o Decreto nº 5.124, de 6 de junho de 1991, do Poder Executivo”, em razão da declaração de inconstitucionalidade pelo Tribunal de Justiça do Estado, conforme teor do Ofício nº 655/2016 – T. Pleno, encaminhado a esta Casa em 22 de setembro de 2016.

Isto posto, contamos com o apoio dos nobres Pares para aprovação desta proposição.

Plenário das Deliberações, 25 de outubro de 2016.
Dep. Maurão de Carvalho - PMDB

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO – PMDB - Suspende a execução do Decreto Legislativo nº 506, de 11 de fevereiro de 2014.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA decreta:

Art. 1º Fica suspensa, nos termos do inciso XX do artigo 29 da Constituição Estadual, a execução do Decreto Legislativo nº 7.335, de 17 de janeiro de 1996, do Poder Executivo”, por ter sido declarado inconstitucional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor nas data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A Constituição Estadual em seu artigo 29, inciso XX, estabelece que é de competência privativa da Assembleia Legislativa “suspender a execução, no todo ou em parte, de lei

ou de ato normativo estadual ou municipal declarado inconstitucional por decisão judicial definitiva”.

Sendo assim, apresentamos o presente projeto de decreto legislativo, nos termos da letra “d”, do inciso I, do Parágrafo único, do art. 166 do Regimento Interno, para suspender a execução do Decreto Legislativo nº 506, de 11 de fevereiro de 2014, que “Susta o Decreto nº 7.335, de 17 de janeiro de 1996, do Poder Executivo”, em razão da declaração de inconstitucionalidade pelo Tribunal de Justiça do Estado, conforme teor do Ofício nº 655/2016 – T. Pleno, encaminhado a Casa em 22 de setembro de 2016.

Isto posto, contamos com o apoio dos nobres Pares para aprovação desta proposição.

Plenário das Deliberações, 25 de outubro de 2016.
Dep. Maurão de Carvalho - PMDB

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO – PMDB - Suspende a execução do § 6º, do artigo 4º - A, da Lei nº 3.563, de 02 de junho de 2015.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA decreta:

Art. 1º Fica suspensa, nos termos do inciso XX do artigo 29 da Constituição Estadual, a execução do § 6º, da Lei nº 3.563, de 02 de junho de 2015, que “Acrescenta dispositivos à Lei n. 2.528, de 25 de julho de 2011, que “Cria a Fundação Rondônia de amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e a Pesquisa do Estado de Rondônia, nos termos do artigo 201 da Constituição”, por ter sido declarado inconstitucional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Sendo assim, apresentamos o presente projeto de Decreto Legislativo, nos termos da letra “d”, do inciso I, do Parágrafo único, do art. 166 do Regimento Interno, para suspender a execução do § 6º, do artigo 4º - A, da Lei nº 3.563, de 02 de junho de 2015, que “Acrescenta dispositivos à Lei n. 2.528, de julho de 2011, que “Cria a Fundação Rondônia de amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e a Pesquisa do Estado de Rondônia, nos termos do artigo 201 da Constituição Estadual”, em razão da declaração de inconstitucionalidade pelo Tribunal de Justiça do Estado, conforme teor do Ofício nº 620/2016 – T. Pleno, encaminhado a esta Casa em 21 de setembro de 2016.

Isto posto, contamos com o apoio dos nobres Pares para aprovação desta proposição.

Plenário das Deliberações, 25 de outubro de 2016.
Dep. Maurão de Carvalho - PMDB

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO – PMDB - Suspende a execução do Decreto Legislativo nº 508, de 19 de fevereiro de 2014.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA decreta:

Art. 1º Fica suspensa, nos termos do inciso XX do artigo 29 da Constituição Estadual, a execução do Decreto Legislativo nº 508, de 19 de fevereiro de 2014, que “Susta o Decreto nº 7.600, do Poder Executivo”, por ter sido declarado inconstitucional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sendo assim, apresentamos o presente projeto de decreto legislativo, nos termos da letra “D”, do inciso I, do Parágrafo único, do art. 166 do Regimento Interno, para suspender a execução do Decreto Legislativo nº 508, de 19 de fevereiro de 2014, que *“Susta o Decreto nº 7.600, de 8 de outubro de 1996, do Poder Executivo”, em razão da declaração de inconstitucionalidade pelo Tribunal de Justiça do Estado, conforme teor do Ofício nº 655/2016 – T. Pleno, encaminhado a esta Casa em 22 de setembro de 2016.*

Isto posto, contamos com o apoio dos nobres Pares para aprovação desta proposição.

Plenário das Deliberações, 25 de outubro de 2016.

Dep. Maurão de Carvalho - PMDB

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 401/2016-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 16 a 19/11/2016, ao servidor relacionado que se deslocará a cidade de Manaus - AM, para assessorar os Deputados que irão participar da reunião da Frente Parlamentar Interestadual de Mobilização Nacional Pró-Criança e Adolescente - FENACRI, conforme Processo nº. 00015792/2016-74.

Matricula: 200160526

Nome: Edilson Oliveira Neves

Cargo: Assessor Parlamentar

Lotação: Gab. da Presidência

Porto Velho - RO, 10 de Novembro de 2016.

MAURÃO DE CARVALHO
Presidente

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
Secretário Geral Adjunto

ATO Nº 402/2016-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 06 (seis) diárias no período de 14 a 19/11/2016, ao servidor relacionado que se deslocará a cidade de Trinidad, Beni-Bolívia, para representar o Deputado Lebrão junto a comitiva brasileira em visita a Bolívia, onde irá participar da FEXPO-BENI, conforme Processo nº. 0015819/2016-89.

Matricula: 200162321

Nome: João Cavalcante Guanacoma

Cargo: Assessor Técnico

Lotação: Gab. da Presidência

Porto Velho - RO, 11 de Novembro de 2016.

MAURÃO DE CARVALHO
Presidente

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
Secretário Geral Adjunto

ATO Nº 1265/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve;

EXONERAR:

A servidora **OLIVIA CABRAL DA SILVA BAKAUS**, cadastro nº. 100002212 Cargo de Técnico Legislativo, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, da Função de Membro da Comissão Permanente de Licitação, a partir de 26 de setembro de 2016.

Porto Velho, 30 de setembro de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretária Geral

SEC. DE PLAN. E MOD. DA GESTÃO

PORTARIA Nº 022 SPMG-ALE/2016

Porto Velho, 10 de novembro de 2016.

Ajusta o Quadro de Detalhamento da
Assembleia Legislativa do Estado de
Rondônia

O Secretário de Planejamento e Modernização da Gestão da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 001/2014-MD/ALE e conforme autorização contida na Lei nº 3.745/2015, § 1º, do Artigo 7º, Lei Orçamentária Anual.

RESOLVE:

Art. 1º Promover Ajuste necessário ao Quadro de Detalhamento da Despesa, para atender as necessidades, conforme abaixo:

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE NEGATIVO				
01.001.01.122.1020.2063	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA ASSEGURAR A REMUN. DE PESSOAL CIVIL ATIVO E ENC. SOCIAIS	3.1.90.11	100	1.990.000,00
01.001.01.122.1020.2563	ASEGURAR O PAGTº DE AUXÍLIOS E BENEF. AOS SERVIDORES E MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO	3.3.90.46	100	25.000,00
TOTAL				2.015.000,00

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE POSITIVO				
01.001.01.122.1020.2063	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA ASSEGURAR A REMUN. DE PESSOAL CIVIL ATIVO E ENC. SOCIAIS	3.1.90.94	100	990.000,00
01.001.01.122.1020.2063	ASSEGURAR A REMUN. DE PESSOAL CIVIL ATIVO E ENC. SOCIAIS	3.1.90.13	100	1.000.000,00
01.001.01.122.1020.2563	ASEGURAR O PAGTº DE AUXÍLIOS E BENEF. AOS SERVIDORES E	3.3.90.46	100	25.000,00
TOTAL				2.015.000,00

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Luciano dos Santos Guimarães
Secretário de Planejamento e Modernização da Gestão

ATO Nº 003 MD-SPMG/2016

Porto Velho, 10 de novembro de 2016.

Abre no Orçamento-Programa Anual da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 650.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida na Lei nº 3.745, de 23 de dezembro de 2015, § 1º, do artigo 8º, Lei Orçamentária Anual.

RESOLVE:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento-Programa da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, Crédito Adicional Suplementar para atendimento de Despesa Corrente, conforme abaixo:

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
REDUZ				
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA				
01.001.01.126.2013.1050	AMPLIAR E MANTER AS AÇÕES DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3.3.90.39	100	400.000,00
01.001.01.126.2013.1050	AMPLIAR E MANTER AS AÇÕES DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	4.4.90.52	100	250.000,00
				650.000,00

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
SUPLEMENTA				
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA				
01.001.01.122.1020.2063	ASSEGURAR A REMUN. DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	3.1.91.13	100	650.000,00
		TOTAL		650.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária no montante acima especificado.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Maria Marilú do Rosário de B.Silveira
Secretária Geral Adjunta

Mauro de Carvalho
Presidente

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2016/PPP/ALE/RO
Processo Administrativo nº 13027/2016-86

Em atendimento ao disposto no inciso IV do Art. 7º do Decreto Federal nº 3.555/2000 e inciso VI do art. 8º do Decreto Federal nº 5.450/2005, **HOMOLOGO** o procedimento da licitação supracitada que tem por finalidade o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E DE FORMA PARCELADA DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (CARTUCHOS DE TINTAS E TONER)**, tendo como vencedora a empresa **PORT DISTRIBUIDORA DE INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA**, inscrita no CNPJ nº **08.228.010/0004-33**, por estar em conformidade com as normas legais: Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 5.450/05, da Lei Complementar nº 123/06, Decreto nº 7.892/13 e Lei nº 8.666/93, a saber:

Lote	Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Marca Modelo	Unit
1	1.1	Cartucho de tinta cor PRETA, marca de referência -HP da linha 711, código de referência CZ133A, com 80ml, embalagem individual.	Unid	60	HP/CZ133A	333,00
	1.2	Cartucho de tinta cor CIANO, marca de referência -HP da linha 711, código de referência CZ134A, pacote contendo 3 cartuchos de 29ml, cada	Unid	25	HP/CZ134A	360,00
	1.3	Cartucho de tinta cor MAGENTA, marca de referência -HP da linha 711, código de referência CZ135A, pacote contendo 3 cartuchos de 29ml, cada	Unid	25	HP/CZ135A	360,00
	1.4	Cartucho de tinta cor AMARELA, marca de referência -HP da linha 711, código de referência CZ136A, pacote contendo 3 cartuchos de 29ml, cada	Unid	25	HP/CZ136A	360,00
2	2.1	Cartucho de TONER cor PRETA, marca de referência - HP, código de referência CF280X, Capacidade de impressão mínima 6.900 páginas*	Unid	250	HP/CF280XZ	880,00

Porto Velho/RO, 10 de novembro de 2016.

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
 Secretária Geral Adjunta - ALE/RO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2016/PPP/ALE/RO
Processo Administrativo nº 13027/2016-86

Em atendimento ao disposto no inciso IV do Art. 7º do Decreto Federal nº 3.555/2000 e inciso VI do art. 8º do Decreto Federal nº 5.450/2005, **HOMOLOGO** o procedimento da licitação supracitada que tem por finalidade o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E DE FORMA PARCELADA DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (CARTUCHOS DE TINTAS E TONER)**, tendo como vencedora a empresa **LATINA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME**, inscrita no CNPJ nº **21.373.522/0001-09**, por estar em conformidade com as normas legais: Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 5.450/05, da Lei Complementar nº 123/06, Decreto nº 7.892/13 e Lei nº 8.666/93, a saber:

Lote	Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Marca Modelo	Unit
3	3.1	Cartucho de tinta cor PRETA, marca de referência - HP da linha 932 XL (Alta capacidade), código de referência CN053AL, com 22,5ml, Capacidade de impressão mínima 1000 páginas*	Unid	40	HP/CN053AL	144,25
	3.2	Cartucho de tinta cor CIANO, marca de referência -HP da linha 933 XL (Alta capacidade), código de referência CN054AL, com 8,5ml, Capacidade de impressão mínima 800 páginas*	Unid	30	HP/CN054AL	75,00
	3.3	Cartucho de tinta cor MAGENTA, marca de referência -HP da linha 933 XL (Alta capacidade), código de referência CN055AL, com 9ml, Capacidade de impressão mínima 800 páginas*	Unid	30	HP/CN055AL	75,00
	3.4	Cartucho de tinta cor AMARELA, marca de referência -HP da linha 933 XL (Alta capacidade), código de referência CN056AL, com 8,5ml, Capacidade de impressão mínima 800 páginas*	Unid	30	HP/CN056AL	75,00

Porto Velho/RO, 10 de novembro de 2016.

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
 Secretária Geral Adjunta - ALE/RO

TAQUIGRAFIA

**ATA DA 46ª SESSÃO ORDINÁRIA
DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 9ª LEGISLATURA****Em 08 de novembro de 2016****Presidência dos Srs.**

SRA. GLAUCIONE - 2º Secretária
SR. EDSON MARTINS - 1º Vice-Presidente
SR. CLEITON ROQUE - Deputado
SR. MAURÃO DE CARVALHO - Presidente
SR. AÉLCIO DA TV - Deputado

Secretariado pelo Sr.

LEBRÃO - 1º Secretário
SR. AÉLCIO DA TV - Deputado

(Às 15 horas e 02 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Airton Gurgacz (PDT), Alex Redano (PRB), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PMN), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Glaucione (PMDB), Hermínio Coelho (PDT), Jean Oliveira (PMDB), Jesuino Boabaid (PMN), Laerte Gomes (PSDB), Lázinho da Fetagro (PT), Lebrão (PMDB), Lúcia Tereza (PP), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PMDB), Ribamar Araújo (PR), Rosângela Donadon (PMDB) e Saulo Moreira (PDT).

DEPUTADOS AUSENTES: Leo Moraes (PTB) e Só Na Bença (PMDB).

A SRA. GLAUCIONE (Presidente) – Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 46ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao senhor secretário que proceda a leitura da ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede a leitura da ata da Sessão Ordinária anterior.

(Às 15 horas e 14 minutos a senhora Glaucione passa a Presidência ao senhor Edson Martins).

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão a ata que acaba de ser lida, não havendo observação dou-a por aprovada.

Solicito ao senhor secretário que proceda a leitura do Expediente recebido.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede a leitura do Expediente.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Mensagem nº 206/2016 – Poder Executivo, solicitando que seja substituído o Projeto de Lei que “Dispõe sobre a alteração dos Anexos I e II, de que trata o artigo 3º, da Lei nº

3.647 de 6 de novembro de 2015 – Plano Plurianual para o período de 2016-2019”.

02 – Mensagem nº 207/2016 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que “Fica o Poder Executivo autorizado a implantar o serviço de mensagens curtas (SMS) via celular, para comunicação com os serviços emergenciais 190 e 193, para atender aos portadores de deficiência auditiva e deficiência da fala”.

03 – Mensagem nº 208/2016 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei Complementar que “Dispõe sobre a iniciativa popular no processo legislativo estadual”.

04 – Mensagem nº 209/2016 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei Complementar que “Altera dispositivos da Lei Complementar nº 633, de 13 de setembro de 2011”.

05 – Mensagem nº 210/2016 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Altera dispositivo da Lei nº 3.835, de 27 de junho de 2016, que ‘Institui o Programa de Regularização Fiscal de Rondônia – REFIS/RO’”.

06 – Mensagem nº 211/2016 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei Complementar que “Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 228, de 10 de janeiro de 2000, para definir as atribuições do Auditor-Geral do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia – IPERON”.

07 – Mensagem nº 212/2016 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Revoga a Lei nº 2.954, de 26 de dezembro de 2012, que “Autoriza o Estado de Rondônia a assumir a responsabilidade pelo pagamento da dívida da Companhia de Águas e Esgoto do Estado de Rondônia – CAERD, junto à Eletrobrás Distribuidora de Rondônia, conforme especifica”.

08 – Ofício nº 1668/2016 – Ministério Público do Estado, encaminhando Projeto de Lei que “Reconhece o direito à identidade de gênero e ao tratamento nominal de travestis e transexuais pelo nome social e institui a Carteira de Identificação do Nome Social no Estado de Rondônia”.

09 – Ofício nº 1626/2016 – Ministério Público do Estado, encaminhando Projeto de Lei que “Altera dispositivos da Lei nº 1.307/2004, para dispor sobre a concessão de desconto de 50% na aquisição de passagens intermunicipais para idosos e pessoas com deficiência comprovadamente carentes, no Estado de Rondônia”.

10 – Ofício nº 063/2016 – Poder Judiciário do Estado, encaminhando Projeto de Lei Complementar que “Altera dispositivos da Lei Complementar nº 568, de 29 de março de 2010, e dá outras providências”.

11 – Ofício nº 065/2016 – Poder Judiciário do Estado, encaminhando Projeto de Lei Complementar que “Altera a Lei Complementar nº 94, de 3 de novembro de 1993 – Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado de Rondônia e dá outras providências”.

12 – Ofício nº 1016/2016 – INCRA, encaminhando resposta ao Requerimento nº 749/16, de autoria da Senhora Deputada Lucia Tereza.

13 – Ofício nº 3827/2016 – DITEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 747/16, de autoria do Senhor Deputado Jesuino Boabaid.

14 – Ofício nº 3843/2016 – DITEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 760/16, de autoria do Senhor Deputado Jesuino Boabaid.

15 – Ofício nº 3826/2016 – DITEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 746/16, de autoria do Senhor Deputado Jesuino Boabaid.

16 – Ofício nº 3825/2016 – DITEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 750/16, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

17 – Ofício nº 425/2016 – Corpo de Bombeiros Militar, encaminhando resposta ao Requerimento nº 768/16, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

18 – Ofício nº 3844/2016 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 2933/16, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Roque.

19 – Ofício nº 3964 e 3984/2016 – DITEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 757/2016, de autoria do Senhor Deputado Aécio da TV.

20 - Ofício nº 3967, 3966, 3856, 3855, 3852, 3853 e 3810/2016 – DITEL, encaminhando resposta aos Requerimentos nº 766, 767, 748, 745, 759, 744 e 737/16, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

21 - Ofício nº 3949, 3935, 3981/2016 – DITEL, encaminhando resposta às Indicações Parlamentares nº 2980 e 2975/16, de autoria do Senhor Deputado Adelino Follador.

22 - Ofício nº 3956, 3955, 3954, 3953, 3952, 3959, 3957 e 3958/2016 – DITEL, encaminhando resposta às Indicações Parlamentares nº 2949, 2950, 2951, 2952, 2953, 2968, 2948 e 2967/16, de autoria do Senhor Deputado Aécio da TV.

23 - Ofício nº 3971, 3972, 3973, 3974, 3975, 3976 e 3977/2016 – DITEL, encaminhando resposta às Indicações Parlamentares nº 1548, 1543, 1541, 1542, 1540, 1539 e 1538/16, de autoria do Senhor Deputado Lebrão.

24 - Ofício nº 3960, 3961, 3962, 3979 e 3978/2016 – DITEL, encaminhando resposta às Indicações Parlamentares nº 2969, 2971, 2972 e 2970/16, de autoria do Senhor Deputado Lazinho da Fetagro.

25 - Ofício nº 3980/2016 – DITEL, encaminhando resposta a Indicação Parlamentar nº 3043/16, de autoria da Senhora Deputada Lúcia Tereza.

26 - Ofício nº 3982/2016 – DITEL, encaminhando resposta a Indicação Parlamentar nº 2151/16, de autoria do Senhor Deputado Marcelino Tenório.

27 - Ofício nº 3950 e 3951/2016 – DITEL, encaminhando resposta às Indicações Parlamentares nº 2956 e 2955/16, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

28 - Ofício nº 3936/2016 – DITEL, encaminhando resposta a Indicação Parlamentar nº 2926/16, de autoria do Senhor Deputado Luizinho Goebel.

29 - Ofício nº 3983 e 3963/2016 – DITEL, encaminhando resposta às indicações Parlamentares nº 2981 e 2979/16, de autoria do Senhor Deputado Dr. Neidson.

30 - Ofício nº 3968/2016 – DITEL, encaminhando resposta a Indicação Parlamentar nº 2916/16, de autoria do Senhor Deputado Airton Gurgacz.

31 - Ofício nº 3970/2016 – DITEL, encaminhando resposta a Indicação Parlamentar nº 1631/16, de autoria do Senhor Deputado Maurão de Carvalho.

32 – Ofício nº 5167/2016 – DER, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 2942/16, de autoria do Senhor Deputado Jean Oliveira.

33 – Ofício nº 2237/2016 – SEJUCEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 1631/16, de autoria do Senhor Deputado Maurão de Carvalho.

34 – Ofício nº 725/2016 – Tribunal de Justiça do Estado, solicitando informações sobre a Lei 3.277 de 2013, objeto da ADIN nº 0801986-11.2016.8.22.0000.

35 – Ofício nº 0723/2016 – Tribunal de Contas do Estado, encaminhando os Relatórios de Gestão Fiscal de Contas referentes ao 1º e 2º Quadrimestres de 2016.

36 – Ofício nº 0722/2016 – Tribunal de Contas do Estado, encaminhando os Relatórios de Gestão Fiscal de Contas referentes ao 2º e 3º Quadrimestres de 2015.

37 – Ofício nº 0730/2016 – Tribunal de Contas do Estado, encaminhando o Relatório de Atividades de Contas referentes ao 3º Trimestre de 2016.

38 – Ofício nº 3269/2016 – SEAGRI, convidando para o encontro com todos os presidentes de Associações Rurais mantenedores de Parques de Exposições Agropecuárias.

39 – Ofício nº 263/2016 – Prefeitura Municipal de Cabixi, solicitando alteração do zoneamento referente ao perímetro do Distrito do Guaporé, Município de Cabixi, compreendendo as áreas pertencentes à Vila São João e Vila Neide.

40 – Ofício nº 1777/2016 – CAIXA, notificando sobre créditos de recursos financeiros, sob bloqueio, que tem por objeto a Ampliação do SAA de Jaru/RO ETA reservatórios rede ligações prediais e intradomiciliares pitometria micromedidores.

41 – Ofício nº 1783/2016 – CAIXA, notificando sobre créditos de recursos financeiros, sob bloqueio, que tem por objeto a Implementação de medidas técnicas, administrativas e jurídicas necessárias a efetivação da regularização fundiária.

42 – Ofício nº 1819/2016 – CAIXA, notificando sobre créditos de recursos financeiros, sob bloqueio, que tem por objeto a Urbanização da Orla do Rio Machado – Projeto Beira Rio no Município de Cacoal.

43 – Ofício nº 1820/2016 – CAIXA, notificando sobre créditos de recursos financeiros, sob bloqueio, que tem por objeto a Construção de 02 (dois) centros culturais para o festival de bois-bumbás no Município de Guajará-Mirim.

44 – Ofício nº 1523/2016 – Ministério Público do Estado, solicitando cópia integral do processo legislativo referente à elaboração e à aprovação da Lei Complementar nº 369/2007 e alterações, notadamente Lei Complementar nº 741/2013.

45 – Ofício nº 00461/2016 – SENADO FEDERAL, encaminhando Nota de Empenho, referente a recursos da Emenda Parlamentar nº 2048007, para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes destinados a atender a Unidade do Hospital de Câncer no Município de Porto Velho.

46– Requerimento do Senhor Deputado Alex Redano, justificando ausência na sessão do dia 13 de setembro de 2016.

47 – Requerimento do Senhor Deputado Léo Moraes, justificando ausência na sessão do dia 13 de setembro de 2016.

48 – Requerimento da Senhora Deputada Lucia Tereza, justificando ausência na sessão do dia 13 de setembro de 2016.

49 - Ofício nº

0744/2016/GP – TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA, solicitando a disponibilização de equipamentos e profissionais para a gravação do Seminário de Transição de Governo Municipal que acontecerá no dia 8 de novembro de 2016.

Lido o Expediente, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Quero registrar a presença do vereador Leandro Bandeira, meu amigo lá do município de São Felipe, muito obrigado vereador Leandro pela sua presença. Registrar também a presença da senhora vereadora Zilomar Matt, da Câmara Municipal de São Felipe; também registrar a presença da senhora Marceli da AGROVEM, vereadora eleita do município de São Felipe; também registrar a presença da vereadora Marlene lá de Alta Alegre dos Parecis, muito obrigado, vereadora Marlene pela presença. Também do senhor Léo Rodrigues, vereador eleito do município de São Miguel, muito obrigado pela presença. Registrar

também a presença do senhor José Pereira Duarte, vereador eleito do município de São Felipe d'Oeste. Estou vendo mais alguns vereadores que chegaram vamos anunciar a presença, muito obrigado pela presença.

Lido o Expediente recebido, passamos as Breves Comunicações. Com a palavra o ilustre deputado Airton Gurgacz por cinco minutos, sem apertes.

O SR. AIRTON GURGACZ – Boa tarde Senhor Presidente, boa tarde nobres colegas deputados, boa tarde a imprensa que aqui presente, aos funcionários desta Casa, a todas as pessoas aí que estão nos prestigiando na plateia. Nós queremos aqui hoje comentar sobre a construção lá da linha, da ponte do Rio Urupá, da linha 24, uma ponte de setenta metros, foi uma indicação nossa do ano passado, e que foi feita pelo FHITA através do DER. Então nós queremos falar deputado, da ordem que foi dada do serviço pelo Governo do Estado, através do DER e uma ponte que estava há muitos e muitos anos parada, sem trafegabilidade e hoje a gente vê ela já na sua fase já pronta e está terminando já a questão dos aterros, são mais de mil caçambas de aterros para poder dar passagem a ponte, então a ponte de grande importância para a nossa região de Nova Londrina, para a nossa Ji-Paraná ligando ao Projeto Urupá, Teixeiraópolis, ligando Ji-Paraná pelo Nove e também pela Nova Londrina e passando por Alvorada, proporcionando assim um escoamento da produção agrícola daquela região que é muito forte, muito grande, dando mais facilidade e evitando que sejam feitos longos desvios, uma obra de suma importância para a nossa região que sempre sofre. O pessoal que trabalha na roça, os sitiantes, o pequeno e médio agricultor tem sempre sofrido muito e a gente vê com alegria esse término dessa ponte de 60 metros de comprimento, mas com um volume de cascalho para fazer o aterro principalmente do lado da Nova Londrina quase ou mais de mil caçambas de cascalhos. É com grande alegria então que a gente agradece aqui o Dr. Ezequiel. Esse pedido foi feito ainda no ano passado quando o Coronel Lioberto era o Diretor do DER. E agradecer ao Paraná e a todos funcionários do DER lá, e a empresa que concluiu essa grandiosa obra. Outra comunicação que nós queremos fazer é que o DETRAN de Rondônia está agora, já é uma lei federal, disponibilizando junto aos DETRANs e as Ciretrans de Rondônia um documento onde libera o estacionamento para pessoas idosas e com deficiência, deficientes físicos. Tem cidade de Rondônia como Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná, Rolim de Moura, acho que Vilhena também tem, tem as empresas municipais de trânsito e elas que vão credenciar essas pessoas acima de 60 anos e os deficientes físicos. Na questão do DETRAN, onde em mais de 40 municípios não tem, as prefeituras não têm, as empresas municipais de trânsito as pessoas devem se dirigir ao DETRAN, as Ciretrans com um documento de identidade provando que tem mais de 60 anos e as pessoas com deficiência física ganharão um documento nesse estilo com estacionamento gratuito e a cada ano será renovado e com custo zero, então a gente vê um avanço muito grande para as pessoas. Eu o ano que vem vou conseguir, a deputada Lúcia Tereza acho que também já tem, o Deputado Lebrão também acho que é dos mais idosos aqui, o Adelino Follador não sei a idade dele, mas também já pode ter, o Lazinho é jovem ainda não tem, mas o ano que vem vou conseguir. Então é interessante colocar isso porque a maioria da população do nosso Estado não tem esse conhecimento e eu como Presidente da Comissão do Adolescente, da Criança, do Idoso e da Mulher hoje recebi este documento e venho aqui de público falar sobre esta questão e avisar a população do Estado de

Rondônia. O DETRAN deve também fazer uma divulgação na mídia do Estado para que essas pessoas adquiram onde não tiver empresa municipal de trânsito a custo zero irão ao DETRAN e receberão esse documento e aí depois a pessoa tem validade de um ano e pode fazer plastificar para não estragar, porque papel você coloca ali no painel do veículo e poderá usar sem ser multado porque também hoje se a gente usar onde que o deficiente físico tem lá o seu estacionamento ou o idoso as multas são grandes, e nós tivemos agora um reajuste também muito grande do Governo Federal sobre essa questão das multas, esperamos que essas multas agora a gente, nós nos cuidemos mais no trânsito para que possamos diminuir essa quantidade de acidentes e dessa mortalidade de brasileiros que são mais de 50 mil por ano, e os hospitais do nosso Estado, do nosso país que estão cheios, lotados de acidentados e não tem vaga para doentes mais, é só acidentes, acidentes, acidentes. Aqui em Rondônia então está um caos essa questão da saúde onde você quando você precisa de uma cirurgia ortopédica você não consegue mais, é fila em todos os municípios, é fila no Estado, aqui na capital, em Ji-Paraná tem mais de 100 pessoas na fila, Cacoal você liga lá tem mais de 200 pessoas e ninguém consegue, porque tem uma combinação, um acerto junto com o Ministério Público que tem que ser por ordem, então a coisa no Estado nessa questão da saúde principalmente na questão de acidente, na questão dessa situação de cirurgias ortopédicas, meus senhores, meus colegas deputados, a coisa está grave e é feia e não tem recursos. Até falei esses dias com o Governador Confúcio para que se fizesse em Ji-Paraná um mutirão lá para ver se conseguia resolver pelo menos o problema de cem pessoas, porque o Estado está uma situação difícil, não tem como resolver esse problema e cada dia aumenta mais. Não está havendo blitz e fiscalização aí um pouco por causa do DETRAN, mas eu acredito que com essa multa 66% a mais, a gente consiga agora diminuir esses acidentes mexendo no bolso da população, porque o Estado não tem condições, não consegue mais fazer corugia do povo. Então, tem gente que fica um ano, dois anos, três anos internado no hospital tomando vaga de uma pessoa que está com uma doença, e não tem vaga. Quer dizer, eu acredito que Cacoal não tem, Ji-Paraná não tem, Porto Velho não tem, outros municípios, eu acredito que os Deputados devem sofrer da mesma forma como nós temos sofrido. Então são essas as minhas colocações agora para essa tarde hoje e que o governo...

A Sra. Lúcia Tereza - Um aparte, uma Questão De Ordem, senhor Presidente. Eu gostaria e faço, Deputado, com tristeza apoiar o seu discurso, porque realmente o senhor está falando, está falando rapidamente, mas geral, principalmente cirurgias ortopédicas. Realmente é um calabouço, é um matadouro, têm pais de família com novos, mães de família, que acidenta ou tem algum acidente, até um simples tombo dentro de casa que quebra fêmur, que quebra perna, braços, cotovelos, clavículas, realmente fica imprestável para o resto da vida, porque depois de seis meses não tem mais condições de quebrar para cirurgiar. Tem gente, como o senhor falou, de um ano, de dois anos, tem gente que já vai para três anos aguardando. Estamos dando entrada para ter transparência na listagem de espera. Porque se um Deputado vai, faz discurso ou vai até alguns órgãos, principalmente de Saúde, questionar a espera tão longa, tem dito que o MP fala que é tráfico de influência, isso machuca a gente. É um problema muito sério, político não vai lá querer consertar o braço do 'A' ou do 'B' primeiro, a gente quer que seja fluído normalmente, decentemente. Eu quero dizer ao senhor, que se a gente for fazer

discurso é para brigar, é para chamar para a briga, porque hoje eu ouvi até na rádio, que estão se fazendo cirurgia do coração, transplante de rim e tudo. Eu sou uma política mal informada, porque não estou vendo isso, pelo menos na minha região. O sacrifício, a espera é muito longa, e tem espera que não vem em tempo mais a cirurgia, não só ortopédica, de rins, de tumor cerebral e outras coisas. Então, eu estou acabando de falar para o Deputado Luizinho da minha tristeza, porque estou me sentindo inútil, porque isso não é que o deputado, e só deputado, que aqui na tem ação política, a ação política deve existir sim, para agilizar, para ver o que falta, porque em hora nenhuma, o que veio para esta Casa para remanejar, para juntar, para transferir recurso para a Saúde, todos os deputados desta Casa aprovam na hora. Então o que está faltando? Se for gestão, principalmente no Regional, no Cacoal, se o senhor for ao Heuro é pior que o João Paulo. Então piorou, primeiro se operava na semana, agora é seis, um ano, um ano e meio para ser cirurgiado. Lógico, quando fala evoluiu alguma coisa, a regulação está ótima quando é caso de emergência, melhorou, não é que está ótima, está boa, melhorou a regulação. A UTI, o avião que busca casos de emergência e de urgência, está tendo esse tipo de serviço, lógico que é serviço esporádico, mas está tendo. Mas é desesperador ver, principalmente, quando se quebra, quando se acidenta, a espera, a espera é lentamente mortífera. E nós precisamos ajudar, nós precisamos ver o gargalho para que isso diminua, minimize esse sofrimento. Queria dizer a Vossa Excelência, que o senhor é muito educado, é um homem muito fino. Comentávamos aqui agora, a gente não está querendo agredir Governo, porque se você falar aqui, se você critica, no outro dia, em Secretarias que você critica você é mal recebido, isso aconteceu comigo. E também sei, que tem gente que atende deputados rangendo os dentes, quando a gente faz algum comentário aqui, eu não vou fazer comentário. Eu vou fazer denúncia. Porque diz que o MP não sei o quê, não é MP que tem só que cuidar disso, nós como deputados também temos que cuidar e estamos fazendo. Quero dizer a Vossa Excelência, o que acontece no seu município acontece nos nossos municípios de Espigão d'Oeste também. E parabéns pelo seu discurso em todo o teor dele, que o senhor fez nesta tarde de hoje.

O SR. AIRTON GURGACZ - Obrigado, Deputada Lúcia. Para encerrar, eu acho que eu liguei, uma família me procurou para que tentasse resolver uma situação em Cacoal, liguei para a diretora, ela disse: 'olha, tem cento e noventa na fila e tem que ver o Ministério Público'. Então, eu até tenho um discurso, não adianta Deputado interferir, temos que respeitar as pessoas que estão na fila'. Mas esta Casa, através da Presidência, da Mesa Diretora tem que tomar uma providência no Estado com essa questão. Porque essa questão é gravíssima, é séria. Em Cacoal, que eu sei, Ji-Paraná e Porto Velho. Outros municípios eu não posso afirmar nada, mas a gente precisa ver o nosso Secretário tomar uma providência e o nosso Governador, do qual fui seu vice, é médico, a gente precisa ver uma situação porque no Estado é gravíssima essa questão das cirurgias ortopédicas no Estado. É um sofrimento muito grande para as famílias. Então eu quero fazer um pedido aqui, nós temos o Deputado Dr. Neidson que é médico, também que é nosso, todos os Deputados vão passar pela mesma situação, que nós todos nos unamos junto com esta Casa para que possa achar uma solução para essa situação aqui no Estado de Rondônia. Obrigado pela minha fala. Era o que eu tinha para esta tarde.

O SR. LEBRÃO – Questão de Ordem, senhor Presidente?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LEBRÃO – Registrar e agradecer a presença do Vereador eleito Reginho e também do Vereador Diogo lá do município de Novo Horizonte, que acaba de conquistar uma vaga e um assento no parlamento daquele município. Sejam todos bem-vindos. Nos sentimos muito honrados com a presença de cada um dos senhores e todos aqueles que os acompanham.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Registrar também a presença do Vice-Prefeito eleito do município de Novo Horizonte, o Cido. Muito obrigado pela presença. Também registrar a presença do Vereador Lery Veloso, Diney de Souza, Geales Jaqueiro, Vereadores eleitos do município de Novo Horizonte. E o Betão, o Betão meu grande amigo lá do município de Novo Horizonte, está aqui presente. Sintam-se todos cumprimentados. Muito obrigado, sejam todos bem-vindos.

Ainda nas Breves Comunicações, com a palavra o illustre Deputado Dr. Neidson, grande liderança de Guajará-Mirim.

O SR. DR. NEIDSON – Obrigado, Presidente. Quero registrar aqui a presença também, senhor Presidente, do Davino Gomes Serrath, Vereador eleito lá por Guajará-Mirim, o mais votado, com quase mil votos, quase bate o recorde de votação e é do nosso partido. Parabéns, Davino. E temos aí também o Valteir Queiroz, filho do seu Miguel Queiroz, que era o nosso Presidente do Partido da Mobilização Nacional, um grande abraço e a todos os presentes também.

O SR. LEBRÃO – Dizer também, Dr. Neidson, que o Davino já pediu meu voto para Deputado Estadual, disse que é um forte concorrente na próxima eleição.

O SR. DR. NEIDSON – Senhor Presidente, nós tivemos aqui já em uma fala minha na sessão anterior, sobre a situação da defesa nas fronteiras. Inclusive estive conversando já com o Deputado Lebrão e estamos marcando uma Audiência Pública aqui nesta Casa de Leis para tratarmos dessa segurança de fronteira. Provavelmente vai ser no dia 17 ou no dia 24. Vamos ver uma data aí e comunicar a todos os Prefeitos, mas estive em todos os órgãos da União, os órgãos federais, Polícia Federal, Receita Federal, estive no Exército e já deram uma resposta lá para a nossa fronteira também, principalmente nessa região de Guajará-Mirim. Mas tivemos uma situação na semana anterior, lá em Guajará-Mirim, na FHEMERON, que foi o banco de Sangue. Entrou numa readequação através do Presidente, que é o Dr. Orlando, fechando, transformando o banco de Sangue da nossa região em uma unidade de transfusão, um centro de transfusão somente, ou seja, não vamos ter mais aquelas doações de sangue frequentes, aquelas coletas de sangue para abastecer frequentemente aquela região e o sangue vai ser coletado de 15 em 15 dias e vai ser transportado daqui de Porto Velho para Guajará-Mirim. Quem vai abastecer toda aquela nossa Ponta do Abunã vai ser Porto Velho, e isso vai gerar também despesas. Segundo eles é para diminuir as despesas, segundo informações eles têm 45 funcionários lá no banco de Sangue de Guajará-Mirim, e segundo eles é para diminuir as despesas daquele nosso banco de Sangue, transformando numa unidade só de transfusão, de distribuição de sangue. Espero que não falte sangue lá na nossa região, porque já tentei, conversei com o Dr. Orlando, o chefe da FHEMERON, que é o Dr. Orlando o Diretor, conversei com o Emerson Castro, conversei, mandei mensagem para Governador e não foi revertida a

situação. Segundo eles é para economia devido à situação que nós temos no nosso Brasil. Espero que não falte porque nós vamos cobrar e vou estar cobrando e vou convidar e se possível vou convocar o Dr. Orlando aqui para prestar esclarecimentos sobre o nosso Banco de Sangue lá de Guajará-Mirim também que não atende só Guajará-Mirim. Nós temos dois hospitais a serem inaugurados, temos o hospital Regional de Guajará-Mirim que está em plena construção, provavelmente no próximo ano já volte ao seu funcionamento, já inicie seu funcionamento; temos o hospital de Nova Mamoré, que vai ser inaugurado também, eu acredito que ainda esse ano. E o banco de Sangue não abastece só Guajará-Mirim, Nova Mamoré, ele abastece também Extrema, que é um hospital estadual e realiza cirurgias e necessita desse sangue. Então, já estivemos conversando, mas infelizmente não foi possível voltar atrás no encerramento e transformar numa unidade transfusional somente, um centro de. Vai ser como um armazenamento e distribuição de sangue. Não vai ter aquelas coletas frequentes, vai ser de 15 em 15 dias. Esperamos que não possa faltar sangue nessa nossa região, nessa Ponta do Abunã. Eu peço também ao senhor Governador que possa reverter ou rever essa situação e se não dê certo também, que já tentamos, que possa ser revisto posteriormente. Com relação Deputada Lúcia Tereza, as cirurgias ortopédicas, desde o início do mandato Deputado Airton, nós tivemos aqui, eu falei aqui sobre a descentralização, principalmente no gargalo que nós temos aqui no Estado que é a ortopedia. A ortopedia hoje, eu acredito que em todos os cinquenta e dois municípios é o grande gargalo, porque nós temos acidentes e a maior parte é encaminhado aqui para Porto Velho. Diz que o HEURO, é o que atende também aquela região da zona da mata, de Vilhena; mas, infelizmente muitos ainda estão sendo encaminhados aqui para Porto Velho e fica aquela fila de cirurgias ortopédicas. Já falei no início do mandato no ano passado e se colocasse, fizesse uma ação e colocasse os ortopedistas em cada município ou então algumas regiões, diminuiria muito e o Estado colocando para que possam ser realizados algumas cirurgias nessas localidades. Só para finalizar senhor Presidente, nós temos, esse mês, é o mês do Novembro Azul e os Deputados e a população que já tem mais de 40 anos; vamos prevenir o câncer da próstata. Existem três exames, o principal é o toque, mas nós temos o PSA que vai ser oferecido aqui no nosso Centro Médico, já é oferecido pelo LACEN em muitos municípios e também temos a ultrassonografia. Então, aqueles homens que já tem mais de 40 anos; vamos prevenir esse câncer da próstata e fazer os seus exames. Era isso senhor Presidente, muito obrigado a todos.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Registrar a presença do senhor Marcos Fernandes, Secretário Municipal de Administração do município de Rio Crespo; registrar também a presença do Clarê Mochiski, Secretária municipal de Rio Crespo; registrar também a presença do vereador Betão, o Vereador Betão que eu já registrei, acabou de chegar, o Betão, eu já tinha falado Betão, meu amigo Betão do município de Novo Horizonte. Registrar também a presença dos vereadores eleitos: Reginho da Oficina; Diogo Padilha; Ari; Carlos do Sindicato, município de Novo Horizonte. Também do Senhor Agenor Fernandes, Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Estadual de Educação de Rondônia. E registrar também a presença do Prefeito eleito e vice-prefeito atual Lezão, do município de Rio Crespo. Sejam bem-vindos, muito obrigado. Os demais sintam-se cumprimentados e fiquem à vontade. Ainda nas Breves Comunicações, com a palavra o ilustre Deputa-

do Luizinho Goebel, por cinco minutos com apartes. Sem apartes.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Saudar todos os nobres pares, a imprensa, as pessoas que nos visitam, bem-vindos a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. E queremos só noticiar a nossa agenda do último domingo, dia 06 de novembro. Nós tivemos no município de Corumbiara e no município de Corumbiara entregamos a Prefeitura municipal para atender o distrito de Vitória da União, um trator com implementos, equipamentos agrícolas para que a gente possa Deputada Lúcia Tereza, cuidar bem do distrito de Vitória União, cuidar das suas ruas, cuidar de suas avenidas, os logradouros públicos e também atender a comunidade daquele distrito. E participamos também da comemoração da vitória de um vereador recém-eleito, amigo nosso que o Nei Moura, isso lá no município de Corumbiara. Depois seguimos a área rural do município de Pimenteiras e na área rural do município de Pimenteiras, mais precisamente na linha 10, também fiz a entrega de implementos e equipamentos agrícolas através de Emenda Parlamentar que contempla os nossos pequenos produtores daquela região. E logo após somos a sede do município de Pimenteiras e recebemos a reivindicação de toda comunidade do município de Pimenteiras, que a única via de acesso, a única via de acesso aquele município que era a RO 391 e que hoje é a BR 435, mas que tem um convênio com o Governo Federal no qual a manutenção daquele trecho é de responsabilidade do DER, nem sequer começou o período chuvoso e a estrada já está acabada, ou seja, há muitos anos, há muitos anos o DER só tem feito o patrolamento daquela estrada, não tem mais cascalho, a ponte ainda de madeiras na qual nós temos pedido que sejam substituídas por pontes definitivas de concretos, mas a gente sabe que esse é um processo que demora certo tempo, a contratação e a construção dessas pontes. Mas o básico, o básico que é o encascalhamento na estrada, esse o Governo do Estado através do DER tem a obrigação de fazer, e não tem cumprido com sua obrigação, aí eu me pergunto: centenas e centenas de produtores rurais produzindo milhares e milhares de toneladas de grãos, produzindo leite, produzindo urucum, produzindo peixe e todos esses produtos, eles geram a industrialização no nosso Estado, e através da industrialização gera-se emprego, renda para nossa população, mas acima de tudo gera imposto e renda para o poder público, e um encascalhamento numa estrada é coisa básica. Então, em nome da população de Pimenteiras, nós cobramos urgentemente providências não para patrolamento, mas cascalhamento da BR 435, que é a única via de acesso que liga o município de Pimenteiras do Oeste aos demais municípios do Estado de Rondônia. Para vocês terem uma ideia, Pimenteiras é o menor município do nosso Estado, é o menor município do nosso Estado, e lá a Prefeitura tem a obrigação de cuidar da conservação e manutenção de praticamente Deputado Lazinho, seiscentos quilômetros de estradas, e o município tem que dá conta do recado e tem dado conta do recado, e o DER que tem uma só estrada, a gente vai lá e vê uma precariedade dessas. Então, isso nos entristece porque eu já trabalhei no DER, eu já trabalhei no DER, inclusive eu já cuidei daquela estrada, não só daquela, mas de centenas e centenas, quilômetros de estradas, e eram diferentes. As estradas eram de qualidade, nós conseguimos fazer galeria de concreto, nós conseguimos fazer ponte de concreto, nunca se pegou um real de financiamento para fazer estrada, e hoje a gente vê um caos quando a gente está saindo do período de estiagem na Amazônia, no Estado de Rondônia, o período de seca e entrando no tempo

chuvoso, se nessa transição de seca para chuva nós já temos dificuldade na estrada, imagina janeiro, fevereiro, março quando nós tivermos fortes chuvas. Então, nós exigimos esse pequeno compromisso que é uma responsabilidade do DER do Estado de Rondônia. E, além disso, eu quero dizer que também tenho que agradecer o Governo do Estado pelo pagamento de parte das nossas emendas, que contemplam diversas cidades do Estado de Rondônia, entre elas o município de Presidente Médici, que recebe recursos na ordem de cento e vinte mil para melhoria da APAE de Presidente Médici, o município de Cabixi, recebe uma emenda de duzentos e oitenta mil, para construção da APAE daquele município da Sede da APAE do município de Cabixi e as demais emendas que nós falaremos em outra ocasião. No mais obrigado a todos.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado Deputado Luizinho Goebel. Registrar a presença também do Vereador Omila do município de Rio Crespo, muito obrigado pela presença.

Encerrada as Breves Comunicações. Passamos ao Grande Expediente. Com a palavra o ilustre Deputado Adelino Follador estava inscrito, passar para o Deputado Jesuíno Boabaid. Deputado Adelino Follador, com a palavra por vinte minutos, com apertes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Senhor Presidente, senhores Deputados, imprensa, toda população aqui presente para nós é um prazer mais uma vez estar aqui nesta tribuna hoje, falando vários assuntos interessantes para nossa comunidade, entre eles lembrar que ontem dia 07, nós comemoramos o Dia do Radialista, o Dia do Radialista foi instituído pela primeira vez no Decreto 1.945, criado pelo Presidente Getúlio Vargas, na época a celebração era no dia 21 de setembro, em 2006 a data foi mudada para o dia 07 de novembro, em homenagem ao nascimento do músico radialista Ary Barroso, ele ficou conhecido como um dos maiores compositores nacionais. Então eu quero deixar aqui, o radialista tem um papel fundamental dentro da imprensa e para nós é um prazer está aqui registrando, ele trabalha, é uma maneira de divulgar até os nossos trabalhos, divulga, dá acesso a comunidade para que converse, consiga reivindicar os seus direitos, então para nós é um prazer está aqui hoje registrando o dia do radialista, que é muito importante. O papel do radialista hoje, embora a rádio hoje, a televisão os outros meios, a internet hoje já buscou muito espaço, já ocupou espaço dentro da mídia, mas o rádio ainda tem um papel fundamental. Então gostaria de deixar aqui registrado essa importante profissão, os radialistas que tanto fizeram para nosso país dentro da democracia e quanto fazem até hoje pela maneira de cobrar inclusive os políticos, a sociedade é uma maneira de reivindicar através das rádios e os radialistas muitas vezes se expõe, inclusive vários pagaram com a vida em função de se colocar ao lado da sociedade cobrando muitas vezes, dando oportunidade para a sociedade cobrar. Então para nós queremos deixar aqui o nosso abraço a todos os radialistas e dizer que com certeza eles têm um papel fundamental e continua fazendo. Quero também dizer que ontem, comunicar aos companheiros que teve toda a equipe da SEDAM no meu gabinete trazendo um esboço das alterações daquelas taxas, nós já aprovamos na Comissão de Redação e Justiça, deputado Laerte a revogação da Lei, e nós estamos aguardando, era 15 dias de prazo, venceu sexta-feira os 15 dias para eles mandarem o projeto. Ontem tiveram mais uma vez no meu gabinete pedindo para esperar mais uma semana, e esperar 3 dias, e hoje a minha equipe esteve lá SEDAM e a coisa esta muito

devagar. Aquela Lei foi alterada e ela é impagável, então nós temos que deixar aqui uma cobrança para a SEDAM que ela mande até a semana vem para que a gente consiga votar ainda esse ano, deputado Laerte, por que não podemos deixar aquelas taxas e o próprio Secretário, toda a equipe reconheceu, inclusive tem coisas que estão dez vezes mais cara, nós cometemos um erro muito grave. Então nós gostaríamos que deixar essa cobrança, que até a semana que vem. Agora o Governador viajou diz que volta dia 15, venha para esta Casa. E nós recebemos o FECOMERCIO, a FIERO, e a Federação da Agricultura que também querem participar desse debate deputado Laerte. Eu acho muito importante isso deputado Edson Martins e deputado Lebrão para que a gente não cometa mais um erro, como se trata de uma lei que está mexendo com todos só segmentos; agricultura, do comércio, posto de gasolina, derrubada, queimada, estocagem, a questão de plano de manejo, é uma lei de 94 folhas e lá cita todas as regras, e ela com essa última lei que nós aprovamos no ano passado ficou uma situação quase que impagável, e até quem faz um carvão lá aumentou dez vezes o valor para ele se legalizar. Então eu acho que é muito importante, eu já combinei que dia 21, na segunda-feira, a tarde, a FECOMERCIO, a FIERO e também a Federação da Agricultura que também tem taxas ligadas a agriculturas discutir junto com as equipes aqui da Assembleia, nossa equipe para que quando na terça-feira quando tiver na Comissão de Redação e Justiça a gente consiga já ter dados para discutir e aí convocar também a SEDAM com os seus técnicos para que a gente chegue a um denominador comum e acabe com essa situação este ano ainda, nesse exercício para que não aconteça de passar o ano sem consertar esse problema. Então quero aqui deixar registrado e deixar o recado para a SEDAM, por que hoje cedo, ontem nós conversamos uma coisa, hoje cedo eu mandei os técnicos, o pessoal do gabinete para lá e parece que o trem estava meio parado e era para até amanhã fechar isso. Então eu gostaria que se empenhassem mesmo, deixar aqui para que a gente não precise revogar essa lei, porque revogar a lei a gente sabe que vai criar um transtorno aqui na questão da SEDAM, mas é a única alternativa que nós achamos e eu quero agradecer o apoio a todos só deputados desta Casa, estavam preocupados e nós tomamos essa decisão para forçar a barra para poder resolver de uma vez por todas isso. Eu quero também aproveitar este momento para registrar aqui, parabenizar a Casa Civil junto com o Secretário de Agricultura uma reunião hoje cedo que foi promovida pela Comissão de Redação e Justiça, o Deputado Marcelino Tenório e nós também ajudamos convocar e acho que foi muito produtiva. Parabenizar o Emerson da Casa Civil, esperamos que este mês então mande as leis que ficaram, ficou para produzir três leis e mandar para esta Casa para discutir a questão para facilitar essa questão da chamada pública. Inclusive, vendo a possibilidade dos equipamentos que já estão nas associações, que estão nas entidades hoje ver um prazo para poder passar para as agroindústrias, passar para as associações porque se não todos vão ter que passar pela chamada pública. É uma situação muito difícil de resolver, várias situações também falamos sobre a questão o Deputado Laerte estava aqui falou muito bem também lá a questão também das associações, o Deputado Marcelino que esteve na reunião em Ouro Preto, nós estivemos juntos e nós vimos todas as associações preocupadas e a Procuradoria ficou de mandar também para esta Casa uma lei para nós adequarmos para facilitar a vida dos presidentes de associações. Então esperamos que os compromissos assumidos lá pela Procuradoria do Estado sejam

mandados o mais rápido possível aqui a esta Casa para que a gente analise ainda este ano e consiga facilitar o setor produtivo que hoje o que mais arrecada, é o que mais dá emprego. E nós queremos dizer que essa reunião eu creio que foi uma maneira de lavar roupa suja, várias reclamações por parte dos deputados, o Deputado Lazinho esteve presente, o Deputado Marcelino Tenório, o Deputado Laerte, o Deputado Cleiton Roque e nós, então acho que foi muito produtiva junto com os secretários, junto também com o chefe da Casa Civil.

O Sr. Laerte Gomes - Me permite um aparte, deputado?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Deputado Laerte.

O Sr. Laerte Gomes – Deputado Adelino Follador, V.Ex^a traz aqui a Assembleia esta pauta importante que aconteceu hoje pela manhã na Casa Civil, na sala de reuniões da Casa Civil onde foi debatida a questão da burocracia, da lentidão, da dificuldade que é, Deputado Edson, de realizar um convênio através de algumas secretarias. De fato, estavam lá, como o Deputado Adelino já frisou, vários deputados, como nós falamos lá, todos falaram, foi uma lavagem de roupa suja interna, mas para o bem, para melhorar. Foi colocada a questão do setor produtivo, de criarmos programas, fazermos verdadeiramente uma gestão na questão do setor produtivo, acho que todos os deputados aqui têm, existe a vontade de colocar recursos e emendas para esse setor desde que haja programas, desde que haja a certeza que o recurso vai ser liberado e aplicado, não colocam hoje porque sabem que a maioria as vezes vai perder. Foi discutido com a PGE, Deputado Edson, a lentidão da PGE, nós votamos um projeto aqui nesta Casa, Deputado Lebrão, para a Procuradoria Geral do Estado que transformou a vida dos procuradores, isso é um fato e é verdade, e muitas vezes esses mesmos procuradores alguns acabam que dificultando, não é nada fazer a coisa ilegalmente, mas dificultando que as ações andem, andem. A gente quando tinha todos dentro da PGE parecia que era mais rápido, hoje cada secretaria tem um procurador que recebe um benefício por estar na secretaria parece que as coisas são mais travadas. Então acho que essa reunião foi importante, a gente espera que dessa reunião a gente possa ter resultados, não pode estar reunindo, Deputado Lazinho V.Ex^a esteve lá junto e cobrou fortemente, assim como os outros participantes, que não pode essa reunião não ter efeito nenhum, não ter resultado nenhum, o que nós queremos é resultado, é resultado, que as coisas aconteçam, que os convênios andem, que as emendas sejam colocadas e verdadeiramente sejam feitos os convênios para beneficiar a população do Estado. Então parabenizar V.Ex^a, o Deputado Lazinho, Deputado Marcelino. A Comissão de Agricultura também marcou essa reunião hoje que participou a Casa Civil, a PGE, a Secretaria de Agricultura e a EMATER. Parabéns deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Com certeza foi muito importante, o Deputado Laerte como líder também, nós estivemos participando e foi muito importante. E a questão também dos fundos foi questionado, Deputado Lazinho, tem mais de cem milhões em fundos e não está sendo aplicado esse recurso, então esperamos que, a PGE também ficou a questão do Pró-Leite que o Deputado Marcelino Tenório tanto bate aqui, tanto cobra, o Deputado Lazinho, nós também cobramos pela Comissão de Agricultura, o Deputado Cleiton também estava lá, então nós levantamos essa questão, criar normas no Proleite para poder aplicar o recurso mais fácil para não ficar, muitas

vezes nós reclamamos do recurso que falta na agricultura e tem os Fundos lá que tem quase cem milhões, vários Fundos e não é aplicado por causa, muitas vezes, falta de Projetos. Então é uma coisa muito importante, que foi discutida hoje foi muito produtiva. E lá em Ouro Preto, junto com o Deputado Marcelino, onde nós estivemos com as associações rurais, junto com Secretário da Agricultura, onde foi estudado o calendário também das festas do Estado de Rondônia, onde nós sentimos muitas reclamações. Nós precisamos ajudar as associações rurais, principalmente nos pequenos municípios, porque sem uma ajuda da Prefeitura ou do Estado é difícil sobreviver essas associações. Então, quero deixar aqui registrado essa insatisfação, hoje, dos presidentes das associações, falta de apoio muitas vezes nós precisamos fazer leis junto com o Ministério Público para facilitar a vida dessas pessoas, não é fazer coisa errada não. É fazer as coisas certas, porque hoje o agronegócio é o que mantém o Estado de Rondônia, é o que desenvolve o Estado de Rondônia. Então nós precisamos brigar para que isso melhore aqui no Estado de Rondônia. Obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) Obrigado, Deputado Adelino Follador, pelo seu discurso. Eu quero registrar a presença do Vereador Jarlei Batista da Câmara Municipal de Alta Floresta e também do Vereador Sodré e o Vereador João Sena do município de Alto Paraíso. Muito obrigado.

O SR. CLEITON ROQUE – Pela Ordem, senhor Presidente?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Pois não, Deputado Cleiton.

O SR. CLEITON ROQUE - Quero aproveitar a oportunidade e cumprimentar que está aqui presente no plenário na galeria, aqui o vice-Prefeito eleito de Novo Horizonte, Cido, ele está acompanhado dos três Vereadores do PSB eleitos, o Jaqueiro, o Leri, enfim, saudá-los pela presença, o Vereador Reinaldo de Alto Alegre, também agradecer pela presença.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Parabéns Deputado...

O SR. LAERTE GOMES – Senhor presidente, só cumprimentar a vereadora Marlene, lá do Alto Alegre e a filha Lara Vitória, está presente aqui acompanhando a nossa Sessão, irmã do Vereador eleito também Zezão. Lá saiu dois vereadores irmãos candidatos. Parabenizar a Vereadora Marlene.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Só dizer aqui ao Deputado Cleiton Roque e ao vice-Prefeito e os Vereadores lá do município de Novo Horizonte estiveram lá me fazendo uma visita, e eu acho que muita gente, muitos vereadores se elegeram do PSB e vão precisar dividir um pouco os apoios, não é? E eu estou pedindo apoio de alguns vereadores. Teve lá Deputado Cleiton, quase parece que a maioria dos vereadores eleitos do PSB do município de Novo Horizonte, eu acho que é muito apoio para a Vossa Excelência, e nós vamos aí buscar apoio de alguns.

O SR. LAERTE GOMES - Presidente, Presidente Edson, só para complementar a Vossa Excelência, o primeiro 'damo' de Pimenta Bueno já está muito bem servido lá em Pimenta Bueno. É primeiro 'damo', então tem que dividir os vereadores, os prefeitos do resto do município. Eu acho até que ele vai se

licenciar da Assembleia para assumir a Secretaria de Ação Social lá em Pimenta Bueno.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Mas parabenizar o nosso companheiro Cleiton Roque, um grande Deputado, e com certeza esse resultado do PSB nas urnas, deve-se a atuação brilhante desse Parlamentar nesta Casa.

O SR. CLEITON ROQUE – Senhor Presidente, o vereador Diney também, Vereador eleito lá por Novo Horizonte, está aqui presente também, agradecer pela presença.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Ainda no Grande Expediente, concedo a palavra por 20 minutos com apartes ao ilustre Deputado Jesuino Boabaid..., ao Deputado Lazinho, na ordem de inscrição, o grande líder da Fetagro, o nosso Deputado Lazinho.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Obrigado nobre Presidente, agradeço. Cumprimentar todos os Deputados e Deputadas presentes, os nossos colegas colaboradores desta Casa; a imprensa; cumprimentar a todos os presentes, parabenizar a todos que disputaram as eleições passadas, aqueles que ganharam, e os que não obtiveram êxito com certeza também ganharam experiência, ganharam a oportunidade de poder participar de um pleito eleitoral. A vitória depende de vários fatores, só de disputar e ter o acesso à democracia já merece os nossos parabéns e o nosso respeito. E comunicar ao Deputado Cleiton, que ele não deve ser jamais o 'Primeiro Damo', viu Cleiton, tem que ser o único 'damo', porque onde tem o primeiro, tem segundo, tem terceiro, então é o único 'damo', com certeza da nossa futura, da nossa Prefeita eleita lá de Pimenta Bueno. Dizer senhor Presidente, que para nós é motivo de alegria estar aqui hoje, ontem o nosso município de Jaru completou 35 anos de existência. Município que honra o Estado de Rondônia como uma população trabalhadora, uma população que ajuda e muito no desenvolvimento de Estado, uma região de terra fértil, de uma agricultura ainda bastante diversificada, de uma população urbana tanto quanto rural que participa com certeza de ações importantíssimas neste Estado. E Jaru é uma das maiores cidades do nosso Estado, com certeza tende a continuar a crescer, a continuar desenvolvendo, mesmo passando por atribulações políticas, a gente tem superado. Nossa população merece todo nosso respeito por ter, ao longo desses anos, construído o município e ajudado a construir o nosso Estado. Então, deixo aqui os nossos cumprimentos, os nossos parabéns a toda a nossa população do município de Jaru pelos seus 35 anos de emancipação política. Gostaria também, quero neste momento agradecer ao Ezequiel, ao Governo do Estado, ao DER pela execução das obras que estão sendo feitas lá em Jaru. No próximo dia dezenove, nós estaremos inaugurando a ponte que ainda foi construída no mandato passado e agora terminou, fez o aterro das cabeceiras da ponte e será inaugurada. Uma ponte que todo ano dava problemas, agora tem uma grande obra de arte construída e será, então, inaugurada no dia 19. Por isso agradeço ao meu amigo Ezequiel Neiva, ao Governo do Estado pelo trabalho. E o início das obras de asfaltamento, de uma emenda que nós colocamos lá, embora pareça o tempo tardio, mas a chuva está controlada e está dando para serem executados os trabalhos lá. E claro que eu não poderia deixar de vir aqui e cobrar e também pedir para o DER, para o Ezequiel, já estive com ele hoje, e falei que eu faria publicamente o pedido de recuperação em estado de emergência a ponte que liga o município de Campo Novo, mais

precisamente ao distrito de Jacinópolis, que é a ponte sobre o rio Jaci que está em estado muito perigoso. É uma ponte grande, uma ponte alta e a qualquer momento pode causar um prejuízo e um dano muito grande ao Estado. O Ezequiel me disse que estará mandando uma equipe fazer uma vistoria, ver o que é que pode ser feito, Deputado Adelino, neste momento naquela obra para que a gente não interdire todo o acesso de Campo Novo a Jaci-Paraná. É uma ponte enorme, das grandes e precisa que o Estado, imediatamente, comece a trabalhar já a construção definitiva de uma grande obra ali naquele rio, naquela estrada, porque ela é o principal, senão o único acesso que liga a nossa região de Nova Mamoré, Guajará-Mirim aqui por dentro, pela estrada Parque.

O Sr. Adelino Follador - Um aparte, Deputado?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Pois não, Deputado.

O Sr. Adelino Follador – Eu quero parabenizar o Deputado Lazinho por trazer esse assunto. Também já liguei para o Diretor do DER, o pessoal de lá me ligou, o Chapéu, o administrador lá, o pessoal que, nós estivemos lá, o Deputado Cleiton Roque esteve junto comigo na outra vez, quando fizeram um paliativo lá, de mutirão praticamente, o DER lá de Buritis que fez. Isso a menos de 02 anos, estava fazendo campanha política, o ano passado, e agora já teria que fazer uma coisa mais definitiva aí. Deputado Lazinho endossar o seu pedido e dizer que com certeza precisa e é uma estrada muito importante que dá acesso a toda aquela região. A hora que alagar, chover mais, não tem outro acesso a não ser aquela ponte. Então, com certeza corre o risco de ficar o pessoal, todo mundo interditado. Tem que ser urgentemente fazer um paliativo para que depois planeje uma ponte definitiva naquele rio para que não aconteça mais isso. Parabenizar. Obrigado, Deputado Lazinho, pelo aparte.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Obrigado, Deputado Adelino. O Secretário Ezequiel estará, segundo ele, mandando a equipe lá. Eu não sei se um paliativo neste momento, da forma como está lá, vai resolver. Mas eu tenho certeza de que o DER vai dar, através do Ezequiel, vai dar a solução e tentar, da melhor maneira, resolver o problema. Eu, por último, gostaria de salientar aqui com relação ao nosso orçamento para 2017, no nosso caso, Deputado Adelino, Deputado Laerte, Deputado Marcelino, Deputado Ribamar Araújo que é da Comissão de Agricultura, o orçamento destinado ou previamente destinado à agricultura no que se refere a investimento para o ano que vem. A proposição feita pela Secretaria de Estado com relação ao valor é difícil até de a gente comentar aqui. Você tratar o Estado, mesmo sabendo do momento de crise, e a crise você tira e resolve com investimento, porque é o investimento que vai trazer arrecadação, o orçamento proposto de quatro milhões e duzentos mil para investimento. Nós estamos discutindo, nós não aceitamos, eu fico triste de saber que o ano passado, nós tínhamos dezesseis, só conseguimos aplicar cinco milhões e meio, não conseguimos aplicar o restante e este ano diminui mais ainda. Então, eu peço o apoio de toda esta Casa para que a gente consiga o mais rápido possível sentar e resolver esse problema, porque a agricultura não pode ter um tratamento imaginário de que é despesa, ou a gente inverte aonde produz, ou nós vamos ter um Estado mais deficitário ainda.

(Às 16 horas e 28 minutos o senhor Edson Martins passa a Presidência ao senhor Cleiton Roque)

O Sr. Cleiton Roque (Presidente) – Um aparte Deputado?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Pois não Deputado Cleiton.

O Sr. Cleiton Roque (Presidente) – Deputado Lazinho, parablenizar pelo seu pronunciamento, nós sabemos que o senhor é um Deputado aqui muito ligado ao setor produtivo, principalmente a agricultura familiar, participa ativamente dos movimentos junto com o Deputado Adelino, junto com o Deputado Marcelino Tenório, junto com outros Deputados que têm também um forte apadrinhamento das suas ações políticas voltada ao setor produtivo. Eu tenho certeza, que o Estado tem ganhado com isso, Rondônia hoje, nós estamos entre os 04 Estados que ainda consegue honrar seus compromissos em virtude desse trabalho realizado ao longo dos anos, desde o ano passado quando eu tive oportunidade de relatar o orçamento, eu vi o empenho de Vossa Excelência, o Deputado Marcelino, Deputado Adelino, toda Comissão de Agricultura, o Deputado Ribamar Araújo, outros Parlamentares desta Casa, empenhado em melhorar o montante do orçamento, principalmente para o investimento, coisa que nós fizemos hoje novamente na reunião na Casa Civil, junto com representantes da SEPOG, junto como Secretário George Braga, junto o Secretário Evandro Padovani, Vossa Excelência já vem trabalhando ao longo dos dias, desde o orçamento aqui na Casa para melhorar. E desta forma, é nesta luta que consegue resultados importantes Deputado Lazinho, e eu quero parabenizar pela maneira que Vossa Excelência, que os demais Deputados tem tratado junto com o Governo, não é uma queda de braço, é de fato, todos estão preocupados para que nós possamos melhorar os nossos índices do setor produtivo e conte comigo, se o orçamento nós vamos trabalhar para votar na primeira semana de dezembro, vamos preparar ele para isso e com certeza vai ser no consenso com os demais Deputados. Vossa Excelência falava que para se ter uma valorização do setor produtivo, para melhorar os nossos números, nós temos que nos preocupar principalmente com a qualidade da nossa malha viária. Agora a pouco mesmos estava o vereador Reinaldo, vereador de Alto Alegre, ele cobrando para que nós cobremos do DER a recuperação na P 70, que interliga o município de Alto Alegre dos Parecis a Parecis, só foi patrolado, não cascalhado, ou seja, está terrível para trafegar por essas rodovias. E a exemplo que nós temos aí de outras localidades. Agora, é preciso que também se dê condições para o DER, para que ele faça a devida manutenção das malhas viárias. Está certo? Parabéns pelo pronunciamento Deputado Lazinho.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Obrigado Deputado, eu agradeço os elogios, ele se refere a toda nossa Comissão de Agricultura, eu tenho certeza que nós vamos conseguir chegar num denominador comum daqui para votação final desse orçamento. Tenho certeza também, que o setor produtivo, a agricultura, a agricultura familiar, a agricultura empresarial, ela é a única fonte de renda que pode fazer com que o Estado continue pagando a sua Folha de Pagamento, pagando as suas dívidas, continue crescendo. O Estado de Rondônia ainda a que pese a maioria dos Estados brasileiros estarem em má situação, o Estado de Rondônia estar em boa situação justamente porque nós temos o setor produtivo ainda em crescimento. Nos outros Estados, o setor produtivo ele já estar, ou estabilizado ou em declínio. Aqui no Estado de Rondônia, nós ainda temos o setor produtivo em crescimento e a gente investir no setor produtivo é investir em mais arrecadação, mais dinheiro para a saúde, mais dinheiro para educação, mais dinheiro para

as estradas. Eu tenho uma preocupação e tenho dito isso, nós precisamos criar no Estado um programa que venha de encontro a necessidade de recuperação definitiva das nossas linhas vicinais, tanto estadual quanto municipal, nós não temos mais madeira, não podemos mais tirar madeira e nós ainda continuamos no sacrifício de está remendando pontes, remendando, catando madeira que não serve para ser utilizada nesse tipo de obra e fazendo com que as coisas a cada dois, três anos tem que ser feita de novo. Eu sugiro que se faça isso, ache, procure uma fonte de recurso onde possa ser específico para construção de pontes, bueiros nessas linhas, acabar com as pontes de madeira; o Deputado Lebrão sabe o quê que isso significa. Nós temos que ter um planejamento de médio e longo prazo para em dez anos, por exemplo, a gente não ter mais problema com pontes e bueiros no município, no Estado de uma forma geral, isso é investir no setor produtivo. Um caminho de leite de uma empresa de laticínio que tem que andar 30 KM a mais por causa de um bueiro quebrado ou de uma ponte quebrada, é prejuízo para empresa, para o Estado, para o município, para todo mundo. Então, é importante que a gente pense desta forma, planeje o Estado de forma que nos próximos dez, oito, dez anos a gente tenha isso construído. Fonte de recurso tem, a gente tem que sentar e rediscutir essas formas e poder fazer isto em parceria com o setor público, privado, de uma forma geral que a gente atenda principalmente aquele homem, mulher do campo, a família no campo que está lá vivendo nos rincões do nosso Estado produzindo alimentos que vão à mesa de todo povo brasileiro. Era isso que eu tinha senhor Presidente, muito obrigado.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, só cumprimentar aqui o Vereador Nicão, do município do Vale do Paraíso, reeleito, e o Vereador Lourival da 20, também do município de Vale do Paraíso, dois vereadores reeleitos parceiros nossos que estão aqui hoje fazendo uma visita a Casa.

O SR. CLEITON ROQUE (Presidente) – Muito bem Deputado Laerte, cumprimentar também o senhor João Alves, Prefeito eleito no Município de Governador Jorge Teixeira, senhores Vereadores Bruno José Camato, Lourival Pinto de Assis, da Câmara Municipal de Vale do Paraíso, os Vereadores e Vice-Prefeito eleito do Município de Alta Floresta, capixaba Edimar Boldt, o Estado de Rondônia, tem muito capixaba não é Deputado Edson Martins? Ele é lá da sua terra, São Gabriel da Palha e Nova Venécia, nosso companheiro Edimar Boldt, agradecer pela presença. Franqueando a palavra ao Deputado Jesuíno Boabaid, pelo tempo de vinte minutos com direito a apartes.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Boa tarde a todos, cumprimentar todos os Deputados em nome do Presidente Deputado Cleiton Roque, a todas as pessoas presentes no recinto a todos os trabalhadores. Vim a essa tribuna hoje falar sobre uma questão um pouco desconfortável, é uma decisão de um conselheiro, Conselheiro Crispim do Tribunal de Contas proferida em uma decisão monocrática, decisão monocrática, ele de forma individual decidiu no DMGCV/TCE 0225/2016, quanto ao não cumprimento da Lei Estadual, ora vigente 3.124/13. Olha o que ele determina: determina ad cautelam com fulcro do artigo 108, parágrafo 1º, do Regimento Interno TCE/RO ao Fundo de Investimento Desenvolvimento Industrial do Estado FIDER, que se abstém a promover novos repasses decorrentes de recursos financeiros da arrecadação de suas receitas para aplicação diversas de suas atividades específicas, cuja aplicação possuam vinculações as suas atividades preconizadas pela Lei

Complementar nº 283/2003, e ele vai mais além. A Lei em vigor foi autorizada pelo Poder Executivo que os recursos do Fundo de Investimento Industrial do Estado de Rondônia – FIDER, pode repassar 50% para o Estado, e essa decisão fica o seguinte o artigo 1º da Lei: “fica o Poder Executivo autorizado a utilizar dos recursos do Fundo do Investimento do Desenvolvimento Industrial de Rondônia, até o limite de 50% da receita do exercício ocorrente para complemento de pagamento de despesa de custeio”. Senhores prestem atenção, pagamento de custeio. Aí vem o senhor conselheiro, olha o absurdo, não vou nem entrar agora nesse exato momento nessa questão. Eu vou falar que o próprio Tribunal de Justiça, Dr. Alexandre Miguel, no acórdão, ele vem e diz o seguinte: o Tribunal de Contas, não pode suspender o pagamento de pensão de ex-Governador do Estado enquanto as Leis que a regulam, notadamente artigo 64 da Constituição Estadual e Lei 276, não forem revogadas. O que o Tribunal diz? Colocou-os no lugar deles, e qual o lugar do Tribunal de Contas? O lugar do Tribunal de Contas é um órgão acessório desta Casa de Leis. O que é um órgão acessório? É um órgão que vai analisar as contas e ao final opinar para esta Casa, eu estou falando, as contas do Governador. Olha opinamos que a conta está irregular, e esta Casa que tem a soberania, o poder vai julgar sim ou não. O que não pode senhores Deputados, senhoras Deputadas é este órgão, e eu falo, agora da decisão do senhor Crispim, Conselheiro, passivo de sofrer um impeachment porque eu entendo dessa forma, violando uma Lei, ou seja, aqui esta Casa está para quê? Quer dizer então, para que serve então 24 Deputados? Para quê? Então, sete conselheiros hoje tem a decisão maior em falar ‘olha a Lei, não vai ser cumprida’, quem decide é o Tribunal de Contas, é dar asa para o menino crescer, o pai dá liberdade para o menino crescer, e vai crescendo. Eu não tenho rabo preso com conselheiro nenhum, e não devo nada para conselheiro, Tribunal de Contas ou algo assim, agora o que não podemos hoje é permitir essa autonomia, essa soberania em um órgão acessório, que eu insisto que não é Poder, é um órgão acessório vir querer ditar regras, vir querer falar o que pode e o que não pode legislar. Isso é inaceitável! Isso é incabível! Poderes são: Legislativo, Judiciário e Executivo. Aonde é que está na Constituição Estadual ou Federal alguma coisa assim que diz que um órgão acessório é Poder? Não. Prefeitos hoje estão aterrorizados, porque qualquer Conselheiro toca, meu amigo os caras estão crescendo igual, e digo para qualquer Parlamentar que se encontra aqui presente que foi ordenador de despesa, deixa sair daqui, deixa um dia sair daqui como é que vai ficar a nossa a situação? Deixa pelo menos algum erro que pode ter sido feito não de forma dolosa, algum erro, alguma situação, eles vão sem sombra de dúvida aplicar o que é para aplicar e com mais autonomia que vai crescendo e que vai crescendo, embargando obras, não falando para cumprir leis, julgando inconstitucional uma lei? Inclusive foi de minha autoria uma emenda constitucional, de minha autoria que foi aprovada que diz taxativamente ‘quem pode julgar, arguir inconstitucionalidade é o Tribunal de Justiça’. Não é Tribunal de Contas! Não tenho nada contra o Presidente, não tenho nada contra conselheiro algum, agora não venham querer ditar regras, querer criar algo que não existe, por que se assim fosse nós teríamos que realmente parar esse trabalho aqui e falar ‘olha comunidade, povo’, porque ali é um cargo vitalício e, diga-se de passagem, são bem remunerados, se quiser eu até apresento aqui qual é o salário de um conselheiro daqueles e as regalias que eles têm. Agora eu fico aqui pensando, aí eu quero dizer outra coisa que eu vou mais além, eles têm cinquenta e seis milhões de reais que foi um erro do

Governo em uma ação, de um Secretário em fazer uma conta, ele errou alíquota e deixou uma alíquota e deixou para eles cinquenta e seis milhões de reais, e, diga-se de passagem, não estão investindo em nada, está parado esse dinheiro e o Estado não pode investir em saúde, não pode investir em educação, não pode investir em segurança pública. E onde que está escrito isso? E vou pedir, já falei pela manhã aqui ao Presidente da Comissão pertinente que é o deputado Cleiton Roque, a Comissão de Finanças, que eu vou fazer uma emenda, que o órgão ou qualquer Instituição que tenha esse recurso além que não conseguiu executar, retorne para a fonte mãe, fonte CEM, fonte do Estado. Não adianta a gente está aqui, todo mundo está passando por crise, todo mundo está pedindo socorro e tem aí gente gastando dinheiro da forma que quer, como quer. Quer dizer que é assim que funciona então o Estado? Senhores eu, é com muita... Três minutos já? Vinte minutos já foi? Misericordiosa! Ah não, tem onze, é por que aqui está errado hein, tem o desconto. Então o que eu peço para Vossa Excelências? E aí uma mensagem para os Conselheiros que são sete. Façam uma revisão, uma revisão na sua condição, na sua forma de estar atuando aí no Tribunal de Contas e pode ter certeza esse mandato de segurança, o Estado está aqui pedindo lá para cumprir uma lei, sabe por que? Porque hoje se cumprir tem passivo aqui de punição de multa ao Secretário que descumprir. Então são essas questões que as vezes deve ser levada à tona, que deve...

O Sr. Hermínio Coelho – Jesuíno um aparte? NO caso essa lei é do Executivo?

O SR. JESUÍNO BOABAID - É nossa, foi aprovada em 2013...

O Sr. Hermínio Coelho – Eu sei, mas a lei é, sim, mas se foi nós que aprovamos a lei é do Executivo?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Sim.

O Sr. Hermínio Coelho – Aí o Tribunal de Contas intimou o Executivo que a lei não vale?

O SR. JESUÍNO BOABAID – É inconstitucional.

O Sr. Hermínio Coelho – E o Governo está obedecendo?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Olha a decisão.

O Sr. Hermínio Coelho – Não, mas eu acho engraçado que a Procuradoria do Estado para dizer que os nossos projetos são tudo inconstitucional ela é boa? Agora para dizer para o Tribunal de Contas que ele não tem poder de...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não fez, fizeram, está aqui o Mandato de Segurança...

O Sr. Hermínio Coelho – Então eles entraram com um mandato de segurança?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Entraram, estão fazendo as devidas ações pertinentes...

O Sr. Hermínio Coelho – Eu acho o seguinte deputado Jesuíno, eu também acho que tem, não está correto essa coisa, mas cabe a Assembleia chamar o Tribunal de Contas e discutir, vê.

Eu acredito que realmente o Tribunal está extrapolando sim, ele não tem esse poder de tribunal de Justiça de dizer se lei é inconstitucional ou constitucional...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Sim, se fosse ...

O Sr. Hermínio Coelho – Cabe a gente... Eu acho que hoje, há muito tempo o relacionamento dessa Casa com o Tribunal de Contas é muito bom. Eu tenho um respeito sim aos conselheiros, e pelo menos que eu conheço o Tribunal de Contas, não existe deputado Jesuíno essa questão de deputado ter medo de ter qualquer ação contra o Tribunal de Contas por temer qualquer tipo de retaliação, não vejo isso, não vejo isso. Eu acredito que dá para a gente discutir isso, mostrar para o Tribunal de Contas que realmente ele deve ter um equívoco sim nessa situação aí, que ele não tem esse poder de dizer se o que nós aprovamos aqui é legal ou ilegal, eu acho que dá sim para a gente discutir sem precisar um E sobre essa questão do dinheiro que se sobra, eu defendo sim, todos os Poderes, principalmente a Assembleia, o Tribunal de Contas e outros que tiver dinheiro que não tem necessidade o Estado está precisando, os municípios estão precisando e muito para educação, para saúde, para segurança pública, enfim, vamos também discutir isso se este ano já no mínimo congelar o crescimento, os reajustes dos Poderes que não tem compromisso com, só com a folha de pagamento e manter esse Poder. E também defendo, se tiver dinheiro sobrando tem que devolver sim e de preferência para os municípios para investir em saúde, educação, agricultura e segurança pública.

O Sr. Laerte Gomes – Um aparte, nobre Deputado Jesuíno?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Pois não.

O Sr. Laerte Gomes – Vossa Excelência como conhecedor do direito tem o conhecimento, com certeza, do que está falando, mas eu entendo também que o Tribunal de Contas, inclusive o Conselheiro que proferiu essa decisão é uma pessoa séria, correta, Conselheiro de carreira, Auditor Fiscal de carreira do Tribunal de Contas do Estado, então com certeza é o que o Deputado Hermínio falou, um bom diálogo a gente conversar com certeza podemos aqui dirimir as dúvidas que V.Ex^a traz aqui hoje a esta Casa com todo o seu direito parlamentar que é justamente este mesmo, exercendo o seu direito parlamentar. O Tribunal de Contas, Deputado Hermínio, hoje inclusive está realizando um grande encontro pedagógico junto com todos os prefeitos e prefeitas eleitos e reeleitos, os vereadores do Estado de Rondônia, o Presidente Maurão de Carvalho esteve hoje presente na parte da manhã, está lotado lá o auditório do Tribunal de Contas instruindo, orientando, conversando com os nossos prefeitos e prefeitas eleitos e reeleitos fazendo o seu papel que é ser parceiro, que é ser orientador, que é ser pedagógico junto as administrações municipais. Logicamente quando tiver que penalizar e punir vai fazer, mas eu acho que o grande papel do Tribunal é justamente evitar que se chegue a punição fazendo um trabalho de prevenção. Então acho que o tribunal tem feito muito isso aqui no Estado, tem feito um grande trabalho neste sentido. Eu até, Deputado Hermínio, um dos motivos que, nós tivemos agora uma eleição municipal, Deputado Jesuíno, e onde de 38 ou 39 prefeitos poderiam ter saído a candidatura e ser reeleitos, só 06 foram, Deputado Hermínio, lógico que nem todos saíram, 29 saíram candidatos a reeleição, Deputado Luizinho, e só 06 reelegeram, um dos fatores que eu entendo, lógico que é a gestão, é a dificuldade,

é a vontade que o povo demonstrou de mudança na eleição, mas um dos aspectos também foi o Tribunal de Contas nesses últimos 04 anos não ter aquele papel de fazer as auditorias anuais nos municípios porque isso ajuda as administrações municipais, vai lá evita-se o erro, corrige o erro, os técnicos das prefeituras que na sua maioria são municípios pequenos com técnicos não tão qualificados assim, com dificuldade de buscar conhecimento vão lá e se instruem, então eu acho que esse foi um dos motivos também que essas gestões ao final de seus mandatos não foram bem avaliadas. Porque se o prefeito não foi reeleito logicamente que a gestão não era bem avaliada. Então eu acho que V.Ex^a está no seu direito aqui nesta tribuna, Deputado Jesuíno, exercendo o seu papel de parlamentar e eu lhe parablenzo por isso, mas eu acho que é o que o Deputado Hermínio falou, eu acho que a gente pode chamar aqui e conversar. O Conselheiro Crispim que deu essa decisão monocrática é Auditor concursado de carreira do Tribunal de Contas, uma pessoa seriíssima, os outros conselheiros também da mesma forma, e o Tribunal tem sempre estado aqui nesta Casa quando chamado, então eu acho que um diálogo, uma explicação a gente pode dirimir essa questão que V.Ex^a trouxe aqui.

O Sr. Hermínio Coelho – Deputado Jesuíno, eu queria até já passar para o Presidente para que ele chame aqui amanhã convidando o pessoal do Tribunal de Contas, os Conselheiros com certeza eles vêm aqui pela manhã reunir aqui com os deputados, Deputado Maurão, para nós discutirmos essa questão que o Deputado Jesuíno trouxe aí a tribuna. Eu peço a V.Ex^a pedir para falar com o Presidente do Tribunal e com todos os conselheiros e principalmente com o Conselheiro Crispim para que amanhã de manhã aí na presidência discutir com os deputados porque esse entendimento, porque essa ação do tribunal de Contas para a gente achar um caminho aí para que não precise aqui a gente estar debatendo com o Tribunal de Contas.

O Sr. Ezequiel Junior – Deputado, o senhor me permite um aparte rapidamente aqui?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Pois não deputado.

O Sr. Ezequiel Junior – Existe a Súmula 347 do Supremo Tribunal Federal que diz o seguinte: “O Tribunal de Contas no exercício de suas atribuições pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do Poder público”. Portanto o Tribunal pode declarar a inconstitucionalidade da Lei segundo essa Súmula 347, do Supremo Tribunal Federal.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Só que a Súmula, nós temos que ter legislações. A legislação, no Artigo 88 na nossa Constituição Estadual diz que: “é competência exclusiva dos órgãos do Poder Judiciário o controle difuso ou concreto da constitucionalidade de lei ou de ato normativo”. Nós temos que ver a essência dessa Súmula é do STJ, até porque o STF - Supremo Tribunal Federal, guardião da Carta Maior, que deve dizer se ela tem atribuição ou não. O que eu quero dizer, que o senhor Conselheiro de carreira especialista deve ter seus assessores, ele não pode em um ato vir dizer que a matéria é inconstitucional ou não. Ele pode pedir através, eu não sei com o quê, a sua Procuradoria, que tem o Ministério Público de Contas, arguir lá para o Procurador que é o PGJ lá, que é o senhor Airton, que entre com uma ação de direito de constitucionalidade. Se assim fosse, já podemos, a partir de

hoje, todas as leis também notificar lá o Tribunal de Contas para ele dizer: - olha, isso é aqui é constitucional, isso aqui é inconstitucional, isso aqui não é constitucional. Então a Súmula do STJ tem que ver a essência, STF, mas não é vinculante ainda, tem que ver a essência do que foi aplicada essa decisão em si. Mas ela não é feita *erga omnes*, ela não é feita para todos os Estados, por isso que cada Estado irá legislar sobre tal matéria. Então, por isso que eu peço aos nobres pares que é para nós começarmos a analisar esses pontos. Começou a dar decisão, começou a fazer tal de decisões admonitórias, que essas decisões para mim..., eles começam a ditar o que... Eles têm que ter esse controle do orçamento, que está previsto sim, mas nós... Eu pergunto aqui, Presidente, que o senhor foi Presidente, Deputado Hermínio, quantas vezes senhor fez uma auditoria nas contas do Tribunal? O senhor fez alguma vez? Alguém fez alguma vez auditoria nas contas do Tribunal de Contas? Quem tem competência para isso? Somos nós, artigo 46 da nossa Constituição Estadual. Então, isso que nós temos que começar, eles são os fiscalizadores, será que estão agindo como devem? Eu já recebi denúncia, que inclusive eu vou só recolher documentações, que o prédio lá não tem a habite-se, falta uma série de questões irregulares. Então a Assembleia tem que exercer o seu papel. Não estou falando aqui, proibindo ou falando que o Tribunal de Contas não deve exercer o seu papel constitucional, não! Agora, o que não pode é permitir que hoje ele está já agindo como Judiciário e não pode, não pode! Vou defender esta Casa, sou membro desta Casa, assim como os senhores. E aqui não estou fazendo discurso por afronta a 'a' 'b' ou 'c'. Vi, é um ato, estou vislumbrando um ato atentatório mesmo. É uma violação daquilo que realmente nós legisladores, temos, somente nós esta prerrogativa, somente nós. Então, por isso que eu pedi mais 20 minutos que eu tenho mais outra coisa para falar, eu vou passar da minha fala. Eu peço que nós, aí o Presidente da Casa, o Presidente Maurão de Carvalho possa chamar os Conselheiros aqui, mas acredito que não venham, que hoje estão muito sapatos altos, deve ir lá. Se a gente quiser hoje tem que ir lá, tem que chamar, porque qualquer coisa se vier no Parlamento aqui parece, só vem quando tem interesse, aí chega aqui fica cheio de Conselheiro, vem todo mundo para cá, quando é uma lei de interesse deles. Eu quero, então, eu peço ao senhor Presidente que ele me explique, porque dá forma que está, todas às vezes pode ser qualquer um, qualquer um que se levantar, que se nós estivermos nas nossas prerrogativas, dentro do nosso papel, dentro do nosso direito, eu vou lutar sim por esse Parlamento. Agora vir para cá, vir com aqueles papos filosóficos, vir com aqueles papos melosos, vir com entendimento, que não sei o quê... O Deputado Ezequiel veio falar aqui da Súmula 373, mas aqui não estou falando do caso e Súmula não é algo vinculante, Súmula vinculante, acredito que são poucas. A Súmula 11 que diz sobre o uso da algema e assim sucessivamente. Agora, súmula vinculante é quando o guardião maior, o STF vem e fala, - olha isso aqui tem que ser aplicado dessa forma. Mas enquanto nós legisladores estivermos dentro do nosso papel, dentro dos nossos direitos, eu estarei aqui defendendo essa prerrogativa.

O Sr. Hermínio Coelho – Deputado Jesuíno, a lei que, no caso, o Tribunal entende que é inconstitucional, que era para o Executivo cumprir, ela é boa para o povo, o que é? É o quê?

O SR. JESUÍNO BOABAI – Ela é boa para o povo, FIDER, que o recurso, 50% volte para custeio. Custeio pode ser o quê? Investimento na parte... Então esse...

O Sr. Hermínio Coelho – É 50% de que dinheiro?

O SR. JESUÍNO BOABAI - Do Fundo, do FIDER – Fundo de Investimento e Desenvolvimento Industrial do Estado de Rondônia – FIDER, é essa Lei 3.124, que está disciplinando que 50% retorne para o Estado prover a questão nas atividades, seja decorrente de investimentos, pode retornar de custeio. Então é isso que a gente está falando. Ele vem e disse: - não, não pode; isso aqui pode. Então não é assim, a gente tem que começar, ele mandar um documento para cá, dizer que, apontando esse erro, notificar o Estado, mas não de forma brutal, decisão monocrática, sustar o efeito da lei, como? Está sustando o efeito de uma lei que está em vigência. E quem pode sustar o efeito dessa lei é o Tribunal de Justiça arguir inconstitucionalidade, vem para esta Casa, esta Casa vai ter que sustar os efeitos daquela lei. Quem deve sustar somos nós, está lá na nossa Constituição que ainda vigora. É isso que eu quero falar hoje.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Jesuíno, eu vou fazer o convite ao Conselheiro Crispim, como o Deputado Hermínio falou, e a gente vai conversar. O nosso relacionamento com o Tribunal de Contas tem sido bom. Hoje mesmo nós tivemos um encontro com os Prefeitos, os Poderes, o MP, Dr. Airton; Dr. Sansão, Presidente do Tribunal de Justiça; todos os Poderes na abertura do Congresso dos Prefeitos de transição de contas. Muito importante e só tenho aqui que parabenizar. Foi iniciativa do Conselheiro Edilson e a Assembleia Legislativa foi convidada para participar junto com os Poderes e as instituições para que pudesse conversar e orientar os Prefeitos na transição de governo, da Prefeitura. Os Prefeitos que deixam as Prefeituras e os que vão assumir as Prefeituras. A preocupação com os que estão fechando as contas e a preocupação com os que vão assumir as contas com o momento de crise, que não adianta dizer que nós não estamos passando por isso. Estamos passando com a queda de receita para os municípios, com os 52 municípios nós temos 36 municípios que tiveram perda na sua receita, perda grande mesmo. Estava agora a pouco conversando com o Prefeito de Ministro Andreazza e ele teve uma perda de quase 50% no seu ICMS, que é de doer a cabeça e é preocupante para quem vai estar no comando, fazendo gestão de uma Prefeitura como essas. A grande maioria das Prefeituras está com dificuldade e o Tribunal de Contas está orientando a questão da contratação de pessoal, os portariados, de gasto com a Prefeitura para que as Prefeituras possam realmente entrar com as torneiras fechadas, principalmente no início do ano, senão não fecha as contas, Deputado Lazineho. A grande maioria dos Prefeitos está fechando esse ano graças a esse projeto que o Governo Temer conseguiu captar esse recurso do imposto de renda que esse mês agora, nós vamos ter um repasse que vai ser positivamente para o Brasil, positivamente para Rondônia. Só a Prefeitura de Porto Velho vai receber R\$ 14 milhões. Com isso ela fecha as contas, fecha as folhas, consegue fechar a folha de pagamento. Assim as Prefeituras, Prefeitura pequena como Ministro Andreazza, vai receber R\$ 400 mil. É pouco, mas vai conseguir fechar a folha de pagamento porque era um dinheiro que não estava programado, que foi com a retenção, com as pessoas que trouxeram dinheiro que estava aplicado por fora, nos bancos mundiais, bancos de outros países e pagaram imposto de renda, que vai dar o montante de quase R\$ 450 milhões para Rondônia, que vai ser entre Estados, Prefeituras e os Poderes. Até nós também vamos conseguir fechar nossas contas com esse repasse

que é aplicado agora no mês de novembro. Então, Deputado Hermínio, fecha as contas, mas os Prefeitos, os gestores que estão assumindo no próximo mandato, se preparem. A alegria deles, a maioria, vai até o dia 1º de janeiro, que é a comemoração da vitória, ganhou a eleição, é festa. Domingo mesmo eu estou convidado para estar lá no município de Mirante da Serra, o Prefeito lá vai matar 15 bois, uma festa. E as festas estão acontecendo. Então esse é o momento, Deputado Laerte, Deputado Adelino, de festa, mas eles não sabem o que eles pegaram para frente, não é mesmo? O que eles... É muita festa e eu acho que é o momento de comemorar, mas é o momento de muita... Está aqui o Deputado Cleiton Roque, que tem sua esposa como Prefeita, e ele ainda está aqui como Deputado, vai ter como trabalhar suas emendas, correr atrás do Deputado Aécio, dos outros Deputados, para poder ajudar ela lá no momento difícil, mas a grande maioria das Prefeituras tem dificuldade. Nós temos Prefeitura que chega a ter 73% da sua receita comprometida com o pessoal. Como o Prefeito só pode gastar 54%, estão gastando 73%. Então, Deputado Lazineiro, a hora que os Prefeitos deixarem as Prefeituras, exonera e eles... E a orientação que eu tenho orientado em meus gabinetes com os Prefeitos, que eu tenho despachado, 'não nomeia, deixa alguém ficar chateado, deixa alguém não entender nesse primeiro momento que lá na frente vocês vão agradecer e vão conseguir fechar suas contas; se fizer nomeação não vai conseguir manter a máquina'. Buritis é um dos municípios, município Brasilândia, estava vendo Brasilândia é um dos que mais perdeu receita e aumentou a folha com alguns planos de carreira, alguns prefeitos que estão entregando mandatos, nem disputaram a reeleição e fez que a folha aumentasse e hoje os prefeitos novos estão com muitas dificuldades. E o Tribunal de Contas está fazendo isso, deixando claro, ele tem lá um espelho da administração de todos que eles estão pegando, a maioria deles estão saindo hoje muitos entristecidos, mas sabendo da realidade do que têm para se administrar. Então, eu quero aqui parabenizar ao Conselheiro Edilson, pela preocupação em fazer essa parceria orientando os nossos prefeitos, orientando os nossos vereadores, Presidente de Câmara com os gastos, que os gastos infelizmente vai ter que cortar como nós fizemos nesta Casa Deputado Hermínio, como o senhor fez como Presidente da Casa, como eu tive que fazer, muitas vezes nós tivemos que fazer orientado pelo próprio Tribunal de Contas, para que a gente fizesse o enxugamento e pudesse tocar esta Casa. Assim eles vão ter que fazer com muita dor, os prefeitos do nosso Estado, poucos, poucos, eu acho que eu pensava mais aqui em Porto Velho que tinha uma receita de um índice 22%, chegou a 36% agora, ainda vai ter uma folga maior, porque Porto Velho acabou captando a grande parte da receita dos municípios, principalmente os pequenos perderam aqui para capital. Então, Porto Velho ainda, ainda Deputado Laerte, o prefeito do seu partido, ele não vai poder reclamar porque ele ganhou aí em torno de 8% de aumento na sua receita, quem perdeu foi os municípios mais pequenos, que hoje são mais penalizados. Mas, Vossa Excelência que participou, o Deputado Adelino, viu a importância, já foram prefeitos desse trabalho do Tribunal de Contas, com a Assembleia, com os Poderes, orientando os nossos prefeitos, principalmente aqueles que ganhou a eleição pela primeira vez, que tem quase nada de visão administrativa, pensa que administrar às vezes é tão fácil, como às vezes uma empresa privada é muito mais difícil e eles estão ganhando uma aula que com certeza merece o nosso reconhecimento desta Casa.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Um aparte Presidente. Eu quero também aproveitar este momento para parabenizar o Tribunal de Contas, nós estivemos lá na abertura, o senhor esteve lá, também o Deputado Laerte esteve lá e eu acho que isso é fundamental, orientar para poder não precisar punir. Eu fui 12 anos prefeito, graças a Deus, não tive problema. Mas, sempre o Tribunal de Contas, sempre que teve dúvidas, o Tribunal estava lá. E o Conselheiro Crispim, que na época não era Conselheiro, ele era de carreira, ele foi um técnico sempre que deu todas as informações, um técnico muito respeitado e eu tenho certeza, o Deputado Jesuíno questionou aqui, mas eu tenho certeza que tudo sempre têm uma explicação. E eu quero parabenizar então o Tribunal de Contas, o Edilson Presidente, através dele todos os Conselheiros por essa iniciativa de fazer esse encontro; o Deputado Laerte conhece, sabe o quanto é importante o Tribunal de Contas orientar os prefeitos, os técnicos que estão assumindo as prefeituras agora, para que não façam besteira. E o que senhor falou Presidente, hoje nós temos que trabalhar com o pé no chão, hoje sabemos que o Brasil está numa situação difícil, o Estado de Rondônia ainda está melhor que os outros Estados, mas, com certeza também está sentindo muito a crise, os municípios são os primeiros afetados pela crise, quando diminui a arrecadação, primeiro a atingir são os municípios, depois o Estado, depois o Governo Federal. O Governo Federal tem meios para buscar recursos, tem o Banco Central; mas, os municípios dependem e têm a pressão do pessoal. Então, desejar sucesso a todos os prefeitos, vereadores eleitos e não vamos desanimar eles demais não. Eu acho que com o trabalho, com a eficiência hoje com uma equipe boa, tem condições de fazer. Quando nós assumimos a prefeitura, eu assumir não tinha nem uma pá, não tinha nem um enxadão lá em Cacaulândia. Muitos foram prefeitos naquele tempo eram tempos mais difíceis que hoje e nós conseguimos superar. Eu tenho certeza que os prefeitos eleitos já assumiram na campanha já conheciam a realidade dos municípios e eles vão fazer uma boa gestão com certeza. Nós temos muitos exemplos no Estado de Rondônia que servem para reflexão de todos os que ganharam eleição agora, nós vemos vários prefeitos presos, vários vereadores presos, vários secretários presos e isso vai servir de reflexão, de meditação para todos os que estão assumindo o serviço público hoje, principalmente nas prefeituras, que sabe que não podem fazer besteira porque a situação hoje é complicada e cada vez mais está sendo vigiado a transparência, hoje ninguém mais consegue fazer nada escrito, a mídia hoje tem um acesso muito grande com tudo que as prefeituras fazem, principalmente o Ministério Público está aí atuando no Estado de Rondônia, o Tribunal de Contas também está atuando e eles estão aí para isso. Então, orientar, quem não quer ouvir depois paga a conta. Obrigado.

(Às 16 horas e 51 minutos o senhor Cleiton Roque passa a Presidência ao senhor Maurão de Carvalho)

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – fazendo uma correção aqui. O Estado de Rondônia vai receber cento e vinte seis milhões, setecentos e oitenta e um mil, quatrocentos e vinte reais. Então, cento e vinte seis milhões que vem...

O SR. LAERTE GOMES – Mas que pode aumentar Presidente, porque estão fazendo uma nova medida.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O repasse já pode chegar a quatrocentos e cinquenta milhões, pode che-

gar, mas já está garantido esse dinheiro que vai dar impulsão nas prefeituras que os prefeitos vão poder fechar.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Presidente, antes de o nosso líder falar na tribuna, eu queria dizer o seguinte: eu não sei se já foi lido ou vai ser lido. A gente está pedindo uma Audiência Pública, a gente está requerendo a Mesa Diretora para realização de uma Audiência Pública no dia 18/11/16, às 9:00 horas, para debater as notificações recebidas pelos moradores da Reserva Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Madeira B. Esses trabalhadores, só para Vossa Excelência vê líder como é a situação aqui em Rondônia. Tem três mil trabalhadores nesta área, é uma reserva sustentável, tem três mil moradores lá, inclusive tem uns lá assentados a quase trinta anos pelo próprio INCRA. Em 96, o Governo irresponsável do Senador Raupp, na época Governador de Rondônia, fez lá uma negociata lá com a união e passou essa área que já tinha gente ocupada e assentada pelo INCRA, passando, criando essa reserva, aqui há dezessete quilômetros aqui sentido Humaitá. E agora, e agora, sabe Deputado Aécio, o que o Governo está fazendo, o Governo do Estado está fazendo? A Procuradoria do Estado fez um pacto com o Ministério Público e a SEDAM está indo notificar todos esses trabalhadores Deputado Dr. Neidson, dando trinta dias, dizendo, - 'olha, trinta dias, daqui a trinta dias vocês estão sendo convidados a se retirarem daqui, põem a sua sacolinha ou a sua trouxa nas costas e vão embora daqui'. As famílias Deputado Maurão, têm família há trinta anos lá cara, que criaram já sua família, tudo que tem está lá, com muito suor, com muito trabalho e produzindo, produzindo banana, macaxeira, mandioca, batata, enfim, todo tipo de alimentos e criando lá uma galinha, um porco, uma vaca para tirar o leite para o sustento da família e também para fazer um queijo e outra coisa parecida. E a gora o Governo sem mais nem menos vai lá, sem discutir com ninguém, nunca um Promotor do Ministério Público foi lá. Poxa essa floresta ela é sustentável, essa reserva é sustentável. Vamos criar um plano piloto, vai lá Ministério Público, Procuradoria, Tribunais, vai o Executivo, vai Assembleia discutir com os trabalhadores lá, o que nós estamos querendo da vida então? Poxa a cidade está aí cheia, a violência, a criminalidade, aí o povo que está lá produzindo sem encher saco de ninguém, aí vai lá o Governo expulsar o povo de lá para o povo ir para onde? Ir para onde? Eu quero saber cara para onde é, estou falando isso aqui, eu estou vendo a maioria dos Deputados não estão nem escutando o que eu estou falando aqui, porque a política nossa no Brasil e nesse Estado e nessa cidade é assim mesmo o povo que se lasque, o povo que lasque. Porque não dá cara, não dá, os trabalhadores estão lá trabalhando no garimpo, então estão trabalhando lá produzindo e o Governo ao invés de está apoiando Deputado Cleiton, está lá enchendo o saco perseguindo cara. Como é que um pai de família está lá com sua rocinha, que está lá há trinta anos cuidando e sustentando sua família com dignidade sem fazer mal a ninguém, aí chega um filho da mãe de um fiscal da SEDAM com um papel dizendo você tem trinta dias para colocar a trouxa nas costas e sumir daqui, e a gente fica quieto, a gente aceitar isso, a gente aceitar isso. Por isso essa audiência dia 18, nós não vamos aceitar. Pior que não tem uma ordem do juiz, eu pensei que tinha pelo menos uma ação de reintegração de posse, não tem nada disso, agora o que é que nós políticos para que a gente serve? Para que a gente serve? Poxa as pessoas estão lá trabalhando, produzindo, gerando a riqueza para esse Estado e para essa cidade, para esse país, e o que o Estado faz é ir lá expulsar, tirar o

povo lá da sua terra sem mais, nem menos, isso é perverso demais, isso é covardia, isso é bandidagem demais. Agora, eu convido esses Promotores e esses Procuradores, o Governo e nós Deputados para ir lá, será que não dá para a gente, porque lá a floresta ela é um assentamento é diferenciado, lá não é, pode ser feito essa política para que o ser humano conviva com a floresta, com o meio ambiente de forma sustentável e de forma legal e digna, infelizmente é desse jeito, se usa a coisa da lei, a lei que de justiça não tem nada essas leis nossas, na grande maioria são injustas para isso. Agora eu queria saber cara para onde vai aquelas três mil famílias deputado Maurão? Já estão fazendo isso com os garimpeiros que os coitados não conseguem trabalhar em paz, não conseguem trabalhar com dignidade, e o garimpo tudo bem que eles alegam que tem isso, tem mercúrio, que tem mais não sei o que, e o povo que está lá produzindo? Não são fazendeiros, são três mil famílias pequenas que produz e que dá muito bem para preservar tudo que tem que ser preservado, vamos criar critérios, porque está aqui o dono da sua terra ver o que quê pode produzir, o que quê pode fazer. Mas infelizmente, não estão lá entregando, eu queria esta lá e um fila da mãe fiscal desse viesse me entregar, meu amigo eu não sei, o que quê a gente vai fazer? Agora o problema que hoje nesse Brasil o trabalhador, o povo tem que ser humilhado e passar por tudo o tipo de sacanagem e não pode abrir a boca, a gente tem que aceitar tudo quieto. Eu vou para lá junto com esse povo e eu quero vê o fiscal da SEDAM e tirar esse povo lá na marra e convido esse Promotor, esses Promotores para irem lá e saber, vamos resolver as coisas de forma diferente que isso é criminoso. Quem está pagando o salário desse promotor, desses procuradores e o nosso aqui, de deputados, são esses trabalhadores, eles não podem serem tratados dessa forma, eles não podem ser tratados dessa forma. Por isso eu peço a essa Assembleia aqui deputado Maurão, a todos os deputados, amos abraçar essa causa aqui como muitas outras que tem nesse Estado, aonde o povo está lá produzindo e vivendo com dignidade e estão ameaçados de qualquer hora vir a Justiça a olho nu ai sem analisar e sem ver nenhuma situação e colocar o povo para fora, tirar da sua dignidade e jogar ai para a própria sorte para vir para a cidade para que os filhos deles virem bandidos ou então mata ou que morra, que todos os dias é o que acontece ai, os nossos meninos ai sendo presos, morrendo e outras coisas ruins que acontece.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Hermínio com certeza é importante aí a sua defesa a essas famílias, a gente só consegue resolver isso aí com alteração da lei do zoneamento, aí definitivamente nós vamos fazer alteração nessas áreas que são taxadas hoje como reserva que não são mais reservas. Hoje nós temos mais de 40 reservas e reserva de verdade não tem 20 porque já estamos povoados, já estão com pessoas morando a 20 anos e precisa ser feita essa alteração com o projeto de lei de zoneamento que já era para estar nessa Casa. O Governo licitou esse projeto, mas está andando a passos muito lento e não chega e nós temos cobrado isso do Governo do Estado para que a gente possa regularizar com essa reserva que Vossa Excelência está falando como as reservas que fica na região do Cujubim, de Machadinho, de Buritis, Minas Novas, todas elas que hoje são um tormento para essas pessoas que moram e que já estão a 20 anos nessa área. E que grande maioria dessas áreas não era nem reserva, passou a ser reserva com um decreto depois com grande parte ainda o Governador na época, hoje Senador Raupp que criou...

O SR. HERMÍNIO COELHO – E que foi ele que causou tudo isso. Bom, só para te ajudar aí. Esta lei quando o Raupp criou a reserva em 96, em 2013 ou foi em 2014 nós revogamos, nós sustamos essa ação do Raupp de 96, e a informação que a gente é que eles não entraram com ação, não derrubaram, está em vigor. Hoje não tem reserva lá por lei, porque a lei que tinha nós sustamos aqui na Assembleia, a dois ou foi três anos, o Manvailer, a assessoria aí pode buscar aí que foi revogado, foi sustado esta lei de 96, que na época foi criada esta reserva que é uma reserva sustentável aonde era para ser assentar sim pessoas.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Sr. Presidente por favor vamos seguir o regimento interno porque senão, não vamos sair daqui hoje.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado. Viu deputado Hermínio nós tomamos conta aqui na sua fala, e o deputado Laerte ficou vinte minutos na tribuna no discurso dele, pedir para que ele volte e conclua a sua fala.

O SR. LAERTE GOMES – Sr. Presidente, Senhoras e Senhores deputados parabenizar ao deputado Hermínio pela preocupação deputado Hermínio, que nós vamos estar aqui na sua audiência com certeza. Sr. Presidente antes de entrar aqui no tema que eu vou falar, eu gostaria de colocar umas duas situações. A primeira é que o Presidente do Tribunal de Contas entrou em contato e se propôs a vir aqui, às 9 horas da manhã, amanhã para esclarecer esse fato do Tribunal, não sei se esse horário para Vossa Excelência está bem? O deputado Jesuíno já concordou com o horário, 9 horas, os deputados que quiserem participar com o Presidente do Tribunal de Contas, ele se propôs a vir aqui amanhã, às 9 horas, para tirar as dúvidas aí da matéria que foi trazido a pauta aqui pelo deputado Jesuíno. Se tiver ok pode confirmar a reunião Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pode.

O SR. LAERTE GOMES – Pode? Então está bem, então Sr. Presidente amanhã eu vou falar sobre a questão desse encontro, deputado Adelino muito bem tem experiência como Prefeito, o deputado Adelino já colocou da importância do Tribunal desse papel pedagógico que está realizando hoje com todos os prefeitos e prefeitas eleitos, até aqueles prefeitos que já foram prefeitos na nossa época, Deputado Adelino, que estão lá hoje já estão vendo a diferença, que as coisas mudam, as leis mudam muito rápido, então a importância desses eventos, a importância dessas reuniões, dessas oficinas pedagógicas de trabalho que o Tribunal de Contas está fazendo para os novos gestores em início de mandato. Também só colocar antes de entrar no tema que eu queria falar hoje a questão de Alvorada, a questão de um movimento lá hoje pelos pais de alunos sobre a questão da paralisação do transporte escolar e dizer que a SEDUC, nós trabalhamos desde a semana passada e a SEDUC hoje assinou o contrato, agora só resta a empresa iniciar o transporte para reiniciar as aulas até porque os alunos já estão com toda razão, estão dentro da escola e só falam que vão liberar quando do início do transporte escolar rural, porque eles não aceitam e com razão os alunos da cidade ter aula urbana e os da zona rural não, isso vai causar um prejuízo a todos. Então eu queria dizer aqui que nós corremos atrás junto a PGE, a SEDUC, este processo estava no Tribunal de Contas foi liberado e a Secretária assinou hoje o contrato. Mas senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o

que me traz hoje aqui a esta tribuna é uma ação do nosso mandato que está prestes a virar uma realidade, prestes a iniciar que é a ponte sobre o rio Urupá ali no município de Ji-Paraná que liga Ji-Paraná ao distrito de Nova Londrina, Ji-Paraná à BR 429, que hoje na atual situação nós temos lá uma pinguela, uma ponte de mão única onde no outro lado do rio nós temos duas universidades, nós temos vários condomínios, nós temos os setores chacareiros da cidade e também o trânsito, o fluxo na rodovia estadual, se não me falha a memória, a 135 que liga a Nova Londrina, que liga a BR 429 aos municípios da 429 e aos municípios também da Zona da Mata que quando vem a Ji-Paraná passam ali por Alvorada, entra em Nova Londrina, sai em Ji-Paraná ali perto da RO 935. Então essa ponte é uma ponte de mão única que tem e na hora, Dr. Neidson, que as universidades tanto na hora que vai iniciar as aulas como na hora da saída é uma loucura, os estudantes esperam lá 30, 40 minutos, às vezes até uma hora para poder cruzar a ponte, são veículos de um lado e de outro, então nós no mês de maio de 2005 eu e o Deputado Maurão estivemos com o Governador e nós conversamos com o Governador Confúcio Moura, na época nós tínhamos nos elegido de um palanque de oposição e o governador nos chamou já pela amizade que tínhamos na época de prefeitos que fomos juntos, eu de Alvorada d'Oeste, ele de Ariquemes, o Deputado Adelino de Cacaúlândia, o Deputado Maurão já era deputado, o Deputado Maurão me acompanhou e eu disse para o governador que uma das ações do meu mandato que seria importante seria, Deputado Presidente Maurão, a construção dessa ponte, o governador de imediato ordenou ao diretor do DER na época o Coronel Caetano e ao chefe da Casa Civil para que se reunisse para que pudéssemos dar seguimento, Deputado Cleiton Roque, a esse projeto. Nos reunimos no mês de junho de 2015, no DER, juntamente com o Chefe da Casa Civil Emerson Castro, juntamente com o Diretor do DER Coronel Caetano, eu convidei, participou da reunião o prefeito do município de Ji-Paraná que foi reeleito Prefeito Jesualdo Pires, onde discutimos a questão do projeto da ponte. E o interessante que sempre que se falava em Ji-Paraná que já tinha o projeto que ia se duplicar a ponte, mas na verdade o que na época nós constatamos é que não existia projeto nenhum e aquela ponte não suportava duplicação, teria que ser feita uma nova ponte, uma ponte nova paralela, ao lado daquela obra, e aí já foi dado o start naquela mesma reunião, foi-se aberto o processo licitatório para contratar, Deputado Dr. Neidson, uma empresa para elaborar o projeto da ponte naquela época para mostrar quer nem projeto existia. O DER contratou a empresa, a empresa fez o projeto, uma ponte de 150 metros de comprimento por 7 metros, quase 7 metros, aliás, 7 metros e pouco de largura, depois vou passar os dados técnicos dela aqui, foi contratado o projeto. No mês de dezembro ainda de 2015 no orçamento do Estado nós trabalhamos junto ao relator do orçamento Deputado Cleiton Roque, trabalhamos junto ao Secretário Estadual de Planejamento George Braga e incluímos um recurso no orçamento no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) específico já, carimbado para essa ponte. Os nossos colegas deputados aqui aprovaram esse recurso, essa emenda ao orçamento que nós fizemos que acabou sendo aprovado e alocado no orçamento, então ali já garantia o orçamento e o uma parte do financeiro, uma boa parte do financeiro dessa obra. Pois bem, Senhoras e Senhores Deputados, em abril de 2016 já com o projeto em mãos entregue pela empresa de projetos, uma empresa de Goiânia que realizou o projeto dessa ponte, esse projeto foi para a SUPEL. Foi para a SUPEL, para a licitação, Deputada Lúcia, e ficaram esses 04, 05 meses para adequação. Foi para

a SUPEL, volta para o DER, tira pendências e agora foi marcado, senhoras e senhores Deputados, para o dia 22 de novembro de 2016, a data para a abertura da licitação para a contratação da empresa que vai realizar essa obra. Um dia importante, que pela coincidência do destino é no dia do aniversário de Ji-Paraná, o dia do aniversário da nossa Ji-Paraná. Então, e entendo que é o maior presente que com certeza Ji-Paraná vai receber nesse aniversário, é a contratação da empresa, vai ser uma licitação, abertura dia 22 a licitação, que vai ser licitada, e vai sair dali uma empresa, se não tiver recurso, a licitação, ou qualquer problema, vai sair dali a empresa que vai executar a obra da ponte do rio Urupá. Uma obra que vai ser, uma licitação que vai ser realizada na modalidade de concorrência pública. O número da concorrência 43/2016, que é a construção da ponte de concreto pré-moldado, propendido sobre o rio Urupá, na BR 135, trecho da BR 364, Nova Londrina, Km 03, com extensão de 150 metros de comprimento. E eu queria aqui retificar, 11,20 metros de largura, Deputado Lazinho, que é no município de Ji-Paraná. A licitação, o número da licitação é 043, é o número do processo, a fonte de recurso, o projeto está tudo aqui no edital e vai ser aberto no dia 22.11, dia do aniversário da cidade, às 10:00 horas da manhã, na SUPEL. Então é um dia importante, uma obra que está orçada inicialmente em R\$ 7.180.921,65, uma obra de um valor, esse é o valor estimado. Logicamente que com a concorrência pública, parece que em dezembro, as empresas participando, esse preço vai cair e desse valor nós já temos R\$ 5 milhões alocados no orçamento, que nós alocamos em dezembro, no último orçamento que foi votado aqui, em dezembro de 2015. Então eu acho que é uma obra importante que vai trazer, a população de Ji-Paraná sabe o que eu estou falando, vai trazer um desenvolvimento muito grande para o outro lado da ponte, mas já, a gente já faz uma previsão de ali ser criado o terceiro distrito. Nós temos o primeiro distrito que é antes da ponte de Porto Velho, para Cuiabá. O segundo distrito depois da ponte, a ponte ali da BR 364 e a gente tem a expectativa muito grande de nós criarmos agora o terceiro distrito, quando essa ponte estiver construída do outro lado, até porque já há muitas pessoas morando ali, faculdades, frigorífico está lá fechado, mas aquele frigorífico, uma obra daquele tamanho naturalmente uma hora vai reabrir. Existe um projeto do Exército se instalar daquele lado, inclusive já tem até área. Vários empresários já estão se projetando para construir pontos comerciais ali, e o anel viário que está sendo feito, vai ligar a ponte ao anel viário. Então eu acho que é uma ação importante do nosso mandato. Eu fico muito feliz de isso estar acontecendo, Deputado Dr. Neidson, que é um projeto, que eu sei por que eu moro a 28 anos naquela região, sempre que ia para Ji-Paraná eu passava por aquela ponte, por aquela pinguela, e ficava esperando os outros passarem. Uma RO importante daquela, que liga vários municípios e você ficar esperando numa pinguela para passar, de mão única. Com todo respeito a quem fez a obra, mas infelizmente faltou visão, faltou entender que aquela região ia se desenvolver. E eu sempre pensava nisso e depois, como Deputado, eu tive a oportunidade de trabalhar nesse projeto, desde o início trabalhar nesse projeto, fazer o projeto, alocar o recurso, encaminhar, acompanhar e agora a gente poder ter no próximo dia 22 de novembro, no aniversário da cidade, a gente poder ter a licitação dessa obra importantíssima para o município de Ji-Paraná. Eu fico muito feliz de como Deputado Estadual ter contribuído para que isso possa e venha acontecer. Logicamente com a licitação, depois homologa, depois publica, depois dá a ordem de serviço e a empresa inicia a obra. Eu não tenho aqui no edital o tempo que vai ser a construção dessa

obra, mas acredito que deve ser de 18 a 24 meses, porque é uma obra grande, uma obra importante, uma ponte grande. Mas o importante é que está tudo encaminhado, tudo foi muito bem planejado, tudo foi muito bem trabalhado desde o início, desde quando foi feito o projeto, quando arrumamos o orçamento. Agora está tudo encaminhado e a gente já está na expectativa de poder saber, de poder abrir dia 22 a licitação, rodar o contrato da ordem de serviço, iniciar o mais rapidamente possível essa obra, que nesse valor também, Deputado Lazinho, vai ajudar o município de Ji-Paraná porque tem o ISS que é o imposto das obras que tem que pagar para o município, com certeza também, uma obra desse valor vai ajudar o município de Ji-Paraná, a Prefeitura de Ji-Paraná na arrecadação do ISS, do imposto sobre serviço. Então, e queria deixar aqui registrado isso, senhor Presidente, esse trabalho nosso como parlamentar, esse trabalho como Deputado, e acho que é isso que vale a pena. Muito se conversa, muito se fala, mas o que vale verdadeiramente é trabalhar. Trabalhar e as ações acontecerem, as ações virarem realidade. Eu tenho muita alegria e muita satisfação de poder, na ação dessa ponte, na ação dessa obra importantíssima para Ji-Paraná, eu poder ter, estar desde o início estar conduzindo esse processo. Então eu queria deixar aqui um abraço a todos e vamos estar no dia 22 participando, acompanhando o processo licitatório para a gente poder, o mais breve possível, se conclua todo esse processo de contratação para a gente poder aí, as empresas, a empresa que for vencedora poder iniciar essa obra que é o que a população de Ji-Paraná tanto espera e com certeza não tenho dúvida nenhuma, Deputado Cleiton, que vai ser uma grande obra, eu acho que vai ser a grande ação, a grande obra do nosso mandato.

O Sr. Cleiton Roque – Concede um aparte, Deputado Laerte?

O SR. LAERTE GOMES – Pois não, Deputado,

O Sr. Cleiton Roque – Quero parabenizar Vossa Excelência pela iniciativa. Acompanhei a batalha de Vossa Excelência, o tanto que o senhor trabalhou para que de fato houve a alocação desse recurso, um investimento tão importante para uma cidade tão importante como é Ji-Paraná. Todas as cidades do nosso Estado são importantes, agora, cidades, Ji-Paraná é a região central do nosso Estado, a segunda maior cidade do nosso Estado de Rondônia, um município pujante, forte. De lá saíram grandes políticos rondonienses, Governador do Estado, Senador da República, Deputado Estadual, enfim, parabenizar Vossa Excelência pela iniciativa. Quem ganha com isso é a população de Ji-Paraná, são os usuários daquela região. É dessa forma que se conquista, ou seja, às vezes as pessoas acham que basta apenas falar e se encolhe. Não é. Você tem que plantar, e é uma luta diária, árdua, desde o início da construção, desse compromisso do Governo do Estado, para que pudesse de fato destinar o recurso. Primeiro teve a palavra do Governador, ele falou, “não, vamos fazer, pode empenhar, pode ir atrás do projeto, pode acompanhar”, e com isso quem ganha é a população de Ji-Paraná. Parabéns Deputado Laerte, pelo grande trabalho que vem fazendo.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado, Deputado Cleiton. E com certeza esse trabalho nosso aqui quem vai ganhar é a população de Ji-Paraná, por um todo. Com certeza, Ji-Paraná vai ser muito mais forte, muita mais grande com uma obra dessa importância, porque vamos dar oportunidade a cidade crescer do outro lado do rio também. Eu queria só, antes de finalizar,

senhor Presidente, Vossa Excelência que é da área, hoje nós temos uma matéria, várias, algumas matérias importantes para votar, mas temos uma matéria especial que é o REFIS, que é a prorrogação que venceu dia 30 de outubro e hoje o governo enviou o projeto para que fosse, para que possa prorrogar até o dia 30 de dezembro. E a gente tem andado, tenho certeza que Vossas Excelências também têm ouvido esse pedido de vários empresários e contadores para que se prorrogasse porque é importante esse programa de recuperação fiscal das empresas, das pessoas também porque engloba IPVA, engloba um monte de tributos devidos pelas pessoas para o Estado. Então é a oportunidade das pessoas aderirem. Hoje eu acredito que nós vamos aprovar aqui, Deputado Dr. Neidson, e vamos dar oportunidade para que os nossos contribuintes, seja individual ou seja empresarial, seja CPF ou seja CNPJ, que possa estar quitando seus débitos parcelado, quitando seus débitos junto ao Estado com diminuição de até 90%, se não me falha a memória, Deputado Aécio, o senhor que é economista tem conhecimento, de até 90% de multas e juros. Trazendo essas empresas, pessoas à legalidade novamente, estando aptas, quites com o Estado, sem problema nenhum. Então eu acho importante, uma ação importante que o Estado faz, que o governo faz hoje, com certeza a pedido aqui desta Casa, da Assembleia, dos Deputados, Deputada Lúcia, importante a gente prorrogar esse projeto que vai dar oportunidade das pessoas se adequarem. Porque tem muita gente tentou, devido à documentação e o prazo, não conseguiu. Então eu acho que hoje nós vamos oportunizar mais uma vez. Esta Casa aqui, que sempre se preocupa sim com a população, sempre se preocupa com o povo, vai dar oportunidade mais uma vez dos nossos cidadãos que estão em débito, hoje, com a receita do Estado, poder se regularizar. Obrigado, senhor Presidente.

(Às 17 horas e 31 minutos o senhor Maurão de Carvalho passa a Presidência ao senhor Aécio da TV)

O SR. AÉLCIO DA TV (Presidente) – Parabéns, Deputado Laerte, pelas palavras, principalmente pelo esforço com relação à ponte do rio Urupá, lá, para a criação do 3º distrito. Já existe, hoje já existem tantas coisas ali. E falar em Ji-Paraná, eu quero registrar aqui a presença da minha prima Alana, ela que é de Ji-Paraná, mas que atualmente está residindo em Pimenta Bueno. Trabalha no Judiciário lá em Pimenta Bueno. Quero registrar também a presença do nosso Vereador eleito, de Porto Velho, Vereador Júlio Cavalcante. Está ali, está presente. Obrigado pela presença. Vai assumir a partir do dia 1 de janeiro. Desejo sucesso para o Vereador eleito, Júlio Cavalcante. Quero também registrar a presença do campeão de voto lá de Buritis, o meu amigo Vereador Nego Kallori. Tive a honra de receber a visita dele, há poucos dias, na minha casa, juntamente com o meu amigo Pastor Claudécir, batemos um bom papo. Sejam bem-vindos. Quero registrar também a presença do senhor Deoclécio Pinto, Secretário Municipal de Fazenda de Buritis. Acho que não está mais presente. Está aí presente. Quero registrar também a presença do Vereador Adriano Confecções, Presidente da Câmara Municipal de Buritis, também estava presente, está presente? Acho que já saiu. Quero registrar também a presença do Vereador Odair Taturana, da Câmara Municipal de Costa Marques e registrar também a presença do Vereador Irmão Denis e o Sargento Cleber, da Câmara Municipal de Guajará-Mirim, que também esteve presente aqui na galeria, nos nossos trabalhos. Quero convidar para fazer uso da palavra o nobre Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Senhor Presidente, por amanhã ter Sessão, que voltou os trabalhos novamente ordinário, peço que seja retirado o meu nome dessa leitura de hoje, das Comunicações Parlamentares. Só dizer, como o Deputado em defesa da súmula 347 do STF, ela é de 1963, tal súmula, ela veio ao mundo jurídico naquela data. Então, como Rondônia tem uma Constituição Estadual e foi alterada recentemente, então essa súmula deve ser no caso, um caso que for levado até o STF, vai ser reanalisado por conta de uma nova norma que vigora no Estado de Rondônia. Então, amanhã a gente vai chegar e discutir junto com o Tribunal de Contas, já me informaram que vai ter uma reunião e aí poderemos chegar a uma, espero que venham elucidar por qual motivo o Tribunal de Contas está agindo desta forma. Então, amanhã a gente, abro mão da minha fala.

O SR. AÉLCIO DA TV (Presidente) – Quero passar a Presidência aqui para o nosso vice-presidente, Deputado Edson Martins.

(Às 17 horas e 34 minutos o senhor Aécio da TV passa a Presidência ao senhor Edson Martins)

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Encerrado as Comunicações de Lideranças, passamos a Ordem do Dia. Solicito ao Senhor Secretário que proceda a leitura das Proposições Recebidas.

O SR. AÉLCIO DA TV (Secretário ad hoc) – Procede a leitura das Proposições Recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Requer à Mesa Diretora que seja encaminhado Voto de Pesar aos familiares do senhor Francisco de Assis Calixto, pelo seu falecimento ocorrido dia 03/11/2016.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALEX REDANO. Requer à Mesa Diretora a realização de Sessão Solene no plenário desta Casa de Leis, no dia 10 de novembro de 2016, às 09:00 horas, para entrega de Voto de Louvor a Igreja Adventista, Pastores e Entrega de Medalhas.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Secretário, falou da nota de falecimento aí, de um falecimento, 31 de 11 de 2016? Foi lido 31/11/2016.

O SR. AÉLCIO DA TV (Secretário ad hoc) – Perdão 03/11/2016.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Destina espaço físico permanente para exposição e preservação do patrimônio histórico e cultural da artista plástica Rita Queiroz, no Estado de Rondônia e dá outras providências.

- PROJETO DE LEI DA DEPUTADA LÚCIA TEREZA. Cria o Cadastro para Bloqueio do Recebimento de Ligações de Telemarketing, e dá outras providências.

- PROJETO DE LEI DA DEPUTADA LÚCIA TEREZA. Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação na internet, com atualização mensal, da lista de espera dos pacientes que serão submetidos a cirurgias médicas eletivas realizadas com recursos do Sistema único de Saúde (SUS) e dá outras providências.

- PROJETO DE LEI DA DEPUTADA LÚCIA TEREZA. Dispõe sobre os serviços comerciais de tosa e banho em animais domésticos, de pequeno, médio e grande porte no Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI ORDINÁRIA DO DEPUTADO EZEQUIEL JUNIOR. Dispõe sobre a proibição de cobrança de Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS de Igrejas e templos religiosos de qualquer culto.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Cabo PM Tiago Carvalho de Assis Ribeiro, por ter prestado relevantes serviços junto ao 6º Batalhão de Polícia Militar no município de Guajará-Mirim.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO. Requer à Mesa Diretora, a realização de uma Audiência Pública no dia 18/11/2016, às 9:00 horas, para debaterem as notificações recebidas pelos moradores da Reserva Florestal Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Madeira “B”.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer Voto de Louvor, para o Programa Humorístico “Vai Lá Sabido”, por tornar o humor mais cativante e interativo, estreitando ligações, propagando criatividade e proporcionando diversão e alegria para o povo de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Requer realização de Audiência Pública no dia 21 de novembro, às 14:30, no auditório desta Casa de Leis, para debater sobre as questões relacionadas à emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART atualmente exigida pelo CREA dos produtores e agricultores rurais.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUINO BOABAID. Requer à Mesa Diretora, cópia na íntegra dos documentos, no que tange a Mensagem nº 211, de 31 de outubro de 2016, referente ao Projeto de Lei que Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 228, de 10 de janeiro de 2016, para definir as atribuições do Auditor-Geral do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia- IPERON.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUINO BOABAID. Requer à Mesa Diretora, cópia na íntegra dos documentos, no que tange a Mensagem nº 210, de 31 de outubro de 2016, referente ao Projeto de Lei que Altera dispositivos da Lei nº 3.835, de 27 de junho de 2016, que Institui o Programa de Regularização Fiscal de Rondônia – REFIS/RO.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora cópia na íntegra dos documentos, no que tange a Mensagem nº 205, de 25 de outubro de 2016, referente ao Projeto de Lei que Altera o inciso IV, do artigo 166 e o artigo 171, da Lei Complementar nº 68, de 09 de dezembro de 1992, revoga o artigo 60, da Lei Complementar nº 432, de 03 de março de 2008 e dá outras providências.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora cópia na íntegra dos documentos, no que tange a Mensagem nº 212, de 31 de outubro de 2016, referente ao Projeto de Lei que Revoga a Lei nº 2.954, de 26 de dezembro de 2012, que autoriza o Estado de Rondônia a assumir a responsabilidade pelo pagamento da dívida da Companhia de Águas e Esgoto do Estado de Rondônia - CAERD, junto à Eletrobras Distribuidora de Rondônia, conforme específica.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Requer à Mesa Diretora que seja cancelado a Audiência Pública na Assembleia Legislativa de Porto Velho/RO para discutirmos sobre a obra do linhão da 429 em Alvorada do Oeste/RO.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LEBRÃO. Requer a Mesa Diretora uma Sessão Solene para o dia 08 de dezembro de 2016,

às 09h00min, com finalidade de entrega de Medalhas de Mérito Legislativo e outras homenagens.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Requer à Mesa Diretora a realização de Audiência Pública nesta Casa de Leis, a ser realizada no dia 08 de dezembro de 2016, às 15:00 horas, junto aos representantes da União Portovelhense das Associações “UPAS”. O intuito da Audiência é para debater sobre os problemas ocorridos, bem como as reivindicações dentro dos bairros e grupo de associações de Porto Velho.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer Voto de Louvor, para os Agentes Penitenciários, da Secretaria de Estado de Justiça (Sejus), lotados na Casa de Detenção Dr. José Mário Alves da Silva, pelo excelente trabalho desempenhado em prol do Sistema Prisional, como equipe de revista, nesta Capital.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALEX REDANO. Requer Voto de Louvor aos pastores da Igreja Adventista do Estado de Rondônia, pelos meritórios serviços prestados no desempenho de suas atividades ministeriais, bem como junto aos programas e projetos sociais desenvolvidos pela igreja, conforme relação em anexo.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Requer a prorrogação da Comissão Temporária Especial, com a finalidade de apresentar melhorias para a classe de bombeiros civis e discutindo dessa forma a necessidade da amortização e adequação da lei vigente.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ. Indica ao Senhor Governador do Estado de Rondônia, a necessidade de recuperação da Malha Asfáltica da RO-480 que liga o Município de Ji-Paraná à Nova Colina.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ. Indica ao Senhor Governador do Estado de Rondônia e ao DER a necessidade de recapeamento da Rodovia Estadual Pastor Severo Antônio de Araújo RO-135 que liga Ji-Paraná até BR-429 passando pelo Distrito de Nova Londrina.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ. Indica ao Senhor Governador do Estado de Rondônia e ao Diretor Regional da Claro a necessidade de disponibilizar Sinal de Telefonia Móvel e Internet 3G aos moradores de Nova Londrina, Distrito pertencente ao Município de Ji-Paraná.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ. Indica ao Senhor Governador do Estado de Rondônia, a necessidade de reformar o Shopping Cidadão no Município de Ji-Paraná.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Indica ao Poder Executivo que interceda junto à Secretaria de Educação do Estado de Rondônia – SEDUC, a implantação da militarização na Escola Estadual de Ensino Fundamental Dr. Oswaldo Piana, localizada no município de Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Indica ao Poder Executivo que interceda junto à Secretaria de Educação do Estado de Rondônia – SEDUC, a implantação da militarização na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Prof. Flora Calheiros Cotrin, no município de Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Indica ao Poder Executivo que interceda junto à Secretaria de Educação do Estado de Rondônia – SEDUC, a implantação da militarização na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Capitão Cláudio Manoel da Costa, localizada no município de Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEBRÃO. Indica ao Senhor Governador do Estado, que venha realizar a reforma da Casa das Gestantes no município de Alvorada d'Oeste – RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEBRÃO. Indica ao Governo do Estado de Rondônia, junto a SEDUC, a aquisição de materiais

para atender as necessidades do Projeto PROERD Indígena no município de Guajará-Mirim/RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEBRÃO. Reitera a indicação ao senhor Governo do Estado, através do Departamento de Estradas e Rodagens e Transportes – DER, a necessidade de Duplicação da Rodovia 481/ linha 82, linha 25, ligando a BR 429 até o Frigorífico JBS, com extensão de aproximadamente 4 km, no município de São Miguel do Guaporé/RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEBRÃO. Indica ao senhor Governo do Estado, através do Departamento de Estradas e Rodagens e Transportes – DER, a necessidade de Recuperação de 30 km do trecho da estrada vicinal que liga a sede do Distrito de Surpresa ao povoado de Ricardo Franco, no município de Guajará-Mirim/RO, localidade habitada por indígenas.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEBRÃO. Indica ao Governador do Estado de Rondônia com cópia aos órgãos competentes, a necessidade de disponibilizar 01 (um) Delegado de polícia civil do estado para atender a demandas do município de Nova Mamoré/RO.

- INDICAÇÃO DA DEPUTADA LÚCIA TEREZA. Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, para realizar análise e levantamento de melhoria no fluxo de veículos e vagas de estacionamentos no município de Espigão d'Oeste, em relação ao cumprimento da legislação de trânsito.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Indica ao Governo do Estado, com cópia ao DETRAN a necessidade de alterações na Lei nº 1638/2006, no âmbito do Departamento Estadual de Transito do Estado de Rondônia – DETRAN/RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Indica ao Governo do Estado, com cópia ao DER a necessidade urgente da recuperação das pontes na RO 257.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Infinito, bairro Cascalheira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Pastoreio, bairro Cascalheira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Itália, bairro Cascalheira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Tallinn, bairro Cascalheira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Jaqueline Ferri, bairro Cascalheira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Fascinação, bairro Cascalheira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Idalva Fraga Moreira, bairro Cascalheira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Ribeirão, bairro Cascalheira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Milagre, bairro Cascalheira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua do Parque, bairro Cascalheira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Tradição, bairro Cascalheira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Folclores, bairro Cascalheira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Francisco Barbosa de Souza, bairro Cascalheira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Salvação, bairro Cascalheira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Cadência, bairro Cascalheira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Fama, bairro Cascalheira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Constelação, bairro Cascalheira em Porto Velho.

- ATO nº 018/2016–P/ALE Cancela a realização da Sessão Ordinária do dia 16 de novembro de 2016 e das reuniões das Comissões.

Lidas as matérias, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Solicito ao senhor Secretário que proceda a leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. AÉLCIO DA TV (Secretário Ad Hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Requer a prorrogação da Comissão Temporária Especial com a finalidade de apresentar melhorias para a classe de Bombeiros Civis e discutindo dessa forma a necessidade de amortização e adequação da lei vigente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do ilustre deputado Léo Moraes, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. AÉLCIO DA TV (Secretário Ad Hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALEX REDANO. Requer Voto de Louvor ao Pastor da Igreja Adventista do Estado de Rondônia, pelos meritórios serviços prestados no desempenho de suas atividades ministeriais, bem como junto aos programas e projetos sociais desenvolvidos pela Igreja, conforme relação em anexo.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão única e votação o Requerimento do ilustre deputado Alex Redano, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. AÉLCIO DA TV (Secretário Ad Hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer Voto de Louvor para os agentes penitenciários da Secretaria de Estado de Justiça (Sejus), lotados na Casa de Detenção Dr. José Mário Alves da Silva, pelo excelente trabalho desempenhado em prol do sistema prisional como equipe de revista, nessa Capital.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão única e votação o Requerimento do ilustre deputado Jesuíno Boabaid, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. AÉLCIO DA TV (Secretário Ad Hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Requer a Mesa Diretora a realização de Audiência Pública nesta Casa de Leis a ser realizada no dia 8 de dezembro de 2016, às 15 horas, junto aos representantes da União Portovelhense das Associações “UPAS”. O intuito da Audiência é para debater sobre os problemas ocorridos, bem como as reivindicações dentro dos bairros e grupo de associações de Porto Velho.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão única e votação o requerimento do Ilustre Deputado Dr. Neidson. Em discussão. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. AÉLCIO DA TV (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LEBRÃO. Requer à Mesa Diretora uma sessão solene para o dia 08 de dezembro de 2016, às 09:00 horas, com a finalidade de entrega de Medalha de Mérito Legislativo e outras homenagens.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão e votação o requerimento do Ilustre Deputado Lebrão. Em discussão. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. AÉLCIO DA TV (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Requer à Mesa Diretora que seja cancelada a audiência pública da Assembleia Legislativa de Porto Velho para discutir sobre a obra do Linhão da 429, em Alvorada d'Oeste.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em discussão e votação o requerimento do Ilustre Deputado Laerte Gomes. Em discussão. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. AÉLCIO DA TV (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Requer realização de audiência pública no dia 21 de novembro, às 14:30 horas, no auditório desta Casa de leis para debater sobre as questões relacionadas a emissão e da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, atualmente exigida pelo CREA dos produtores e agricultores rurais

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em discussão e votação o requerimento do Ilustre Deputado Lazineiro da Fetagro. Em discussão. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. AÉLCIO DA TV (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer Voto de Louvor para o programa humorístico “Vai Lá Sabido” por tornar o humor mais cativante e interativo, estreitando ligações, propagando criatividade e proporcionando diversão e alegria para o povo de Rondônia.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em discussão e votação o requerimento do Ilustre Deputado Jesuíno Boabaid. Em discussão. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. AÉLCIO DA TV (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO. Requer à Mesa Diretora realização de audiência pública no dia 18 de novembro de 2016, às 09:00 horas, para debater as notificações recebidas pelos moradores da Reserva Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Madeira “B”.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em discussão única e votação o requerimento do Ilustre Deputado Hermínio Coelho. Em discussão. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. AÉLCIO DA TV (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALEX REDANO. Requer à Mesa Diretora realização de sessão solene no plenário desta Casa de leis, no dia 10 de novembro de 2016, às 09:00 horas, para entrega de Voto de Louvor à Igreja Adventista, Pastores e entrega de medalhas.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em discussão única e votação o requerimento do Ilustre Deputado Alex Redano. Em discussão. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. AÉLCIO DA TV (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Requer à Mesa Diretora que seja encaminhado Voto de Pesar aos familiares do senhor Francisco de Assis Calixto, pelo seu falecimento ocorrido no dia 03.11.2016.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em discussão única e votação o requerimento do Ilustre Deputado Maurão de Carvalho encaminhando Voto de Pesar à família do senhor Francisco de Assis Calixto. Em discussão o requerimento. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. AÉLCIO DA TV (Secretário ad hoc) – VETO TOTAL Nº 069/2016 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 193. Veto Total ao Projeto de Lei nº 473/16, de autoria do Deputado Marcelino Tenório que acrescenta dispositivo à Lei nº 3.686, de 08 de dezembro de 2015, que “Dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental no Estado de Rondônia, e dá outras providências”.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Veto Total nº 069/2016 encontra-se sem parecer. Eu solicito ao Ilustre Deputado Adelino Follador para que possa proceder o parecer pelas comissões pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – É o Veto Total ao Projeto de Lei nº 473/16, do Deputado Marcelino Tenório que “Acrescenta dispositivo à Lei nº 3.686, de 8 de dezembro de 2015, que ‘Dispõe sobre o sistema de licenciamento ambiental do Estado de Rondônia e dá outras providências’”.

O Deputado Marcelino...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Deputado Marcelino Tenório, por favor, está sendo solicitada a sua presença no plenário, ilustre Deputado Marcelino Tenório.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Deputado Marcelino, nós temos aqui com o projeto de sua autoria, onde foi vetado total. Gostaríamos de..., que “Acrescenta dispositivo à Lei nº 3.686, de 8 de dezembro de 2015, que ‘Dispõe sobre o sistema de licenciamento ambiental do Estado de Rondônia e dá outras providências’”.

O próprio governo está dizendo que há vício de iniciativa.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Nós queremos discutir isso.

O SR. ADELINO FOLLADOR – O Deputado Marcelino disse que já foi discutido, então é favorável à manutenção do Veto. Então, o Deputado Marcelino que é o autor, ele já conversou com o pessoal do governo para mandar um novo projeto. Então somos de parecer favorável, senhor Presidente, pela manutenção do Veto, pelas Comissões pertinentes.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável, pela manutenção do Veto, do ilustre Deputado Adelino Follador. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Para discutir, o Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Discutir a matéria, não é?

O SR. JESUÍNO BOABAID – É, discutir.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Então, em votação o parecer. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Para discutir o Projeto, o Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, eu queria que o Deputado, o autor da lei se manifestasse quanto à inconstitucionalidade. Depois eu quero...

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Senhor Deputado, não existe vício de inconstitucionalidade, mas observando o artigo 6º dessa lei, onde até discutimos com a Deputada Lúcia Tereza, é que as licenças ambientais, Deputado Luizinho Goebel, você entra com requerimento, protocola hoje, dia 08 de novembro, quando ela é emitida, se passou 08 meses para emissão da licença, então ela sai com a data do protocolo, aí já não é mais 04 anos, são 3 anos e 2 meses. Mas existem alguns parâmetros que também tem que ajustar ela. Um exemplo, discutindo isso com a Deputada Lúcia Tereza, você, daqui a 60 dias a sua

licença ambiental vai vencer. Então o que nós colocamos ou façamos outro projeto para que você tenha 60 dias com antecedência para apresentar um projeto de renovação. Dentro desses 60 dias será feita a investigação de todo processo de renovação da sua licença ambiental. A partir do 1º dia do vencimento da sua licença ambiental, a SEDAM emitirá uma licença prévia enquanto se resolve completamente o processo. Mas ela, no final, que está tudo legal, que ela vai emitir a licença, ela tem que emitir do dia seguinte do vencimento, porque senão quando ela vence, Deputado Jesuíno, e aí não está ainda, a licença ainda não está liberada e, às vezes, as pessoas ficam inadimplentes sobre o fisco. Se a SEDAM pegar ele, vai multar ele. Então nós temos que produzir essa lei em cima da lei ambiental, que proteja o Estado, mas também os nossos empresários de todas as áreas do Estado de Rondônia.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Mas a lei vai ter que ser, que eu estou entendendo a lei tem que ser mantido o Veto, mas não é inconstitucional.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Não, para poder nós adequarmos esse artigo.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Mas se a gente arquivar ela, no caso ela vai para o arquivo, para nascer como lei tem que ter 8 assinaturas, uma nova lei...

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Correto. Vamos fazer isso, solicitar aos nobres Deputados para que nós apresentemos outra lei com essa finalidade e mais alguns ajustes.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Nessa legislatura?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Deputado Marcelino, como nós estamos votando essas mudanças dessas taxas, e a lei vai vir para esta Casa, nós poderíamos já construir isso para incluir nessa lei que está sendo discutida aqui na semana que vem. Acho que é uma alternativa, que na semana que vem vai ser discutida a questão junto com as entidades e eu acho que a gente pode levar e reivindicar isso para poder vir junto com a lei já, adequar já.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Ok, Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Acompanhar o nobre relator, proponente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em votação nominal. O painel já está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputada Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- ausente
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputada Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim

- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Léo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Só na Bença	- ausente

Com 17 votos favoráveis está mantido o Veto 069/16. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. AÉLCIO DA TV (Secretário ad hoc) - VETO TOTAL 073/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 209. Veto Total ao Projeto de Lei Complementar nº 117/16, de autoria do Deputado Hermínio Coelho que "Altera dispositivos da Lei Complementar nº 633, de 13 de setembro de 2011".

O SR. JESUÍNO BOABAID – Senhor Presidente, esse Veto está trancando a pauta? Se não tiver fora do prazo... Verifica aí, porque eu acho que não. Não está não. Não deu 30 dias. Presidente, o Deputado Hermínio não está aqui, eu acho que era bom colocar na próxima Sessão. Tira da Ordem. Não tem quórum até...

O SR. LAERTE GOMES - Presidente, se não tiver importância...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Está pedindo para que seja retirado da Ordem do Dia?

O SR. JESUÍNO BOABAID – É. Retira, o Deputado Hermínio não está aqui.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Está deferido.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Obrigado, Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. AÉLCIO DA TV (Secretário ad hoc) – Não há mais matéria, Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária para em seguida, a fim de apreciarmos as seguintes matérias: Projeto de Lei Complementar 119/16, Projeto de Lei Complementar 121/16, Projeto de Decreto Legislativo 098/16, Projeto de Lei 470/16, Projeto de Lei 506/16, Projeto de Lei 507/16, Proposta de Emenda Constitucional 022/16.

Está encerrada esta Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 18 horas e 06 minutos)

ATA DA 58ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

Em 08 de novembro de 2016

Presidência do Sr.
EDSON MARTINS - 1º Vice-Presidente

Secretariado pelo Sr.
AÉLCIO DA TV -Deputado

(ÀS 18 horas e 10 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Airton Gurgacz (PDT), Alex Redano (PRB), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PMN), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Jesuíno Boabaid (PMN), Laerte Gomes (PSDB), Lazinho da Fetagro (PT), Lebrão (PMDB), Lúcia Tereza (PP), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PMDB), Ribamar Araújo (PR), Rosângela Donadon (PMDB) e Saulo Moreira (PDT).

DEPUTADOS AUSENTES: Glaucione (PMDB), Hermínio Coelho (PDT), Jean Oliveira (PMDB), Leo Moraes (PTB) e Só Na Bença (PMDB).

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense declaro aberta a 58ª Sessão Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 9ª Legislatura. Solicito ao Senhor Secretário que proceda a leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. AÉLCIO DA TV (Secretário ad hoc) – Por gentileza Presidente, eu peço a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Está dispensada a leitura da Ata da Sessão anterior e determino a sua publicação no Diário da Assembleia Legislativa.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Questão de Ordem Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não Deputada Lúcia, Questão de Ordem.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Me perdoe atrapalhar, porque parece que tem Deputado que fica temeroso em falar. Não, eu não temo, sabe por quê? Isso não é ilegal, com certeza não é ilegal. Por mais respeito que eu tenha com a educadora, com a gestora Fátima, não dá o direito disso acontecer. Em Espigão como em todos os municípios têm, eu não estou falando de um caso. Dona Maria está com câncer; nós lutamos há um ano e meio para sair a licença para ela poder ajudar na compra de remédio e não saí. Isso que o Deputado falou, está aqui escrito, é um direito. Mas, tem que ter as prioridades e você, quando você se torna uma pessoa pública, você é pública, primeiro nós, depois nós, depois nós, depois eu. Se não tiver esse perfil de pessoa, pode ter todas as qualidades, mas, tem defeito que nenhum gestor público pode ter; esse é um deles. Eu usar, é mesma coisa que eu legislar em causa própria; porque só político é que leva, leva achacamento, leva nomes quando se faz uma coisa que a gente está legislando em causa própria, só político que faz coisa errada e imoral.

Agora, isso para mim não é ilegal, por mais necessidade que a pessoa tenha, você se tornar público, Deputados, isso aqui não é correto, não é, isso não é, é imoral, isso é feio. Então, a pessoa que está com câncer; a pessoa que está com tumor na cabeça, tem que ter prioridade e nesse Governo, tem que priorizar, porque eu sei que aqui não dá para atender todo mundo, porque tem muita coisa atrasada, está muito represado, eu entendo. Mas, vamos priorizar, principalmente respeitando o ser humano que está mais perto da morte do que qualquer um outro.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, só para...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não Deputado.

O SR. LAERTE GOMES – Só para falar sobre esse tema, eu não ia comentar, mais a Deputada Lúcia, o Deputado Jesuíno trouxe, trouxe essa questão aqui. Primeiro, a servidora, ela recebeu como servidora Deputado Jesuíno, ela é servidora do Estado, recebeu como servidora e é um direito dela; talvez como a Deputada Lúcia muito bem colocou, é momento inapropriado, não é ilegal, mas é a questão, é a questão...

O SR. JESUÍNO BOABAID – É imoral.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, permite. A questão do momento não é adequado. O Estado, a gente tem que reconhecer, a demanda reprimida, você vai lá tem milhares e milhares de pedidos para receber pecúnia; o Estado vem pagando para alguns servidores, dentro das condições financeiras que o Estado tem, Vossas Excelências sabem disso. Agora, o momento, o ato não foi feliz, o ato não foi feliz. Então, só queria deixar registrado isso, que o Estado também vem pagando. Agora, não tem como pagar para todo mundo. Então, a Deputada Lúcia, Deputado Jesuíno, se eu puder concluir; a Deputada Lúcia, ela foi muito feliz no que ela disse. Primeiro é o servidor, depois o servidor, depois é o chefe. Então, isso eu vou concordar com Vossa Excelência, mas, também tem que colocar que o Estado também vem pagando dentro das suas condições.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu até, só para finalizar o entendimento. Eu até entendo a questão de prêmio, por ela ter ficado, suportado os 4, não sei quantos anos ela vai ficar até o final da gestão, isso prova que ela pode ao final requerer e ter esse benefício, nada impede; como bem disse o Deputado Laerte, é o momento agora, estando dentro da Secretaria, dentro do cargo, não foi exonerada. Então, é isso que a gente está debatendo, ela é servidora de carreira, ela é professora. Mas, nós temos que fazer essa questão aí, esse adendo.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Passamos a Ordem do Dia. Solicito ao Senhor Secretário que proceda a leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. AÉLCIO DA TV (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Requer à Mesa Diretora a realização de Audiência Pública nesta Casa de Leis, a ser realizada no dia 17 de novembro de 2016, às 15:00 horas, junto aos representantes do Governo do Estado, e demais autoridades pertinentes. O intuito da Audiência é para debater sobre a Segurança nas Fronteiras, no Estado de Rondônia.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Requerimento do ilustre Deputado Dr. Neidson. Em discussão, em votação o Requerimento. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Esclarecer melhor aí, como que é falou propina? Como que é? Eu não entendi direito aí, problema, propina como que é?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Requerimento do Deputado Dr. Neidson.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Como que é esse Requerimento mesmo?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Requer à Mesa Diretora realização de Audiência Pública nesta Casa de Leis, a ser realizada no dia 17 de novembro de 2016, às 15:00 horas, junto aos representantes do Governo do Estado, e demais autoridades pertinentes. O intuito da Audiência é para debater sobre a Segurança nas Fronteiras, no Estado de Rondônia. Em discussão o Requerimento, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente. Próxima matéria.

O SR. AÉLCIO DA TV (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI DA MESA DIRETORA. Revoga dispositivo da Lei nº 3.474, de 21 de novembro de 2014.

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 022/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 167. Altera a redação dos §§ 3º, 5º e 6º, do artigo 161, da Constituição do Estado de Rondônia, modificando a natureza jurídica da Empresa Pública EMATER para Autarquia.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Emenda Constitucional nº 022/16, encontra-se sem parecer. Solicito ao ilustre Deputado Marcelino Tenório para que possa proceder parecer pelas Comissões Pertinentes.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Proposta de Emenda Constitucional nº 022/16 de autoria do Poder Executivo/Mensagem 167, que altera a redação dos §§ 3º, 5º e 6º, do artigo 161, da Constituição do Estado de Rondônia, modificando a natureza jurídica da Empresa Pública EMATER para Autarquia.

Senhores Deputados, senhoras Deputadas, meu parecer é pelo seguimento da matéria, pela aprovação da matéria diante da constitucionalidade e legalidade, com emenda, pelas Comissões pertinentes, acatando a emenda.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do ilustre Deputado Marcelino Tenório, com emenda. Em votação o parecer. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer com emenda.

Em primeira discussão e votação o Projeto. Votação nominal, precisa de 16 votos é uma Proposta de Emenda à Constituição, eu solicito aos Deputados que estiverem nos gabinetes ou no plenário que, por favor, venham ao plenário para que possamos proceder à votação e não prejudicar o Projeto. Quero registrar a presença do Vereador Milton do Mercado, lá

do Município de Seringueiras e também do Vereador Cláudio, Vereador eleito do Município de Seringueiras, sejam bem-vindos e muito obrigado pela presença.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Senhor Presidente, só para discutir a matéria.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não Deputado.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Senhores Deputados, essa matéria que nós estamos votando hoje, a Emater, ela vai passar a ser uma Autarquia, é igual ao DER, igual ao DETRAN, ela vai ter autonomia orçamentária como o IDARON. Então, ela facilita a prestação de serviços do Estado de Rondônia, para que a Emater se torne uma empresa mais eficiente, que capacidade ela tem, gente competente, gente de qualificação para poder dá mais direção e mais agilidade a esse seguimento que é muito forte no Estado de Rondônia, que é o setor produtivo.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Mas qual vai ser o orçamento dela? Já está na LOA, Deputado Cleiton? Já está na LOA já essa alteração dessa mudança de Autarquia para Emater? Porque o DETRAN tem orçamento que vive lá de pagamento de taxas, e ela vai viver de quê?

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Ela nesse momento, ela será subordinada à Secretaria de Agricultura ainda.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Custeada na verdade, não é?

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Isso mesmo, porque o recurso, aí ela é subordinada à Secretaria Estadual de Agricultura.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de ordem Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu só coloquei essa emenda que foi um pedido do próprio Sindicato dos Servidores onde no artigo 6º não dava o prazo para que o Plano de Cargos e Salário do quadro em extinção que vai continuar, então a redação mudou o seguinte: tem um ano após a publicação desta lei entregarão o referido plano de quadro de extinção e os empregados que não optaram pelo Plano de Demissão Voluntária a ser implementado na autarquia, então o Estado tem um ano de prazo para mandar, criando o Plano de Cargos e Salários, foi uma cópia dessa alteração que foi feita na mesma lei no Estado do Paraná, e o Sindicato, junto com a assessoria jurídica do Sindicato e com a discussão que houve com a Procuradoria do Estado, para não ter dúvidas nenhuma, então foi discutida e foi alterada. Então essa é a emenda que foi colocada nesse projeto.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Quantos funcionários nós temos lá na EMATER?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Como é que é?

O SR. JESUÍNO BOABAI – Quantos funcionários nós temos na EMATER?

O SR. ADELINO FOLLADOR – A EMATER já tem um Plano, funcionários que estão pedindo demissão voluntária, já tem

muitos que pediram, está em vigor ainda esse plano para quem quiser aderir, quem não quiser aderir aí dentro do prazo...

O SR. JESUÍNO BOABAI – Vai para onde?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Ele vai continuar dentro da CLT da mesma maneira, vai continuar pertencendo ao quadro da EMATER, no público. Houve uma discussão com o Sindicato e o Sindicato junto com a Procuradoria do Estado nós pedimos um requerimento...

O SR. JESUÍNO BOABAI – O sindicato participou?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Participou e aí junto com o Procurador Geral nós produzimos essa emenda.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Mas essa emenda, espera aí, o seu voto foi com emenda?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Com emenda.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Com emenda, acatando a emenda.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Então eu vou fazer aqui o meu...

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- ausente
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Herminio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Léo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Só Na Bença	- ausente

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Com 17 votos favoráveis, está aprovado em primeira discussão e votação, com emenda. Vai à segunda discussão e votação.
Próxima matéria.

O SR. AÉLCIO DA TV (Secretário Ad Hoc) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 119/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 205. Altera o inciso IV, do artigo 166 e o artigo 171, da Lei Complementar nº 68, de 9 de dezembro de 1992; revoga o artigo 60, da Lei Complementar nº 432, de 3 de março de 2008 e dá outras providências. Com emenda.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei Complementar 119/16 se encontra sem parecer, solicito ao Deputado Marcelino Tenório para que possa proceder parecer pelas Comissões pertinentes.

Aproveitar para registrar a presença aqui do meu amigo vereador Abel, Vice-Prefeito eleito do município de Theobroma, também a Zélia, vereadora eleita do município, o Cláudio, vereador e Prefeito eleito, parabéns pela eleição, bem-vindos, fica à vontade, obrigado.

O Ilustre Deputado Marcelino Tenório para proceder parecer.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Projeto de Lei Complementar nº 119/16 de autoria do Poder Executivo, Mensagem 205, que altera o inciso IV, do artigo 166 e o artigo 171, da Lei Complementar nº 68, de 9 de dezembro de 1992; revoga o artigo 60, da Lei Complementar nº 432, de 3 de março de 2008 e dá outras providências. Senhoras e Senhores Deputados dentro da constitucionalidade, legalidade e redação técnica o meu parecer é favorável, acatando a emenda do Deputado Jesuíno Boabaid pelas Comissões pertinentes.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do ilustre Deputado Marcelino Tenório com emenda. Em discussão o parecer, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nº 119/16. Votação nominal. Para discutir o Deputado Jesuíno Boabaid e o painel já está aberto para que possam já proceder à votação.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Esse projeto nada mais é que a Lei 68 ela restringe as pessoas que estão respondendo, meramente respondendo à questão de processo, ir para a sua aposentadoria. Nós temos no Brasil ainda aquele direito de presunção de inocência. Então você contribuiu, já é um direito adquirido, 30 anos e você perdurar por mais 20 anos por que o nosso Judiciário pode levar em média até 20 anos para o julgamento final de uma decisão. Então apenas está corrigindo esse ato e é emenda é no artigo 93, inciso I, parágrafo 2º do Decreto Lei 9-A, de 1982, que também restringe os militares irem para a inatividade se tiver respondendo. Um exemplo: o Deputado Lazinho da Fetagro está completando 30 anos hoje e alguém fez uma denúncia contra ele, ele não vai poder ir para a inatividade, seja uma denúncia que foi apenas armada, exemplo, ele vai ficar até o final dessa denúncia ser julgada na atividade, cumprindo o seu papel e não vai ter nenhum valor remuneratório para isso. Então é isso que está sendo corrigido nesse exato momento por esta Casa, de autoria do próprio Executivo, diga-se de passagem.

O SR. LAERTE GOMES – Parabenizar o Governador do Estado, Deputado Jesuíno, que encaminhou esse projeto até contra vontade de parte da direção do IPERON, ao encaminhar esse projeto para regularizar essa situação. Então quero deixar aqui registrado, Sr. Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado Deputado Laerte, Deputado Jesuíno, parabéns por estar também sempre participando, Deputado atuante, sempre com a Constituição debaixo do braço e as outras leis, a cabeça é um pouquinho grande, mas porque tem realmente muito saber, tem contribu-

ído bastante com o trabalho da Casa com o seu conhecimento. Vamos votar. O painel já está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- ausente
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Léo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Só Na Bença	- ausente

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Com 17 votos favoráveis está aprovado. Vai à segunda discussão e votação. Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. AÉLCIO DA TV (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 121/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 211. Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 228, de 10 de janeiro de 2000, para definir as atribuições do Auditor-Geral do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia- IPERON.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei Complementar nº 121/16, se encontra sem parecer. Solicito ao ilustre Deputado Adelino Follador para que possa proceder parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Mensagem 211 que altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 228, de 10 de janeiro de 2000, para definir as atribuições do Auditor-Geral do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia. O IPERON ainda não tinha regulamentado as atribuições gerais, somos de parecer favorável, Sr. Presidente, pelas Comissões pertinentes.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, eu vou pedir vista do processo. Aí o Deputado pode até explicar, mas, eu pedi vista do processo. Agora eu quero que Vossa Excelência explique.

O SR. LAERTE GOMES – Sr. Presidente, só para colocar, o IPERON, as matérias do IPERON, eu concordo que nós temos que ter essa...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, mas antes do Deputado, só me manifestar...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Eu vou deferir, Deputado Jesuíno o seu pedido de vista, eu só gostaria, uma Questão de Ordem....

O SR. LAERTE GOMES – Só para explicar, os nossos colegas também querem entender essa matéria, depois vão ter a tranquilidade para analisar, o Deputado Jesuíno já tinha me avisado que ia pedir vista desse projeto. Isso aí o Conselho de Administração do Iperon, na 7ª reunião Ordinária agora em junho de 2016, pautou pela aprovação da alteração que ora se apresenta, que o Estado de Rondônia por meio da Lei Complementar 783/14 criou o cargo de Auditor-Geral do Iperon, e nos termos definidos da Legislação atribuiu a competência ao Conselho de Administração Geral do Iperon para indicá-lo dentre os auditores de carreira bem como instituídos das suas funções da forma definitiva em seu Regimento Interno. Então isso é para criar o Auditor-Geral do Iperon. Só que não havia lei definindo isso, então o que está se votando nessa matéria aí é criando a lei, o projeto estabelece a competência do Auditor-Geral criando as competências do Auditor-Geral dentro do Iperon, porque não existia a lei que amostrava quais eram as competências do Auditor-Geral no Iperon, só tinha o cargo, mas não tinha as competências, e é só através de lei. Então é isso que chegou a esta Casa e o Deputado Jesuíno pediu vista e vai analisar o projeto, com certeza na próxima Sessão já deve trazer, porque esse projeto só se resume a isso, não tem nada que mexa com o IPERON, nada que mexa com o servidor. É só a questão de especificar quais as competências que o Auditor-Geral, que é nomeado pelo Conselho do IPERON dentro dos quadros do Iperon, dentro dos servidores concursos do Iperon, qual a atribuição que ele vai ter.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Nos termos regimentais, está concedido o pedido de vista do Deputado Jesuíno Boabaid.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. AÉLCIO DA TV (Secretário ad hoc) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 098/16 DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Concede Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Excelentíssimo Reverendíssimo Bispo Dom Antônio Possamai.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Quero registrar a presença do Vereador Gilmar do Palmares, da Vereadora Zélia, do Vereador Abel, Vereador Cláudio, Vereador Gilmar. Parabéns Vereador Gilmar, o Vereador mais votado do município de Theobroma, lá do distrito de Palmares. Parabéns. Muito obrigado pela presença.

Projeto de Decreto Legislativo Nº 098/16, se encontra sem parecer. Deferir inversão de pauta para que a gente possa continuar a votação.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. AÉLCIO DA TV (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI Nº 470/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 166. Modifica a natureza jurídica da empresa pública EMATER para autarquia, passando a denominar-se Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER/RO.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei nº 470/16, que transforma a Emater em autarquia para que possa ter a sua autonomia financeira. O projeto se encontra sem

parecer. Solicito ao ilustre Deputado Adelino Follador para que proceda parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Mensagem 166, Projeto de Lei nº 470/16. Modifica a natureza jurídica da empresa pública EMATER para Autarquia, passando a denominar-se Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER/RO.

Somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do ilustre Deputado Adelino Follador. Em votação o parecer. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 470/16. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. AÉLCIO DA TV (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI Nº 506/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 210. Altera dispositivo da Lei nº 3.835, de 27 de junho de 2016, que “Institui o Programa de Regularização Fiscal de Rondônia – REFIS/RO”.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei Nº 506/16. O projeto se encontra sem parecer. Solicito ao ilustre Deputado Adelino Follador para que possa proceder ao parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei 506/16, Mensagem 210, que altera dispositivo da Lei nº 3.835, de 27 de junho de 2016, que institui o Programa de Regularização Fiscal de Rondônia – REFIS/RO. É um projeto interessante, está prolongando o prazo para as empresas que quiserem aderir. Então nós somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do ilustre Deputado Adelino Follador.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, só para colocar, para discutir, só para colocar, mais uma vez o Governo do Estado atendeu as entidades, as associações comerciais, os Contadores do Estado todo, que solicitaram que fosse prorrogado devido ao pequeno prazo para as empresas e as pessoas físicas também aderirem a esse programa de recuperação fiscal. Então, agora, até 30 de dezembro vai dá oportunidade, que esses que ainda não conseguiram em ficar aptos com a Receita Estadual.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer. Em votação o parecer. Os Deputados favoráveis...

Vossa Excelência quer discutir o parecer ou o Projeto, Deputada?

A SRA. LÚCIA TEREZA – Não, eu só quero falar com o nosso Líder do governo, muito bom, que faltou divulgação. Então agora, com esse prazo, seria bom que Vossa Excelência falasse com o senhor Governador para que ele pudesse divulgar

maciçamente em toda imprensa, porque tem muita gente que deixou e não está sabendo. Tem gente que está até perdendo coisas e não sabe disso. Eu mandei alguns panfletos da lei, mas é muito pouco. Tinha que ter mais divulgação. Eu pediria assim, eu acho que todo mundo aqui concorda que faltou e está faltando divulgação. Com essa prorrogação, seria bom que fizesse uma divulgação bem consistente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputada Lúcia. Com certeza seria importante dá ampla publicidade à divulgação desse Projeto REFIS que é muito importante para toda a nossa classe empresarial.

Vamos votar o parecer e vamos abrir para discussão o projeto.

Em discussão e votação o parecer. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em discussão o projeto. Para discutir, o ilustre Deputado Dr. Neidson.

O SR. DR. NEIDSON – Na verdade, senhor Presidente, realmente o que a Deputada Lúcia Tereza nos disse agora, parabéns Deputada, é de suma importância que seja divulgado esse projeto. Fiz uma Indicação solicitando somente a prorrogação do DETRAN, das taxas do DETRAN, principalmente porque estamos no final do ano, as pessoas vão receber o 13º, podem ser colocadas em dia as dívidas que elas têm; que é uma das mais altas inadimplências é das taxas do DETRAN. Mas parabéns pelo projeto também, por ter estendido a todas as áreas. Obrigado, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Ainda em discussão.

O SR. LAERTE GOMES – Só para colocar também, o Deputado Cleiton também vai falar, eu acho que até esse programa foi feito para atender toda Receita Estadual e o DETRAN também deve estar incluído, já está incluído. O Deputado Cleiton está chegando, mas, só que a Deputada Lúcia está coberta de razão. Aqui mesmo fora, tinha um microempresário ali que disse que não sabia desse projeto. Então nós temos que conversar com o governo, o Departamento de Comunicação, com a Secretaria de Comunicação do Estado para dar ampla divulgação porque é importante, é muito importante para as empresas, para as pessoas físicas que querem se regularizar diante do erário estadual, como também para o Estado, para arrecadar mais. Num momento de crise desses, o Estado está oportunizando as pessoas se regularizarem com isenção de multas e juros de 90%, 80%, depende da forma de pagamento. Então, Deputada Lúcia, Vossa Excelência está coberta de razão e nós vamos encaminhar isso à Secretaria de Educação.

O SR. AÉLCIO DA TV – Eu acho que é extremamente importante que esse projeto de refinanciamento de dívida, só que o prazo é curto, porque encerra dia 31 de dezembro. Ou seja, apesar de que ele inicialmente era até junho e agora prorrogou, mas está prorrogando já no mês de novembro. Então o prazo é curtinho, tem que fazer uma divulgação ampla, maciça, urgente porque senão não vai valer nada, porque nós temos praticamente 45 dias. Então, se não correr atrás para divulgar, não vai valer nada essa prorrogação porque já está prorrogado atrasado.

O SR. LAERTE GOMES – Importante também, só para concluir o assunto, Presidente Edson, seguindo a sugestão da Deputa-

da Lúcia Tereza, se comunicar o Conselho Estadual de Contabilidade, porque aí comunica todos os escritórios de contabilidade, principalmente as pessoas jurídicas para poder avisar seus clientes que existe esse programa até 30 de dezembro.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, Presidente. Não sei se ainda dá tempo. O Presidente desta Casa está aqui, Deputado Maurão, não é possível, de repente, um projeto interessante que nós aprovamos aqui, seja usada a mídia da Assembleia para que o pessoal que tenha que fazer o parcelamento, de repente é uma coisa interessante para nós, muitas vezes...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – O REFIS, isso é importante...

O SR. ADELINO FOLLADOR – É importante para...

O SR. MAURÃO DE CAVALHO – Eu vou pedir para reforçar nossa mídia para dar um destaque nesse projeto aprovado aqui, que com certeza é de grande importância nesse momento que o Estado passa a crise, o País, e nós dando essa folga para que o empresário tenha esse fôlego, principalmente final de ano, expectativa de vender mais. Nós, com esse crédito entrando no Estado, quinta-feira, segundo a nossa assessoria, entra quinta-feira R\$ 126 milhões, na verdade R\$ 147 milhões que vai entrar nas contas do Governo do Estado e as Prefeituras, que isso aí é um dinheiro que vai dar uma aquecida na nossa economia. Isso tudo faz com que o dinheiro vá para o mercado e o comércio vende e gera recurso no Estado. Então eu acho que é muito importante, é a hora certa essa prorrogação e que a Assembleia, a nossa assessoria possa dar um destaque, não só hoje, mas essa semana, podendo divulgar para que o empresário possa ter mais essa folga, buscando esse mecanismo aprovado aqui pela Casa, que é o REFIS, que é de grande importância. Então, isso, só tenho que parabenizar o governo e a Assembleia, entendendo a importância desse momento tão oportuno de darmos essa oportunidade para os nossos empresários que realmente pagam os impostos.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Presidente...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputada Lúcia.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Só gostaria de pedir a todos os Deputados, já que estamos falando em arrecadação, em buscar, tirar da onde às vezes nem tem, para poder dar uma contrapartida para os cofres públicos do Estado, hoje infelizmente estávamos eu e o Deputado Jesuíno só, por outros motivos, outras missões que os Deputados da Comissão de Justiça que estava no horário, que perdurou, não puderam comparecer na Comissão de Justiça, nós temos um projeto do DETRAN que é de suma importância também, o Estado está perdendo dinheiro, o Deputado Jesuíno pediu informações, meu Nobre Líder, Nobre Líder do Governo, e até agora não veio às informações que ele pediu, mas, é de suma importância que aprovemos amanhã esse Projeto, o Líder do Governo é sabedor como vários Deputados, inclusive, conversamos com o Deputado Adelino e Deputado Marcelino, o Deputado Jesuíno está consciente de que é importante que aprovemos amanhã, porque não passou hoje na Comissão porque não veio informação, mas, o Diretor Geral já se dispôs a mandar e a falar com o Deputado, ele pode confirmar isso, eu estou trabalhando

para isso, eu sou relatora, em tempo, há muito tempo que estamos persistindo para aprovar esse Projeto e amanhã com aquiescência do Deputado Jesuíno, nós precisamos aprovar esse Projeto amanhã Presidente, gostaria de falar com o Presidente da Assembleia que colocasse amanhã esse Projeto, todo mundo aqui, e de repente a gente fica amarrado das Concessionárias, porque, as revendedoras,...

O SR. JESUÍNO BOABAID – O único Projeto que tem, acredito do DETRAN, Presidente, que está discutindo aqui é a questão dos gases que aumenta R\$ 92,00 para, aumenta R\$ 92,00, esse eu não vou abrir mão que aumenta taxa para o contribuinte e temos que discutir taxa, R\$ 92,00 para cada carro inspecionado, e se me prove, o Líder pode falar, o único Projeto do DETRAN que se encontra lá, é esse.

O SR. LAERTE GOMES – Sr. Presidente, me permita aqui. Deputada Lúcia, nós temos o PL 485/2016 que chegou dia 04/10, está com a relatoria, a Deputada Lúcia Tereza.

O SR. JESUÍNO BOABAID – É sobre o quê?

O SR. LAERTE GOMES – Ele diz que o Projeto visa apenas especificar no texto da Lei “que dispõe sobre a instituição de taxas e serviços no âmbito do Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Rondônia – DETRAN, que trata da Lei de novembro de 2009”. O sujeito passivo responsável pela obrigação tributária quando solicitado serviço de inclusão, exclusão gravemente junto ao DETRAN, este acréscimo se faz necessário uma vez que na edição da citada norma não constou especificação do sujeito passivo da obrigação em virtude da aludida ausência de informação, o DETRAN vem sendo questionado administrativamente e judicialmente.

Então, esse Projeto, está com a relatoria, com a Deputada Lúcia Tereza ...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Chegou quando esse Projeto?

O SR. LAERTE GOMES – Chegou, esse Projeto está desde o dia 04.10 com a Deputada Lúcia, na Comissão da CCJ.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Está no prazo razoável, está no prazo razoável.

O SR. LAERTE GOMES – Assim que a Deputada Lúcia entender que tem que trazer ao Plenário, com certeza vai ser votado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – É não, porque tem o pedido de informação.

O SR. LAERTE GOMES – Vai entrar na Pauta, eu acho que deve ter pedido de informação de Vossa Excelência...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Tem pedido de informação. A gente pode discutir, a gente pode votar amanhã.

O SR. LAERTE GOMES – Tranquilo. Tranquilo.

O SR. CLEITON ROQUE – Sr. Presidente, só complementando a informação aqui levantada pelo Deputado Dr. Neidson sobre a questão das Taxas do DETRAN, as taxas não contemplam nesse Projeto, até porque ela depende de uma discussão com o DETRAN, porque nós dependemos da própria legislação específica do DENATRAN, porém, o REFAZ, ele contempla todos os impostos que é o ICMS, IPVA e TCD.

Então, o IPVA, os devedores de IPVA têm condições de fazer a renegociação via SEFAZ, exceto, taxas. Estou falando do Projeto que ora está em discussão.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Agora, esse que o Deputado Jesuíno, nós precisamos ter muito..., nós já arquivamos esse do aumento, da taxa da SEDAM também, é da SEDAM esse que o Deputado Jesuíno falou, nós já arquivamos uma vez, no momento agora nós não podemos aumentar imposto e criar uma taxa para todos os carros, isso aí nós temos que cuidar, eu acho que a população de Rondônia não aguenta mais aumento de imposto, e isso eu já até conversei com o Governador, já conversei com o Secretário, ontem, com o Secretário da SEDAM e está uma briga já, a Polícia Militar já está querendo sair cobrando para ela, aí o Coronel Ênedy está querendo..., que nós aprovemos para já sair, estão brigando já para ver quem é que vai ficar com o dinheiro. Eu acho que nós temos que parar de criar imposto, nós temos que cuidar isso para não...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado Deputado Adelino. Quero registrar a presença do Vice-Prefeito eleito Jeferson Lima e do Prefeito eleito João Gonçalves, parabéns ...

O SR. LAERTE GOMES – Do PSDB, Sr. Presidente, o partido dele, Vossa Excelência tem que falar o partido do Prefeito o PSDB.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Parabéns Prefeito João Gonçalves pela sua eleição, Jeferson, Prefeito do PSDB, ...

O SR. LAERTE GOMES – O partido Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – O Prefeito do PSDB.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – E vice do PMDB, não é? Seja bem-vindo a esta Casa, muito obrigado pela presença, parabéns lá pela grande vitória, uma votação muito expressiva.

O Projeto do REFIS em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Em primeira discussão e votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. AÉLCIO DA TV (Secretário ad hoc) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 098/16 DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Concede Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Excelentíssimo Reverendíssimo Bispo Dom Antônio Possamai.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – O Projeto de Decreto Legislativo nº 098/16, encontra-se sem parecer. Solicito ao Deputado Laerte Gomes, para que possa proceder parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES – Sr. Presidente, trata-se da matéria de autoria do Nobre, nosso colega Deputado Lazinho, o Projeto de Decreto Legislativo 098/16, que concede o Título

Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Excelentíssimo Reverendíssimo Bispo Dom Antônio Possamai.

Foi Bispo da Diocese por muito tempo de Ji-Paraná, aqui está o histórico do Bispo Dom Antônio Possamai, aqui não está à cidade que ele nasceu, mas se não me falha a memória, Turvo, no Estado de Santa Catarina, que é bem vizinha à cidade a qual também eu nasci.

Então, eu queria, olhando aqui o Projeto, olhando o Curriculum de uma vida prestada à sociedade, a igreja, as obras de Deus eu queria dar o nosso parecer aqui, Sr. Presidente, diante do curriculum do homenageado, o nosso parecer pela legalidade, constitucionalidade pela aprovação do referido Projeto de Decreto Legislativo.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do Ilustre Deputado Laerte Gomes. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em discussão Única e votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 098/16. Em discussão o Projeto. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. AÉLCIO DA TV (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI Nº 507/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 212. Revoga a Lei nº 2.954, de 26 de dezembro de 2012, que “Autoriza o Estado de Rondônia a assumir a responsabilidade pelo pagamento da dívida da Companhia de Águas e Esgoto do Estado de Rondônia – CAERD, junto à Eletrobras Distribuidora de Rondônia, conforme especifica”. Está revogando.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei nº 507/16 do Poder Executivo/Mensagem 212, encontra-se sem parecer.

Solicito do Deputado Marcelino Tenório para que possa proceder parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Projeto de Lei nº 507/16 do Poder Executivo/Mensagem 212, que revoga a Lei nº 2.954, de 26 de dezembro de 2012, que autoriza o Estado de Rondônia a assumir a responsabilidade pelo pagamento da dívida da Companhia de Águas e Esgoto do Estado de Rondônia – CAERD, junto à Eletrobras Distribuidora de Rondônia, conforme especifica.

Srs. Deputados, diante da legalidade, constitucionalidade e redação, meu voto é pela aprovação do Projeto pelas Comissões pertinentes.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do Ilustre Deputado Marcelino Tenório. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Aprovado o parecer.

Em primeira discussão o Projeto de Lei nº 507/16. Em discussão o Projeto.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Para discutir o Projeto, Sr. Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não Deputado Marcelino.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Esse Projeto aportou nesta Casa em 2012. O débito com a Eletrobras naquela época era de cento e sessenta milhões de reais, agora daí para cá o Governo do Estado foi pensando de outra maneira e hoje está começando a sanear, não é nem sanear, fazendo um levantamento detalhado da CAERD para poder privatizá-la, porque não se pode uma empresa que tem a água mais cara desse País está numa montoeira de dívida dessa.

Então em 2012, Deputado Aécio da TV, foi autorizado por esta Casa o Projeto de Lei do Governo do Estado que agora ele está revogando que a dívida era de cento e sessenta milhões de reais só com a Eletrobras. Então, o Governo está com outra direção, está fazendo levantamento da Fundação Getúlio Vargas, está fazendo todo o levantamento patrimonial e tudo que a CAERD tem para levá-la o quanto mais breve para a privatização, que aí nós vamos ter uma eficiência na distribuição de água e também saneamento básico no nosso Estado de Rondônia e o consumidor vai pagar menos.

Então, isso é muito importante para que aconteça no nosso Estado de Rondônia.

O SR. AÉLCIO DA TV – Eu quero só fazer um comentáriozinho sobre essa matéria, porque eu estou participando do Conselho de Desestatização do Estado onde tem três empresas do Estado na pauta para desestatizar, para privatizar.

A primeira que está na lista de espera, vai ser a primeira a ser privatizada, vai ser a Companhia de Mineração, onde tem o calcário lá de Espigão.

A segunda vai ser o Porto e a terceira vai ser a CAERD, e aqui prova o quanto precisa tirar da mão do poder público esse grande gargalo que nós temos, esse grande ralo do dinheiro público chamado CAERD, só da Eletrobras em 2012, olha 2012, a dívida era de cento e sessenta milhões imagine quanto deve hoje?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado Deputado Aécio. Para discutir Deputada?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Para discutir Sr. Presidente?

A SRA. LÚCIA TEREZA – É Excelência, para fazer um adendo, seria muito longo o meu discurso, eu faria até amanhã, não só privatizar CAERD, o município, quem já foi Prefeito, quem vai ser Prefeito sabe, eu quero saber quem vai ficar com a dívida. Por que eu vou ser intransigente, agora a do calcário, isso vocês deixam que eu vou discutir isso e vou provar para vocês, por que só privatizar que dá certo? Cadê o calcário? E os programas de Governo de distribuição de calcário? Eu vi emendas aí, o Deputado; emendas de transporte de calcário, eu não quis falar com o Deputado Adelino que eu fico ou como mulher fuxiqueira, que parece que é só mulher que faz fuxico né? Ou então como eu quero tolhir à emenda do Deputado, eu dei tempo ao tempo, mas, é tão difícil a gente ser mais idosa, mais velha com a experiência que a gente tem, é muito difícil conviver com vocês jovens. Então deixa que o tempo, o tapete vocês sentam, mas, privatizar a CAERD, e os municípios que investiram? É muito complicado isso, não é no toque de caixa que vai se privatizar, e, eu vou procurar os meios legais, eu quero estar bem informada para informar e para ter consciência das coisas. Primeiro de falava em privatização, depois todo mundo acha que dá conta, um investimento muito grande naquele calcário, no dia da inauguração, Deputado Aécio, da reinauguração do calcário, eu não fui, aliás, eu nem fui convidada também, mas graças a Deus que eu não fui aplaudir, mas

essa falácia. Então o meu discurso amanhã seria em cima da usina de calcário, Deputado Lazinho, e tem 20 carretas lá, faz 15 dias que estão esperando o calcário, uma firma foi lá detonou, privatizou para detonar, os caminhões estão em cima do toco e outras coisas mais. Muita coisa eu não posso falar, por que aí percebi que parlamentar é falar. Por que ultimamente eu só estou falando, por que Deputado não está tendo outra coisa se não me sentir inútil e o problema é tão antigo quanto eu. Nós estamos numa era de modernização, de internet, de muita divulgação de informações. E nós estamos aqui tapados, tem que discutir com todos nós, não é com dois, três, só informar que vai fazer isso, não vai fazer enquanto a gente não sentar juntos, explicar para a população por que não há tempo e nem pode fazer assim do jeito que estão pensando que vão fazer. É a meia discussão minha e agradeço ao Presidente com a paciência que tem tido comigo, com meus apartes.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Deputado Lazinho da Fetagro.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Eu vou na contramão, na contramão em que se pensa em diminuir a responsabilidade do Estado sobre o povo, é fácil; privatiza o calcário, dá dinheiro. Privatizar a água, dá dinheiro. Pergunta se tem uma empresa que quer que privatize a saúde sem dinheiro? Privatize a educação sem dinheiro? Eu não vejo que a privatização vai resolver o problema do mundo, o que resolve o problema do mundo é gestão e não tem gestão por que não tem gestão. É simples, a culpa é do Estado, tudo é culpa do Estado. É mais fácil colocar a culpa no Estado, vender tudo que dá renda, ou que pode dá renda sendo bem administrado assim como a energia, assim como as telecomunicações, assim como o petróleo, assim como a água que nós temos de maior riqueza na Amazônia, vende tudo, entrega. O futuro dirá, Deputada, o futuro dirá, como Vossa Excelência disse.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Ainda bem que o meu tempo eu não vou estar presente sofrer desse jeito.

O SR. LAERTE GOMES – Esse projeto Deputado Adelino, isso só está revogando, esse projeto, ele é importante por que não é justo, Deputado Edson, Deputado Adelino esse projeto ele só revoga uma lei que foi votada em 2012 que autorizava o Governo do Estado de Rondônia a assumir a responsabilidade pelo pagamento da dívida com a CERON, então o Governo assumir para pagar com recurso do Governo e não é justo, está revogando isso que agora tem que pagar com o dinheiro da CAERD, é justíssimo isso, o Governo está correto, entendeu Deputado Luizinho, está revogando, revoga a Lei de 2012.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Porque ele vai pagar com a Fonte 100.

O SR. LAERTE GOMES – Então o Estado não tem mais autorização de usar o recurso próprio do Estado para pagar conta de energia da CAERD.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Ele pagava, agora não paga mais.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Ainda em discussão o Projeto.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu lembro quando foi discutido aqui nesta Casa esse Projeto, na época era para negociar essa dívida e a CAERD pagaria as prestações, só que não está pagando, por isso o Estado está revogando. Eu acho que ele está certo, tem que revogar mesmo.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Não havendo mais quem queira discutir vamos colocar em votação. Em primeira votação o Projeto. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. AÉLCIO DA TV (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI Nº 510/16 DA MESA DIRETORA. Revoga dispositivo da Lei nº 3.474, de 21 de novembro de 2014.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Mesa Diretora, Projeto de Lei nº 510/16. O Projeto encontra-se sem parecer, solicito do Ilustre Deputado Laerte Gomes para que possa proceder parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. LAERTE GOEMS – Sr. Presidente, trata-se da matéria de autoria da Mesa Diretora, Projeto de Lei nº 510/2016 que “revoga dispositivo da Lei 3.474, de 21 de novembro de 2014”. Nosso parecer pela matéria é pela constitucionalidade e legalidade do Projeto, Sr. Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do Ilustre Deputado Laerte Gomes. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 510/16. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. AÉLCIO DA TV (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LEBRÃO. Requer à Mesa nos termos do § Único do art. 199 do Regimento Interno, seja dispensado interstício regimental para apreciação em segunda discussão e votação do Projeto de Lei nº 470, Projeto de Lei nº 506, Projeto de Lei nº 507, Projeto de Lei Complementar nº 119; Projeto de Lei Complementar nº 121; Proposta de Emenda Constitucional nº 022 e Projeto de Lei nº 510/16.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o Requerimento do Ilustre Deputado Lebrão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. AÉLCIO DA TV (Secretário ad hoc) – Encerrada as matérias, Sr. Presidente.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, Sr. Presidente?

O SR. LAERTE GOMES – Questão de Ordem, Sr. Presidente, antes do Deputado Adelino? Antes de encerrar gostaria de solicitar de Vossa Excelência, Deputado Jesuíno, a questão da matéria do IPERON que o Deputado Jesuíno pediu vistas, gostaria de solicitar ao Deputado Jesuíno a liberação de vista para

que nós pudéssemos votar a matéria. Se o Deputado Jesuíno entender que ele já leu o projeto com mais tranquilidade, se ele puder liberar para a gente votar a matéria, a gente vota agora.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Sr. Presidente Questão de Ordem? Eu gostaria para dar publicidade ler uma Nota de Repúdio aqui do Sindicato dos Produtores Rurais de Ariquemes.

“Sindicato dos Produtores Rurais de Ariquemes, legítimo, constitucionalmente representado pelos Produtores Rurais de Ariquemes vem a público manifestar o seu maior veemente repúdio e descontentamento pelo intolerável desrespeito aos Senhores Produtores Rurais cometido da Agência Regional do IDARON/Ariquemes, pelo exíguo expediente atendido das 08:00 às 13:00 horas, meio expediente em plena fase de execução da 41ª Etapa de Vacinação contra a Febre Aftosa quando centenas de produtores dirigem-se diariamente ao referido órgão para fazer a respectiva comunicação de vacinação em seus rebanhos e muitos não conseguem ser atendidos em função do exíguo horário, mediante expediente tenham que voltar em outra oportunidade para serem atendidos, acarretando prejuízo enorme e perda de tempo”.

Nós já fizemos essa Indicação, eu quero aqui deixar a proposição para o Governo do Estado e para o Presidente do IDARON mais uma vez que durante a Campanha de Vacinação, inclusive, que seja prolongado esse expediente, porquê de fato na hora de comunicar a vacina tem filas no IDARON. Então, que seja estudada uma maneira junto aos funcionários de fazer expediente integral no IDARON durante o período, principalmente no período de vacinação, na hora do pessoal apresentar as vacinações. Então eu gostaria de deixar aqui registrado essa nota do Sindicato, cobrando que nós já fizemos esta cobrança nesta Casa e vamos reiterar mais uma vez. E não somos nós Deputados que temos essa autonomia de mudar. Nós podemos pedir que a nota de repúdio aqui está se referindo ao Deputado Saulo, Deputado Alex e ao Deputado Adelino. Então eu estou falando aqui, estou lendo esta nota, que o nosso papel é cobrar, Deputado Saulo, cabe ao Governo do Estado rever esta situação. Obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, uma Questão de Ordem, se os Deputados estiverem de consenso, eu fiz uma leitura, é o único óbice que dá para, isso foi consenso da liderança, eu queria aqui dá nova redação apenas ao parágrafo 11, que diz o seguinte: “no uso das suas atribuições o Auditor-Geral poderá requisitar ao órgão da administração do Iperon documentos, registros e informações e esclarecimentos necessários à sua atuação”. Hoje está o seguinte: “no uso das suas atribuições o Auditor-Geral poderá requisitar qualquer autoridade ou”. Então a gente tira... Está “ou”. Então a gente tira “autoridades”, “órgão da administração”, porque o governo pode requisitar qualquer autoridade, mas aí a gente está dando autonomia novamente para um auditor...

O SR. LAERTE GOMES - Então eu faça a emenda.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Então essa emenda que acabei de falar aqui que com emenda, se for acatada pelos Pares, apenas tirando a palavra “a qualquer autoridade”, ficando: “poderá requisitar ao órgão da administração do Iperon”. É essa, dando nova redação ao parágrafo 11, e retirando a expressão “qualquer autoridade”.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Eu peço que desconsidere o pedido de encerramento da Sessão, da Ordem do Dia, para que nós possamos inserir mais esse projeto na Ordem do Dia, para que nós possamos votar o Projeto de Lei Complementar nº 121/2016.

Então fica incluído o Projeto de Lei Complementar nº 121/2016 na Ordem do Dia.

Solicito ao Sr. Secretário a leitura dessa matéria.

O SR. AÉLCIO DA TV (Secretário ad hoc) - PROJETO DE COMPLEMENTAR Nº 121/2016 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 211. Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 228, de 10 de janeiro de 2000, para definir as atribuições do Auditor-Geral do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - IPERON.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – O Projeto de Lei Complementar nº 121/16, se encontra sem parecer. Eu convi-do o Sr. Deputado Laerte Gomes para que possa proceder pelas Comissões pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES - O parecer do projeto, o Deputado Adelino já deu o parecer ao projeto.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Deputado Laerte, Vossa Excelência vai fazer uma emenda na redação. Vossa Excelência proceder o parecer com emenda.

O SR. LAERTE GOMES - Então nós vamos proceder, o Projeto de Lei Complementar 121/2016, do Poder Executivo/Mensagem 211 que “Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 228, de 10 de janeiro de 2000, para definir as atribuições do Auditor-Geral do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia” – IPERON, que vai ser escolhido dentre os auditores concursados do IPERON.

O projeto, pela legalidade, pela constitucionalidade com a emenda do Deputado Jesuíno, que leia-se a emenda Deputado Jesuíno: “no uso das suas atribuições de Auditor-Geral poderá requisitar ao órgão da administração direta do IPERON documentos, registro e informações esclarecimentos necessários à sua atuação”. Essa é a redação final da emenda onde se lê no parágrafo 11. Então, o nosso parecer é pela legalidade e constitucionalidade, favorável ao referido projeto, acatando a emenda do Deputado Jesuíno.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em discussão o parecer favorável do ilustre Deputado Laerte Gomes, com a emenda. Em votação o parecer. Os Deputados favoráveis permane-

çam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o projeto. Votação nominal. E o painel já está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputada Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- ausente
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputada Dr. Neidson	- ausente
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazineiro da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Léo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Só na Bença	- ausente

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Com 17 votos favoráveis está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. AÉLCIO DA TV (Secretário ad hoc) – Não há mais matérias.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Só queria fazer um pedido de Questão de Ordem para fazer um pedido, Presidente. Que nos preocupa muito é em relação à questão do pagamento do transporte escolar do Governo do Estado com alguns municípios do Estado de Rondônia. Vários municípios estão sem receber e eu quero citar aqui dois municípios, começando pelo município de Alvorada d'Oeste, os alunos, já pela segunda vez, mas agora, só nessa última vez, pela falta de pagamento do transporte escolar, está há mais de 20 dias sem aula. Se não bastasse essa questão do município de Alvorada, do transporte escolar, nós também temos uma escola que eu estou trabalhando há mais de 03 anos para que ela seja reformada pelo Governo do Estado, Escola Humberto de Campos, lá no Distrito de Tancredópolis. E passou mais de 03 anos e nos últimos meses, Deputado Aécio, Vossa Excelência que sempre tem defendido a educação aqui, nos últimos meses foi dada a ordem do serviço do início da reforma e ampliação de escola. Deputado

Follador, tiraram cobertura da escola, tiraram os alunos da escola, levaram os alunos para outra escola pequeninha, sem estrutura física nenhuma, uma escola de madeira, velha, da rede municipal de ensino, e fizeram um amontoado de carteiras, um amontoado de alunos e a obra está há mais de 60 dias paralisada. Agora imaginem só, alunos sem escola, alunos sem teto e agora alunos sem transporte. Mas se não bastasse essa questão do transporte de Alvorada d'Oeste, que por muitas e muitas vezes eu tentei para que o Estado passasse o convênio para que o município contratasse esse serviço, porque talvez fosse mais fácil, a minha luta foi em vão por muitos e muitos anos. Não sei se por uma questão política ou não, ou partidária, não sei, mas, infelizmente a corda estourou na ponta mais fraca. E nesse momento, a ponta mais fraca são os alunos. Agora imaginem vocês que são pais, Deputados, Deputadas que são pais e mães, qual é o prejuízo de um aluno que fica por duas vezes no ano sem, mais de 20 dias de aula. Como se repara esse prejuízo? E os compromissos que um pai trabalhador tem quando ele vai pegar o final do ano e tirar férias, vai ficar impedido porque o aluno que acaba sendo penalizado mais uma vez, porque vai ter que repor as aulas. E assim os servidores, os professores, os motoristas e assim por diante. Então ficamos muitos tristes e lamentamos muito essa falta de responsabilidade com a educação do Estado de Rondônia. E quando a gente sai de Alvorada, poderia citar outros municípios, mas eu quero citar o município de Vilhena, que a situação é ainda pior. Lá ainda é pior! Lá, em Vilhena, Deputada Rosângela, lá em Vilhena o transporte escolar de 2015 não foi pago. Ficaram dois meses sem pagar o transporte de 2015, R\$ 600.000,00 e 2016, Deputado Laerte, Deputado Lazineiro, nenhum centavo. Nós estamos ao fechar do ano de 2016 não se pagou R\$ 600.000,00 equivalentes a dois meses de 2015 e mais R\$ 2.500.000,00 do ano de 2016. O município já está passando a maior dificuldade com um monte de situações que aconteceram na Prefeitura e na Câmara, investigações, apreensões, afastamentos e ainda assim, se não bastasse tudo isso, nós temos agora mais esse problema do transporte escolar também parado na cidade de Vilhena. Então, eu peço aqui ao Líder do Governo, Deputado Laerte, que leve essa mensagem junto ao Governo para que eles resolvam de fato essa situação. Não só de Alvorada d'Oeste, não só de Vilhena, mais todos os municípios que estão para receber esse recurso, é obrigação do Estado, é responsabilidade do Estado e simplesmente o município nessa questão só é um gestor desse convênio, só é o gestor para poder contratar esse serviço do transporte escolar para os nossos alunos. Então, era isso Presidente que eu queria registrar aqui nesta Sessão. Muito obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado Deputado Luizinho. Eu vou só encerrar Deputado Adelino...

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Enquanto registrar a presença, eu concedo a palavra ao Deputado Laerte.

O SR. LAERTE GOMES – Só ao Deputado Luizinho aqui. Deputado Luizinho, Vossa Excelência tem razões em vários municípios, isso realmente está ocorrendo na questão do transpor-

te. Só a questão de Alvorada, que era uma questão de reconhecimento de dívida que o Tribunal de Contas, ele reteve o contrato, Vossa Excelência também foi atrás, correu e a empresa não queria trabalhar mais por reconhecimento de dívida e o contrato foi assinado com a empresa hoje, a Secretária assinou hoje e eu já estive hoje na Secretaria também e a gente tem a expectativa para que, como Vossa Excelência falou com razão, para que se volte a transportar os alunos e se encerre o ano letivo; como o contrato foi assinado agora e vale por 60 meses, a gente espera que não, espera que não aconteça mais isso.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Só uma questão. Deputado Laerte, eu só gostaria de registrar também, o Mirante da Serra, me ligaram ontem também, pais e o vereador Zé Antônio, me ligou desesperado...

O SR. LAERTE GOMES – Pagou ontem.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pagou ontem, não é?

O SR. LAERTE GOMES – E agora ele assinou o contrato hoje, então às coisas estão andando.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado Deputado Laerte.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu quero Questão de Ordem Presidente. Essa questão do transporte escolar, agora que está começando o novo exercício de todos os prefeitos, eu quero deixar registrado aqui que muitos prefeitos não recebem porque eles também, às vezes não deixam todos, têm os compromissos que tem que assumir; a questão de ano, do ônibus, as exigências do DETRAN. Então, que sejam estudos, os municípios que fizerem parcerias, tem que saber os compromissos que eles têm que cumprir. Por outro lado, o Estado também, porque hoje se o município não quiser puxar, vai ficar muito mais caro para o Estado. Então, na realidade, os municípios estão fazendo um favor para o Estado transportar os alunos. Então, tem que ter um melhor entendimento para os novos prefeitos com a Secretaria de Educação e fazer uma programação que de fato está acontecendo, tem muita reclamação de muitos municípios sobre o transporte escolar. Então, a hora que faz o convênio, que faça o convênio e o prefeito saiba do compromisso dele e a também a Secretaria de Educação saiba os compromissos dela para que as crianças não fiquem pagando, na realidade, os municípios contribuem muito transportando, que eu fui 12 anos prefeito, conheço, se fosse para o Estado licitar hoje, ficaria muito mais caro. Então, os municípios têm que olhar os municípios como parceiros, não criar dificuldades, o Ministério Público está fiscalizando os ônibus, às vezes por falta de uma chapa, às vezes uma exigência que não atrapalha nada; eu vi lá em Buritis também a reclamação de pessoas, às vezes um ônibus não roda porque o molejo foi levantado. Então, aí fora lá, o DETRAN não queria autorizar. Mas, naquelas linhas só andam com o molejo levantado. Então, têm que ver a realidade dos municípios para poder depois

não ter esse problema e às vezes bloquear o pagamento com certas coisas que o município não tem culpa. Obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado Deputado Adelino.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON – Questão de Ordem Senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Uma Questão de Ordem para Deputada Rosângela Donadon.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON - Presidente, obrigada. Eu quero aqui só cumprimentar, parabenizar a nossa Prefeita eleita, Rosani Donadon, veio do Tribunal de Contas, participou hoje o dia todo com a Juliana de um treinamento, parabenizar todos os nossos Conselheiros que deram excelente treinamento a todos os novos gestores e dizer Rosani, da emoção da nossa família, da população que acreditou no seu trabalho, foram duas vitórias Presidente, nas urnas a Rosani fez quase 22 mil votos e aqui no TRE, o reconhecimento aqui de todos que a Rosani seria a nossa prefeita, foram 05 votos a 01, favorável a Rosani, como nossa prefeita de Vilhena, acreditávamos nisso, Rosani, a gente tinha essa certeza que você iria ganhar aqui no Tribunal e Deus nos honrou, a população confiou e eu acredito no brilhante trabalho que você fará como prefeita de Vilhena, que têm todo o meu apoio, dos nossos Parlamentares aqui, que apoiou na candidatura, estão firmes aí para fazermos um grande trabalho juntas. Parabéns.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Parabéns, Prefeita Rosani Donadon pela sua vitória, com certeza Vilhena, que é uma bela cidade, vai ter agora o toque da elegância da mulher, eu tenho certeza que você vai fazer um grande trabalho e o município de Vilhena vai ganhar com sua administração. Parabéns Rosani Donadon pela sua eleição no município de Vilhena.

O SR. LAERTE GOMES – Parabenizar também, Sr. Presidente, a prefeita Rosani Donadon, em seu nome parabenizar o ex-prefeito Melki Donadon pelo seu trabalho, a sua história e trabalho em Vilhena, isso mostra que plantou boa semente e agora a sua esposa se elege prefeita naquele município. Com certeza esta Casa vai estar apoiando o município de Vilhena, todos os Parlamentares, principalmente os Parlamentares da base de Vilhena, região do Cone Sul, mas queria deixar aqui, parabenizar você, o vice-prefeito, o Melki e toda família de vocês, que tiveram uma grande vitória nas urnas no município de Vilhena.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Vossa Excelência não está livre de dá uma emendinha lá para a Rosani também não, meu colega, Vossa Excelência vai estar na base.

E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária para em seguida, a fim de apreciarmos em segunda discussão e votação as matérias aprovadas nesta Sessão.

Está encerrada esta Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 19 horas e 28 minutos)